



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS X

**QUARTO DE DESPEJO E DIÁRIO DE BITITA: CAROLINA MARIA DE JESUS E A
ESCRITA DE RESISTÊNCIA CONTRA A NECROPOLÍTICA**

MILANA SANTOS COSTA

TEIXEIRA DE FREITAS – BA

JULHO – 2023

MILANA SANTOS COSTA

**QUARTO DE DESPEJO E DIÁRIO DE BITITA: CAROLINA MARIA DE JESUS E A
ESCRITA DE RESISTÊNCIA CONTRA A NECROPOLÍTICA**

Dissertação apresentada para Banca de Defesa do Mestrado em Letras do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), Departamento de Educação – *Campus X*, da Universidade do Estado da Bahia UNEB. Orientadora: Prof^a Dr^a Karina Lima Sales.

TEIXEIRA DE FREITAS – BA

JULHO – 2023

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB

S237q

Santos Costa, Milana

Quarto de Despejo e Diário de Bitita: Carolina Maria de Jesus e a escrita de resistência contra a necropolítica / Milana Santos Costa. - Teixeira de Freitas, 2023.

128 fls : il.

Orientador(a): Karina Lima Sales.

Inclui Referências

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós Graduação em Letras - PPGL, Campus X. 2023.

1.Necropolítica. 2.Escrevivência. 3.Carolina Maria de Jesus. 4.Resistência.

CDD: 869

Dissertação intitulada *Quarto de despejo e Diário de Bitita: Carolina Maria de Jesus e a escritade resistência contra a necropolítica*, de autoria da mestranda Milana Santos Costa, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) do Departamento de Educação / Campus X da Universidade do Estado da Bahia como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Letras

Linha de Pesquisa 2: Estudos literários

Aprovada pela Banca constituída pelos seguintes
professores:

Documento assinado digitalmente
 **KARINA LIMA SALES**
Data: 18/09/2023 13:04:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Karina Lima Sales – UNEB / PPGL -
Orientadora

Documento assinado digitalmente
 **IVANA TEIXEIRA FIGUEIREDO GUND**
Data: 18/09/2023 14:02:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Ivana Teixeira Figueiredo Gund – UNEB /

Documento assinado digitalmente
 **MICHEL SILVA GUIMARAES**
Data: 18/09/2023 18:13:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PPGL

Prof. Dr. Michel Silva Guimarães – UFBA / UNEB

Teixeira de Freitas, 31 de julho de 2023.

AGRADECIMENTOS

A realização de um trabalho pressupõe um processo de entrega, dedicação, sofrimento, angústia, dúvidas, incertezas, inseguranças, mas também implica ajuda, as mais diversas, no entanto, tão necessárias e muitas vezes imprescindíveis.

Assim, começo agradecendo primeiramente a Deus por guiar meus passos e escolhas durante todo o percurso, traçando os caminhos e permitindo a realização deste meu objetivo.

Agradeço à Professora Karina Lima Sales, pela atenção, orientação e suporte nos momentos mais difíceis. As suas observações e sugestões de leitura enriqueceram o meu repertório de conhecimento.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado da Bahia / UNEB / Campus X, pela contribuição e partilha durante as aulas, especialmente às professoras Ivana Gund e Aline Nascimento.

Ao professor Michel Silva Guimarães, avaliador externo da UFBA/UNEB, obrigado por ter aceitado participar das minhas bancas (qualificação/defesa). Suas observações e análises foram imprescindíveis para o enriquecimento da minha escrita.

Ao meu esposo, Djalma, pela parceria em todos os momentos. Sem sua compreensão e apoio com certeza isso não seria possível.

Aos meus irmãos Mônica e Fernando pelo apoio, incentivo e por sempre acreditarem na minha capacidade.

Às minhas filhas que, suportando as minhas ausências em função do trabalho e estudo, permaneceram firmes, solícitas, me incentivando a acreditar que tudo daria certo.

A minha querida mãe, Zélia, por seu apoio e exemplo de força, determinação e superação.

Aos colegas do PPGL pela partilha, companheirismo e por, juntos, compartilharmos a responsabilidade de fazer parte da primeira turma de Mestrado em Letras da UNEB, ofertado em Teixeira de Freitas, na Bahia.

Dedico este trabalho ao meu pai, Juarez (*in memoriam*). A sua energia inspiradora sempre estará presente em minha existência.

*Adeus! Adeus, eu vou morrer!
E deixo esses versos ao meu país
Se é que temos o direito de renascer
Quero um lugar, onde o preto é feliz.*

(Carolina Maria de Jesus)

RESUMO

A presente dissertação tem como objeto de estudo as obras literárias *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (1960) e *Diário de Bitita* (1986), escritas por Carolina Maria de Jesus. O objetivo é analisar nessas obras uma escrita de resistência contra a necropolítica, com a percepção de uma escrita denunciativa do abandono do Estado, mediante políticas de subalternização e segregação de grupos minoritários, principalmente negros, e como essas ações tiveram impacto na inserção da escritora no cenário nacional. O escopo teórico-crítico deste trabalho é composto por diferentes autores. Para subsidiar a discussão sobre a biopolítica e necropolítica, utilizou-se o aporte dos teóricos Foucault (2008), Agamben (2002) e Mbembe (2018). Sobre o conceito de escrevivência recorreremos aos estudos de Conceição Evaristo. Especificamente para basilar os estudos biográficos de Carolina recorreremos aos estudos de pesquisadores como de Levine e Meihy, Castro e Machado, Farias e Fernandes. Os resultados das análises permitem reforçar a hipótese de que a construção literária das obras delimitadas, pautadas sob a égide da necropolítica, configura-se em uma escrita de resistência.

Palavras-chave: Necropolítica; Escrevivência; Carolina Maria de Jesus; Resistência.

RESUMEN

Esa disertación tiene como objeto de estudio las obras literarias *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (1960) y *Diário de Bitita* (1986), de Carolina Maria de Jesus. El objetivo es analizar en estas obras una escritura de resistencia a la necropolítica, con la percepción de una escritura que denuncia el abandono del Estado, a través de políticas de subordinación y segregación de grupos minoritarios, principalmente negros, y cómo estas acciones han impactado en la inserción de la escritora allí, en el escenario nacional. El alcance teórico-crítico de este trabajo está compuesto por diferentes autores. Para subsidiar la discusión sobre biopolítica y necropolítica se utilizaron los estudios de los teóricos Foucault (2008), Agamben (2002) y Mbembe (2018). En cuanto al concepto de escritura, pasamos por los estudios de Conceição Evaristo. Específicamente para apoyar los estudios biográficos de Carolina, revisamos los estudios de investigadores como Levine y Meihy, Castro y Machado, Farias y Fernandes. Los resultados de los análisis permiten reforzar la hipótesis de que la construcción literaria de las obras delimitadas, a partir de la égida de la necropolítica, se configura en una escritura de resistencia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Carolina Maria de Jesus autografando seu livro <i>Quarto de Despejo</i> , em 1960	11
Figura 2: Carolina Maria de Jesus acompanhada dos filhos Vera Eunice (à direita), João Carlos, ao centro e José Carlos (à esquerda)	20
Figura 3: As escritoras Clarice Lispector (à esquerda) e Carolina Maria de Jesus (à direita) em lançamento de livro em 1961.	52
Figura 4: Carolina Maria de Jesus sentada à varanda da casa de Parelheiros, onde viveu os últimos anos de sua vida	95

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 “A VIDA É IGUAL A UM LIVRO”: O SURGIMENTO DE UMA ESCRITORA ÀS AVESSAS	21
1.1 Carolina, uma mulher multiartista, da lona de circo aos palcos da TV	28
1.2 Carolina: da diversidade literária a fortuna crítica	36
1.3 Escrivência como potência de vida	39
1.4 O Reflexo da Escrivência em Carolina Maria de Jesus	48
2 NECROPOLÍTICA COMO TECNOLOGIA DA MORTE	53
2.1 A Biopolítica nas perspectivas de Foucault e Agamben	54
2.2 Mbembe e a necropolítica que molda a vida dos excluídos	68
2.3 <i>Quarto De despejo</i> e <i>Diário de Bitita</i>: O Escrever e viver de Carolina	72
2.4 Memórias de uma favelada com fogo na língua	89
3 A NECROPOLÍTICA MOLDANDO O BRASIL DOS EXCLUÍDOS	96
3.1 Vidas negras: das Senzalas para as Favelas	98
3.2 Racismo e Necropolítica — A morte tem cor	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS	124



Figura 1: Carolina Maria de Jesus autografando seu livro *Quarto de Despejo* em 1960
Foto: Arquivo Nacional

INTRODUÇÃO

Como educadora que atua há mais de 16 anos no Ensino Fundamental da rede pública municipal de Teixeira de Freitas, Bahia, sempre questioneei o acervo disponibilizado nas bibliotecas escolares para incentivo à leitura: além de escasso, pouco renovado, possui características relevantes que apontam para uma desigualdade em relação à produção e escolha autoral. As literaturas selecionadas para leitura dos estudantes são constituídas em maioria por livros de autores consagrados, cânones que carregam em si marcas representacionais que buscam enaltecer grupos socialmente privilegiados.

Apesar de a constatação dessa desigualdade ter ocorrido em um pequeno espaço social (biblioteca escolar), que pouco deveria traduzir sobre a realidade nacional, entretanto, os dados são confirmados via pesquisa realizada por Regina Dalcastagnè (2005), que traduz o perfil do escritor brasileiro no período de 1990 a 2004, descrevendo-o como sendo majoritariamente constituído por homem, branco e com nível superior. Mesmo se considerarmos que após o período pesquisado mudanças possam ter ocorrido neste cenário, ainda assim, é preciso ter em mente que a disparidade no mercado editorial dificulta a inserção e publicização de novas/os autoras/es, principalmente representativas /os de grupos e espaços marginalizados socialmente, perpetuando desigualdades que afetam o campo representacional, ao incentivar a criação de estereótipos.

Compreendendo ser a literatura uma arte capaz de dar sentido às emoções, enriquecer e transformar a realidade, além de ampliar e articular o conhecimento, é imprescindível avaliar que ela deva assegurar todas as formas de representação, não apenas assumir a responsabilidade de ecoar a voz de um pequeno grupo dominante. Dessa forma, é importante pensar sobre o processo de exclusão no cenário literário, situação que se reflete principalmente sobre a literatura feminina negra no Brasil, que sempre encontrou dificuldades no mercado editorial.

Se para a mulher branca a participação neste cenário foi restrita e desencorajada por ideologias hierárquicas e patriarcais que incitaram por longos anos um descrédito na capacidade de escrita literária feminina, acarretando desprestígio a suas produções e consequente invisibilidade, para a mulher negra o quadro desenrolou-se de forma mais agravante. Além de sujeitar-se a todos os mecanismos de repulsa que atravancaram e invisibilizaram a escrita das mulheres brancas, ademais, as escritoras negras sofreram também

com o epistemicídio¹ e racismo. Situações hediondas que além de inibirem suas publicações induziram-nas a um processo de marginalização na esfera literária.

Nas últimas décadas, este espaço pouco a pouco vem sendo reconfigurado por escritoras inconformadas com as fronteiras impostas para consagrar desigualdades e têm atuado para romper estas linhas divisórias, assumindo-se como vozes legítimas para representar e escrever a história do negro no cenário nacional, reforçando o que defende Dalcastagnè (2008) quanto à necessidade das vozes marginalizadas serem legitimamente representadas nas produções artísticas e sociais para inibir que este direito possa ser violado por outras vozes que buscam se sobrepor. A intelectual e escritora feminista negra Conceição Evaristo afirma que, para escritoras negras e escritores negros, escrever e publicar são atos políticos. É preciso dar visibilidade aos textos (2018).

Neste sentido, tomando como exemplo de mulher negra a romper paradigmas no cânone literário brasileiro, encontramos Carolina Maria de Jesus, que chegou a ser descrita como escritora “improvável” em razão do conhecimento precário das regras da língua portuguesa que possuía, condição advinda da situação de extrema pobreza que marcou praticamente toda a sua existência, fator determinante para inviabilizar a continuidade de seus estudos. Entretanto, este empecilho não a impediu de mostrar habilidade e sagacidade para retratar de forma fidedigna o cenário de abandono e exclusão a que eram submetidas as populações pobres e negras de São Paulo e deram início ao surgimento das favelas no país.

Deste modo, Carolina surge para o leitor em 1960 com a publicação do livro *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada*, atraindo a atenção da crítica e do público por representar o modelo “inconcebível” de escritora: pobre, negra, favelada e semi escolarizada. Ao narrar o cotidiano dos moradores da Favela² do Canindé, em São Paulo, Carolina assume o

¹ Segundo o professor e sociólogo Boaventura Souza Santos, na obra *Epistemologias do Sul* (2010), o epistemicídio parte da concepção de negar a capacidade de conhecimento dos negros, ocultando todas as contribuições advindas do Continente Africano e da diáspora, um processo de desvalorização e imposição de embranquecimento. Historicamente, no Brasil, mulheres negras foram silenciadas e invisibilizadas desde o processo de escravização, sendo negadas como intelectuais. Extensa seria a lista possível, para além daquelas que sequer entrariam em listas, dado que suas existências foram negadas e/ou apagadas. As mulheres negras estão presentes há séculos na construção da história desse país, então, como negar a sua participação, em diversos âmbitos possíveis?

² A origem do termo “favela” se relaciona à Guerra de Canudos (1896-1897), que aconteceu no sertão da Bahia. A cidade de Canudos, cenário do combate político-religioso relatado por Euclides da Cunha no livro *Os Sertões*, ficava em meio a alguns morros. Entre eles estava o Morro da Favela, batizado assim porque era coberto pela planta homônima. Uma parte dos soldados que participaram da luta, ao voltar para o Rio de Janeiro, deixou de receber seu salário e foi morar em casas precárias instaladas nas encostas do Morro da Providência. Por alguma semelhança ou por lembrança do morro de Canudos, batizaram o local de Morro da Favela. Foi a partir daí que os conjuntos de habitações precárias onde residem pessoas de baixa renda passaram a ser conhecidos como favelas.

protagonismo da própria história, legitimando-se como voz autoral a traçar um retrato verídico de uma realidade que era somente apresentada através do olhar de quem não conhecia a vida naquele ambiente, um olhar externo incapaz de enxergar detalhes de uma vida perpetuada por agruras que somente um morador conseguiria captar, assim como ela o fez.

A obra de Carolina, ao subverter o cenário literário canônico, revisita o universo da mulher negra, periférica, socialmente excluída, marginalizada em sua condição humana. Seus escritos registram o cotidiano de lutas travadas em busca da sobrevivência e possibilitam uma exploração do universo de denúncia e resistência às adversidades a que estava subjugada. Ademais, conforme define Raffaella Fernandez (2018) a produção escrita de Carolina, além de exceder em quantidade e diversidade de gênero, pode ser caracterizada como “uma poética de resíduos” na qual se misturam discursos e gêneros literários e não literários que vão desde poemas, romances, letras de samba, a textos jornalísticos, uma verdadeira “catadora” não somente de papelão, mas de vozes que muitas vezes eram silenciadas pelos recônditos da miséria, opressão e descaso social.

Diante da riqueza da produção literária de Carolina Maria de Jesus, optei por delimitar o *corpus* de investigação à análise de duas obras, sendo a primeira delas o livro que possibilitou a inscrição da autora no cenário das letras, *Quarto de Despejo: Diário de uma favelada* (1960), obra escrita entre os dias 15 de julho de 1955 e 1º de janeiro de 1960, composta por vinte diários, que registram datas, meses e anos, relatando experiências reais vividas pela autora na favela do Canindé, fortemente marcada pela fome, abandono, preconceito, violência e sofrimento. A segunda obra selecionada foi o *Diário de Bitita* (1986) livro póstumo, publicado inicialmente na França e posteriormente no Brasil. A obra narra a infância e adolescência da escritora no início do século XX, em Sacramento, Minas Gerais, e as suas viagens pelo interior de São Paulo em busca de trabalho. Nesse contexto, apresenta uma sociedade opressora, que se caracteriza pelo racismo, pobreza e misoginia.

Neste sentido, o objetivo da presente pesquisa é analisar nas obras delimitadas uma escrita de resistência contra a necropolítica, com a percepção de uma escrita denunciativa do abandono do Estado, mediante políticas de subalternização e segregação de grupos minoritários, principalmente negros, e como essas ações tiveram impacto na inserção da escritora no cenário nacional. A escolha do tema justifica-se, primeiramente, pelo fato de a autoria das obras selecionadas pertencerem a uma escritora negra que assume a voz autoral

(Trecho publicado como anexo da edição de 2013 do livro *Quarto de Despejo*, com o título “Bate papo com Carolina Maria de Jesus”, p. 193).

partindo das marcas identitárias da etnia da diáspora africana e se responsabiliza na enunciação de um discurso que busca entender os problemas sócio-históricos fundamentados em concepções políticas que buscaram empreender formas de silenciamento e marginalização as populações afrodescendentes.

Ademais, como sugere o título do primeiro livro selecionado para análise *Quarto de despejo: Diário de uma Favelada*, a autora, recorrendo a recurso estilístico de linguagem, estabelece comparação entre a favela e quarto de despejo para diferenciar as relações excludentes existentes na sociedade, utilizadas para distanciar ricos/pobres e negros/brancos. Destarte, tal perspectiva permite a observação dos mecanismos responsáveis pela sistematização de políticas fundamentadas em ideologias racistas e segregacionistas e as consequências da manutenção deste modelo governamental.

Por outro lado, o segundo livro, *Diário de Bitita*, é centrado nas memórias da narradora personagem, nas lembranças compreendidas no período de 1914 a 1937 e abrangem passagens da sua vida, iniciando com o nascimento de Carolina Maria de Jesus em Sacramento, cidade do interior de Minas Gerais, encerrando no início da fase adulta da escritora, período em que migra para São Paulo. Por meio dos relatos memorialísticos, a escritora permite ao leitor compreender aspectos da sua ancestralidade que ajudam a apreender parte da história brasileira, confirmando assim o pensamento de Aline Alves Arruda ao enxergar Carolina como “representante de uma memória coletiva” (ARRUDA, 2015, p. 17).

O arcabouço metodológico utilizado para o desenvolvimento deste trabalho perpassa uma pesquisa de caráter bibliográfico-qualitativa, compreendendo pesquisa, estudo, revisão e exploração das teorias-chave para abrir portas à compreensão dos temas propostos. Para subsidiar a discussão sobre as estratégias políticas de gestão da vida humana, o fio condutor percorrido foi a relação entre biopolítica e necropolítica. Dentre os teóricos utilizados temos Michael Foucault com o conceito de “biopolítica”; Giorgio Agamben com a teoria do “estado de exceção” e os conceitos de “vida nua”, “*homo sacer*” e “tanatopolítica”; Achille Mbembe com o conceito de “necropolítica”.

A pesquisa também percorreu sobre estudos pertinentes à análise literária da escritora Carolina Maria de Jesus. Para fundamentar os estudos sobre a escrita afro feminina que tem como principal característica a “memória”, discutiremos o conceito de “escrevivência” tomando como base os estudos de Conceição Evaristo, assim como também utilizaremos para o desenvolvimento da pesquisa os estudos de José Carlos Bom Meihy e Robert M. Levine, e Marília Novais de Mata Machado e Eliana de Moura Castro com levantamento de informações pertinentes à vida e obra da escritora que permitem uma compreensão do seu estado de arte.

O texto está organizado da seguinte forma: o primeiro capítulo, intitulado “A vida é igual a um livro — O surgimento de uma escritora às avessas”, visa, mediante uma revisão histórica, estabelecer uma ligação entre a biografia de Carolina Maria de Jesus e o cenário político brasileiro, de modo a identificar os motivos que impediram a inserção literária da escritora. Este capítulo está dividido em quatro subtítulos, o primeiro aborda o percurso artístico de Carolina, compreendendo desde as apresentações circenses da autora, sua inserção na música até a estreia na televisão e no cinema. Para fundamentar a pesquisa sobre Carolina Maria de Jesus utilizo além, dos dois livros da autora – *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada* e *Diário de Bitita* – estudos de dois historiadores, o brasileiro, José Carlos Bom Meihy e o americano, Robert M. Levine a partir da obra *Cinderela Negra, a saga de Carolina Maria de Jesus* (2015), bem como dos trabalhos biográficos de Marília Novais de Mata Machado e Eliana de Moura Castro com a obra *Muito Bem, Carolina!*(2007) e Tom Farias com *Carolina, uma biografia!*(2017).

O segundo subtítulo apresenta a produção literária de Carolina, obras publicadas em vida e pós vida, visando levantar as contribuições e fortuna crítica da autora. Já o terceiro e quarto subtítulos fazem uma abordagem sobre a concepção literária empreendida por Carolina Maria de Jesus para a construção das suas obras, considerando os estudos teóricos da escrevivência fundamentados na teoria de Conceição Evaristo. Para enfatizar os elementos da literatura feminina negra na escrevivência, estabeleço um diálogo com estudiosos negros, como Míriam Alves (2010), Constância Lima Duarte (2022), Suely Carneiro (2000), Assunção de Maria Sousa e Silva (2020), Grada Kilomba (2019), Luiz Gama (2002), e Neuza Santos Souza (2019) objetivando compreender como esses elementos influenciaram a escrita de Carolina. Além disso, recorro também aos estudos de Regina Dalcastagnè (2005) e Jacques Rancière (2011) para compreender os aspectos políticos da literatura e como eles influenciaram a inserção da escritora no cenário literário nacional.

O segundo capítulo, “Necropolítica como tecnologia da morte”, apresenta os pressupostos teóricos que fundamentaram os estudos e a análise literária. Este capítulo foi dividido em quatro subtítulos, sendo que o primeiro apresenta uma breve contextualização histórico-conceitual da “biopolítica”, a partir do entendimento do poder e de suas ramificações na esfera política: poder soberano e tecnologias de poder como instrumentos de gestão da vida, refletindo a partir dos estudos de Foucault a transformação que outros teóricos empreenderam na interpretação da genealogia governamental para refletir o contemporâneo. Neste sentido, o conceito é retomado e aprofundado por Giorgio Agamben, que visa preencher o vácuo da teoria foucaultiana estabelecendo por meio dos conceitos de estado de exceção e *homo sacer*

elementos para fundamentar a estruturação da organização soberana e a instituição de um estado de indiferenciação entre direito de viver e morrer.

O segundo subtítulo parte do conceito de necropolítica criado por Achille Mbembe, desenvolvido a partir de críticas à biopolítica e as mudanças nas articulações de poder centrado agora não mais na produção da vida, mas sobretudo nas formas de legitimar a morte, tendo por base o racismo. Neste capítulo, também será apresentada uma análise comparativa das obras *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada* e *Diário de Bitita*, para identificar características da escrita que se baseiam na representação da mulher negra.

Para fundamentar a ideia de representação, serão abordados os aspectos de silenciamento dos subalternos, como Carolina Maria de Jesus, partindo dos estudos da teórica indiana Gayatri Spivak (2010). Também serão abordados aspectos da ancestralidade, a partir das memórias de Carolina Maria de Jesus nas obras selecionadas. A partir dos estudos de Evaristo e do diálogo com o malinês Amadou Hampâté Bâ (2010), será possível compreender a relevância da figura do *griot* para a preservação das memórias de um povo.

No terceiro capítulo, “A necropolítica moldando o Brasil dos excluídos”, são apresentadas as análises das obras selecionadas visando identificar características que denunciam o abandono do Estado, mediante políticas de exclusão e segregação de grupos excluídos, sobretudo os negros. Este capítulo está dividido em dois subtítulos. O primeiro abordará o percurso histórico das populações negras no Brasil, desde o período pós-abolição até o surgimento das favelas. A análise planeja identificar, na escrita de Carolina, a partir das obras *Quarto de Despejo* e *Diário de Bitita*, aspectos da necropolítica, tendo como base os estudos de Mbembe.

O segundo subtítulo analisa as obras selecionadas, considerando o racismo como um mecanismo de segregação e exclusão. Para isso, dialoga com os estudos de branquitude de Maria Aparecida Silva Bento (2022) para compreender como esses aspectos influenciam a configuração da necropolítica na sociedade. O resultado desta análise comparativa permitirá compreender os impactos da política de morte na vida e inserção autoral de Carolina.

É importante salientar que, para destacar o início de cada seção da pesquisa, foram selecionadas fotografias da escritora Carolina Maria de Jesus que ajudam a compreender o contexto social da literatura que produziu ao longo de toda a existência. A Figura 1, que precede o texto de introdução, traz o registro de Carolina Maria de Jesus autografando seu livro *Quarto de Despejo* no dia 19 de agosto de 1960 na Livraria Francisco Alves. A partir da publicação desta obra e com a repercussão alcançada, Carolina consegue realizar o sonho de sair da Favela do Canindé e comprar a tão almejada casa de alvenaria. Apesar do breve instante de ascensão

de Carolina, o registro mostra-a como sempre quis ser reconhecida: uma escritora. A imagem em questão está no acervo do Arquivo Público Municipal de Sacramento (MG), cidade natal da autora.

A Figura 2 que abre o capítulo I mostra Carolina Maria de Jesus acompanhada dos filhos Vera Eunice (à direita), João Carlos, ao centro, e José Carlos (à esquerda). Essa imagem é bastante emblemática porque mostra a Carolina mãe, exercendo de forma solitária a responsabilidade pela manutenção do lar e dos filhos. Em vários textos, a escritora demonstra como era difícil para ela, sozinha, criar e educar os filhos em um ambiente tão hostil quanto a favela. No entanto, apesar dos obstáculos e das dificuldades que enfrentava, encontrava forças nos filhos para continuar enfrentando as adversidades.

A figura 3 que abre o capítulo 2 mostra a escritora Clarice Lispector ao lado de Carolina Maria de Jesus. Vale salientar que, em 1960, no mesmo ano em que Carolina lançou *Quarto de Despejo* pela livraria Francisco Alves, Clarice Lispector, já consagrada como escritora, lançava o seu livro de contos *Laços de Família* pela mesma editora. Segundo depoimento do escritor Paulo Mendes Campos (1961) em entrevista à revista Manchete, Clarice Lispector admirava a escrita de Carolina, a qual havia descrito como “escrever verdadeiro”. No entanto, um dos biógrafos de Lispector, o historiador Benjamim Moser, ao descrever a cena do encontro das duas escritoras para a biografia *Clarice* (2009), visando enaltecer a autora sobre a qual escrevia, utiliza-se de mecanismos racistas para desqualificar Carolina.

A escritora branca, Clarice, é descrita como linda, elegante, comparada a uma estrela de cinema, enquanto Carolina, a mulher negra, “fora do lugar”, “que escreveu um angustiante livro de memórias”, é comparada a uma empregada doméstica. Moser utiliza uma linguagem que demonstra que, para ele, Carolina Maria de Jesus foi colocada fora do lugar, o que indica que o meio literário no qual ela estava presente naquele momento não era seu. Este espaço seria, para este autor, um local legítimo para intelectuais brancos e “belos”. Carolina, de acordo com essa concepção racista, não estaria enquadrada neste perfil, vista como uma peça fora do jogo literário. Moser demonstra, através da sua postura, a reprodução de um referencial legitimado por grupos dominantes que, para manter a sua posição de privilégio na sociedade, criam mecanismos de segregação e inferiorização, considerando a raça como fator excludente e determinante.

A figura 4 mostra Carolina Maria de Jesus sentada à varanda da casa de Parelheiros, onde viveu os últimos anos de sua vida. A escritora, que chegou a superar Jorge Amado em número de vendas, traduzida para mais de 13 idiomas, bajulada por políticos e artísticas, em seus últimos anos sofreu com o esquecimento, a negligência e abandono tanto da crítica quanto

do público. Sem dinheiro, sem reconhecimento e em profundo silêncio, assim foram os últimos anos daquela que ousou desafiar o sistema e se apresentar como escritora, divergindo do padrão “pré-estabelecido” de escritor ao se impor como mulher negra, pobre e com poucos anos de escolaridade formal. Mesmo distante do cenário literário, a leitura e a escrita continuaram fazendo parte da sua vida, tanto assim que, mesmo após sua morte em 1977, do legado inédito que deixou novas obras continuam sendo publicadas.



Figura 2: Carolina Maria de Jesus acompanhada dos filhos Vera Eunice (à direita), João Carlos, ao centro e José Carlos (à esquerda).

Foto: Reprodução / Redes sociais

1 “A VIDA É IGUAL A UM LIVRO”: O SURGIMENTO DE UMA ESCRITORA ÀS AVESSAS

16 de julho de 1960 [...] eu sei que vou angariar inimigos, porque ninguém está habituado com este tipo de literatura. Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a realidade porque eu pensava que o repórter não ia publicar. (JESUS, 1961, p. 30)

Carolina, como mulher negra, buscava por meio da escrita retratar os problemas impostos às populações desfavorecidas, mesmo considerando o contexto social de um Brasil em que praticamente não eram asseguradas às mulheres negras espaços de fala. Sua ação passou a ser considerada um ato de rebeldia, de insubordinação. A epígrafe que abre este capítulo é do segundo livro de Carolina Maria de Jesus, intitulado *Casa de Alvenaria*, publicado em 1961. A escritora, apesar de estar vivendo o sucesso da edição do primeiro livro, *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada*,³ mesmo assim demonstrava apreensão em como seria a recepção da nova publicação, sabia que ao falar sobre o que percebeu no comportamento das elites estaria tocando em um campo obscuro do qual não poderia prever as consequências. Para compreendermos quem foi essa mulher, como se tornou escritora apesar das adversidades faz-se necessário conhecer a trajetória da sua vida.

Carolina Maria de Jesus nasceu em Minas Gerais, na cidade de Sacramento, entre os anos de 1914 e 1916. A imprecisão do ano exato explica-se, de acordo com seus manuscritos, pelo fato de não ter sido registrada em cartório, “ninguém na minha família tinha registro” (JESUS, 2007, p. 147), procedimento que por implicar em cobrança de taxa era inviabilizado a famílias com poucos recursos, ocasionando assim, registros tardios com datas incorretas ou imprecisas como a de Carolina. Simultaneamente ao período em que nasceu, o Brasil vivia a Primeira República, momento histórico conhecido pela política do café com leite, época em que se revezavam no poder, mineiros e paulistas.

Sobre a forma como o poder era exercido nas mais diferentes regiões do país, asseguram Castro & Machado: “os coronéis regionais, suas famílias e seus aliados formavam as oligarquias rurais, industriais e financeiras que dominavam os estados, muitas vezes por mais de uma geração” (CASTRO & MACHADO, 2007, p. 15). Neste cenário os grandes proprietários de terras eram os detentores da ordem e da “justiça” e com seus agregados formavam os grupos

³ Para esta pesquisa, utilizou-se a edição de 2013 da obra *Quarto de Despejo: Diário de uma Favela*, mantendo-se a ortografia e a sintaxe originais, assim como na edição de 1960.

de domínio local, prática semelhante à atualmente conhecida como milícia,⁴ grupos armados que exerciam poder sobre populações de determinado território.

Vivendo à margem de todo esse grupo de domínio, assim crescia Carolina Maria de Jesus na zona rural de Sacramento. Originária de família pobre, descendente de escravizados e fruto de uma relação extraconjugal da mãe, Maria Carolina, mais conhecida como Cota, com um negro boêmio, poeta e tocador de violão chamado João Cândido Veloso. O nascimento da criança foi o estopim para o término do casamento. O marido não aceitou o fruto da traição e abandonou a família, deixando Cota com a responsabilidade solo pela criação de Jerônimo Pereira e Carolina Maria de Jesus, o primeiro filho da união com o então esposo e a segunda progênia consequência da traição.

Durante a infância Carolina sofreu muitas privações, não há relatos de fome nesse período, mas a vida era difícil. O casebre em que morava era de adobe, coberto de capim e com o piso de terra batida. A mãe sustentava a casa com o trabalho de lavadeira e, dessa forma, por influência da patroa conseguiu que a filha frequentasse a escola por apenas dois anos de estudo no Instituto Allan Kardec, entidade privada mantida por Dona Maria Leite que subsidiava os estudos de algumas crianças pobres da cidade.

A educação recebida neste período condizia com os valores ideológicos dominantes da época, que não reconheciam a qualidade e capacidade intelectual dos negros e dos trabalhadores, considerados incompetentes pelas elites. No entanto, a aristocracia via na educação uma forma de disciplinar a população considerada desclassificada e impedir que seguissem pelo caminho da criminalidade. Sobre este pensamento, Souza & Noal em *Carolina Maria de Jesus: Um olhar particular sobre o mundo*, afirmam que o conteúdo da educação ofertada às crianças pobres e negras reforçava a ideia da desigualdade e hierarquia.

Carolina frequentava a escola sem nenhuma motivação ou entusiasmo, uma das causas para essa objeção seria o fato de ser a única criança negra em uma classe constituída por alunos brancos, não se reconhecia naquele ambiente. Apesar disso, frequentou a escola por aproximadamente dois anos, o que lhe assegurou o aprendizado da leitura. Contudo, com a mudança da família para um sítio distante da cidade a continuidade dos estudos foi

⁴ A nomenclatura milícia vem sendo usada no Rio de Janeiro desde a década de 1970. Inicialmente surgiu quando um grupo de comerciantes da região de Jacarepaguá-RJ, decidiu pagar a policiais para que fizessem a proteção local contra ações de traficantes e outros criminosos. Estes grupos para-policiais ao longo dos anos foram competindo pelo controle das áreas controladas pelas facções. Desde os anos 2000, o termo milícia passou a ser associado no contexto criminal como referente a atuação de um grupo criminoso que efetua práticas ilegais como extorsão da população em serviços essenciais como gás, internet, televisão a cabo com vista a obter recursos financeiros. Atualmente, as milícias são constituídas tanto por moradores das comunidades, como por agentes da segurança pública, políticos, entre outros.

inviabilizada, mas uma semente já havia sido plantada em Carolina, o que posteriormente mudaria toda a sua vida.

Ao deixar Sacramento, a família Jesus vivenciou experiências no campo, trabalhando em fazendas da região. No entanto, foram infundados os esforços, não obtiveram o êxito desejado, ao contrário, lograram fracasso ao serem despejados por duas vezes, perdendo todos os pertences. Estes entraves levam-nos de volta a Sacramento, por outro lado, serve de inspiração para um dos primeiros registros de Carolina, o poema: “O colono e o fazendeiro”:

[...]
 Se o fazendeiro falar:
 Não fique na minha fazenda
 Colono tem que mudar
 pois não há quem o defenda.

Trabalha o ano inteiro
 E no Natal não tem abono
 Percebi que o fazendeiro
 Não dá valor ao colono.

(JESUS, 1996, p. 75) ⁵

Após o fracasso da experiência no campo, procuram um recomeço no trabalho doméstico de cozinheira. É também nesse período que Carolina passa a sofrer com feridas nas pernas, problema que carrega por longos anos. Outra das razões para a falta de sucesso seria a necessidade de trabalhar em diversos lugares para conseguir pagar pelo tratamento de saúde. A falta de recursos, as humilhações constantes exercidas tanto por familiares como por patrões a levam a buscar ajuda médica e emprego em uma cidade maior.

Enquanto isso o Brasil sofria com as consequências da maior crise econômica ocorrida nos Estados Unidos em 1929, que trouxe grandes impactos para a agricultura nacional, principalmente para os produtores de café, que tiveram dificuldades nas exportações. Diante desse cenário de incertezas e de revoltas, a política do café com leite sofre uma ruptura. O então presidente da República, Washington Luís, representante do estado de São Paulo, indica outro político do mesmo estado para sucedê-lo, contrariando os acordos firmados anteriormente no revezamento entre São Paulo e Minas Gerais à Presidência. A insatisfação dos mineiros com a ruptura do acordo provoca uma instabilidade política que se agrava quando lançam Getúlio Vargas como candidato a presidente, em oposição ao governo. A derrota de Vargas agrava o

⁵ O poema “O colono e o fazendeiro” foi publicado no Jornal Folha da Manhã, no caderno de suplemento, a partir de uma entrevista de Carolina ao jornalista Willy Aureli, com o título “Carolina Maria, poetisa preta”. O poema é composto por dez estrofes de cinco versos cada uma, que criticam os obstáculos da luta de classes.

clima político e leva membros da Aliança Liberal⁶ a articular uma saída revolucionária para o embuste. Com o respaldo militar dos tenentes e das oligarquias distintas, iniciaram uma rebelião em várias áreas do país, culminando no golpe de Estado de 1930. No *Diário de Bitita*, Carolina registra o apoio de militares mineiros a Vargas e o início das migrações internas para as metrópoles, como São Paulo, que crescia com a crise do café e o desenvolvimento industrial.

Os soldados circulavam pelas ruas, ostentando bandeiras verdes, amarelas e brancas, com o retrato do Getúlio Vargas no centro. (...)Aqueles moços pobres, que se fardaram e entraram no estado de São Paulo, não mais voltaram para os seus estados. Conseguiram emprego em São Paulo. Na correspondência com seus familiares, eles iam convencendo seus parentes a transferir-se para o lado de lá. E aquela carta circulava de mão em mão, convencendo-os de que o estado de São Paulo é o paraíso dos pobres. (JESUS, 2007, p. 189-193)

Em busca de melhores condições de sobrevivência, Carolina segue o destino de grande parte dos migrantes brasileiros, partindo para São Paulo. Ao contrário do que havia sido mencionado nas cartas em relação ao paraíso prometido, não foi isso que encontrou no Estado, mas muitas dificuldades. Teve que dormir embaixo de pontes, em estradas, trabalhar como faxineira e doméstica. Nesse período, devido à falta de moradia e ao problema de saúde que acometia as suas pernas, teve que dormir por muitas noites na chácara de Chicholim, um conhecido palhaço, tendo, assim, adquirido um pouco mais de experiência sobre a arte circense.

Apesar dos problemas que a atormentavam, não permitia que eles a destruíssem. Encontrava no trabalho oportunidades para ler e se manter informada, como na ocasião em que trabalhou na casa do doutor Euricledes Zerbini, famoso por ser o primeiro médico da América Latina a realizar transplante do coração. No período em que trabalhou na residência deste profissional, Carolina teve liberdade para usar a biblioteca pessoal. Para aproveitar o livre acesso aos livros, deixava muitas vezes de sair durante o período de descanso. Também costumava ficar muito tempo à noite envolvida em suas leituras, aprimorando o seu conhecimento. Assim, pôde começar a desenvolver o seu letramento literário, movida tanto pela curiosidade quanto pela vontade de aprender.

Carolina engravidou quatro vezes, entretanto, apenas três gestações tiveram êxito, sozinha criou os três filhos: João José de Jesus, José Carlos de Jesus e Vera Eunice de Jesus,

⁶ A Aliança Liberal surge da discordância dos políticos mineiros com Washington Luís, presidente em exercício, a respeito da candidatura de Júlio Prestes. Washington Luís, sendo um paulista, deveria apoiar a candidatura de um mineiro, dando continuidade à política do café com leite. Contudo, ao lançar Júlio Prestes, essa dinâmica é alterada, o que faz com que Minas Gerais se alie a outros Estados como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraíba e Pernambuco, que também demonstravam descontentamento por estarem fora da órbita de poder que pairava sobre os dois Estados.

tendo cada criança um pai diferente, todos declaradamente brancos e estrangeiros. No entanto, os seus relacionamentos não perduravam, o que a deixava sempre a sós para criar os rebentos. Esse, inclusive, foi um dos problemas que teve que enfrentar: sem a ajuda de alguém para cuidar das crianças, não tinha como trabalhar. A falta de renda a levou a procurar abrigo perto de um depósito de lixo na Favela do Canindé. “O lixo desde então passou a ser seu ganha-pão, metáfora perfeita da circunstância socioeconômica brasileira da imensa fatia que nunca teve propriedade.”(MEIHY & LEVINE, 2015, p. 25)

Enquanto isso, a cidade de São Paulo vivia o crescimento industrial e a chegada de migrantes advindos de outros países. Estes fatos impulsionaram o surgimento das favelas⁷ que a princípio se apresentavam como uma promessa de abrigo contra as mazelas e abandono social. Quanto à política, Getúlio Vargas suspendia a Constituição de 1934, destituindo os partidos e inaugurando o Estado Novo, período de grandes conflitos e intervenções sociais.

Vivendo sozinha com os filhos em um cenário de abandono, fome e negligência política, Carolina encontra na escrita uma válvula de escape que possibilitaria por alguns momentos o esquecimento dos problemas que tanto a afligiam. Por anos seguidos, passou a registrar em cadernos velhos recolhidos no lixo o cotidiano dos moradores da favela. As anotações não seguiam um padrão específico, indo de simples versos poéticos, histórias fictícias a relatos dos acontecimentos diários.

A busca por uma oportunidade de sair daquele contexto de sofrimento motiva Carolina a sonhar com a publicação de seus textos, dessa forma, percorre as redações dos jornais em busca de reconhecimento. O caminho não a favorecia, poucos jornalistas mostravam-se dispostos a ouvir uma mulher, principalmente negra. Segundo o historiador Sérgio Barcelos Ximenes, Carolina “tornou-se motivo de chacota nas redações. Não tinha recomendação de ninguém conhecido ou importante, não havia publicado livro algum de poesia, e seus poemas eram simples, simples demais”. (XIMENES, 2020, s/p).

No entanto, em 1958 surgiu o momento e a oportunidade que Carolina tanto almejava. O Jornal Folha da Noite, interessado em publicar sobre o amontoado de casas que estavam sendo construídas às margens do Rio Tietê, designa o jornalista Audálio Dantas para realizar uma reportagem. No terceiro dia da presença de Dantas na favela é surpreendido pela voz impetuosa de uma mulher negra e alta que bradava com alguns adultos que destruíam os brinquedos instalados na praça, localizada no entorno da favela, ameaçando denunciá-los no livro que escrevia. Esta fala atrai a atenção do jornalista que sem muito pensar inicia uma

⁷ No terceiro capítulo o contexto da favelização será retomado para discussão e análise dentro do contexto da necropolítica.

aproximação. Dessa forma, toma conhecimento dos escritos de Carolina. De imediato percebe a força daquelas páginas que descreve como “uma escrita revolucionária”.

De posse dos 35 cadernos, Audálio Dantas, ali mesmo no barraco grudou os olhos neles, não conseguia mais soltar, sabia que havia uma escritora camuflada, escondida, no meio daquela “lama” toda, naquele “barracão infecto”. Leu, então “o mais empoeirado” dos diários, iniciado no dia 15 de julho de 1955, com esta redação que correria meio mundo: “aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela, mas o custo do gêneros alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos” (FARIA, 2017, p.189).

Segundo o crítico literário Tom Farias, em: *Carolina, uma biografia* (2018), o que Dantas identificou nos cadernos era que a reportagem que deveria redigir já estava pronta, melhor do que ele mesmo conseguiria escrever, pois era composta por um olhar interno, de quem conhecia a realidade dos moradores da favela. Como resultado, assumiu a responsabilidade de selecionar, dentre os vários cadernos que lhe foram apresentados, material necessário para publicação do livro. Desde o primeiro contato, o foco do jornalista centrava-se nos relatos de miséria e rotina dos favelados, quanto às demais publicações dos cadernos de Carolina, pouco ou nada lhe interessavam.

De posse dos cadernos preparou o público com reportagens e trechos dos manuscritos que traziam informações verídicas sobre as condições de pobreza e abandono das populações da favela, aguçando a curiosidade do leitor pelo assunto e principalmente por conhecer Carolina Maria de Jesus. Todo esse processo promovido por Dantas o aproxima bastante de Carolina a ponto deste tornar-se uma espécie de mentor a orientar e cuidar dos interesses da escritora. “Assim começa uma grande aventura, pontilhada de reportagens sobre Carolina e que culmina com a publicação de *Quarto de Despejo*, em 1960” (CASTRO & MACHADO, 2007, p. 37).

De acordo com Meihy & Levine (2015), após a publicação de *Quarto de Despejo*, Carolina passou a ser uma figura proeminente, não só na história editorial brasileira, mas também latino-americana e mundial. A autora vendeu mais de 100 mil cópias, o que rendeu uma divulgação (inter)nacional. O êxito do livro permitiu a realização do sonho de Carolina, sair da favela e morar em uma casa de alvenaria. No entanto, a queda de prestígio surgiu de forma tão brusca quanto o sucesso. Salienta-se que pelo fato de o Brasil estar vivenciando o período de um golpe militar, ao utilizar em seu livro uma linguagem fora de um padrão considerado “adequado”, e sobretudo reforçar nas páginas do diário críticas sociais, estes fatos contribuíram significativamente para a queda vertiginosa da carreira literária de Carolina.

Por outro lado, cabe lembrar que seria difícil para Carolina, em seu contexto, entender e calibrar as consequências de suas declarações. Além do mais, a máquina propagandística governamental empenhava-se eficientemente em propalar positivos a seu próprio respeito, e em nível popular havia também uma mentalidade cultivada de apoio ao poder.(MEIHY & LEVINE, 2015, p. 35).

Apesar de alguns críticos da época questionarem a autenticidade da obra e capacidade literária da autora, o sucesso editorial do livro *Quarto de Despejo* rendeu-lhe inúmeras

reedições, o que permitiu a Carolina sonhar com a carreira de escritora. Assim, para dar continuidade a seu projeto literário tencionava publicar livros que trouxessem outros gêneros como poesias e romances. No entanto, Dantas discordava, aconselhando-a a persistir nos escritos sobre as injustiças sociais. Essa discordância do jornalista fazia com que Carolina se sentisse impotente, inclusive há relatos de divergências na forma como ele tentava estabelecer para ela um padrão formal de vida que não correspondia às expectativas de uma mulher que almejava a liberdade para cantar, escrever e atuar.

O controle exercido por Dantas começava a sufocá-la, a ponto de a escritora registrar em uma das passagens do seu diário “eu fiquei furiosa com o controle do Audálio sobre mim, rejeitando tudo, cancelando os meus projetos” (JESUS, 1961, p. 2). Mesmo contrariada, decidiu acatar a orientação deste e escrever o segundo livro *Casa de Alvenaria* (1961), que seguia os padrões de *Quarto de Despejo*, trazendo os relatos diários da vida de Carolina posteriores à saída da Favela do Canindé.

Casa de Alvenaria (1961), não teve a repercussão esperada, vendendo apenas três mil exemplares de uma tiragem de dez mil. O insucesso nas vendas do novo livro, aliado aos problemas crescentes de entrosamento entre Carolina e Dantas, levou ao rompimento da relação profissional. Desta forma, decidiu seguir sozinha, na posição de mulher negra e autora pouco instruída, numa busca incessante por uma editora que aceitasse publicar seus textos. Após tantos não, decidiu arcar com os custos para que duas das suas produções fossem publicadas: *Pedaços da fome* (1963) e *Provérbios* (1963).

O fracasso foi a consequência da sua teimosia: mergulhada em dívidas, decide deixar a cidade grande, seguindo para o interior de São Paulo. Precisamente para um sítio em Parelheiros, onde poderia plantar para alimentar os filhos, em simultâneo, assegurar um isolamento necessário diante de tantas tentativas mal logradas. Isolada, encontra tempo para, além dos trabalhos na lavoura, dedicar atenção à escrita. Afastando-se do gênero que a fez surgir nacionalmente, o diário, passa então a investir na escrita de poemas, peças teatrais e romances.

Como último recurso, entrega seus textos para duas jornalistas francesas que a entrevistaram em 1975. No entanto, a publicação desses escritos só ocorreu em 1982, cinco anos após a morte de Carolina e com uma característica peculiar, editado primeiramente na França com o título de *Journal de Bitita*, apelido de infância da autora. No Brasil, o manuscrito original permaneceu inédito até 1986, quando a editora Nova Fronteira decidiu lançá-lo com o nome de *Diário de Bitita* para compor uma trilogia autobiográfica com *Quarto de Despejo* e *Casa de Alvenaria*.

1.1 Carolina, uma mulher multiartista: da lona de circo aos palcos da TV

Ao pensar a trajetória de Carolina Maria de Jesus é necessário considerar não somente sua produção literária, mas também as múltiplas habilidades artísticas que desenvolveu ao longo dos anos. Ainda na infância, ela tinha o hábito de ouvir os relatos dos mais velhos e a partir do que ouvia e conseguia compreender construía sua percepção do mundo e das artes.

A curiosidade que sentia ao aprender, aliada à inteligência e perspicácia, permitiu-lhe um conhecimento do mundo que ia além do que a sala de aula poderia lhe proporcionar. Dessa forma, desenvolveu um aprendizado vivencial que a ajudou a trilhar vários caminhos artísticos. O circo foi, para Carolina, um dos primeiros espaços a lhe permitir experimentar e conhecer novas formas de arte.

A primeira referência que Carolina faz a respeito do circo em sua vida está ligada a uma recordação de infância relatada no *Diário de Bitita*. A narradora lembra o conflito entre Augusto Bicudo, pai de sua prima, e um policial que, ao ser desafiado, fura a orelha de Augusto com uma bala de revólver. Esse incidente causa um grande constrangimento ao rapaz ferido, que se torna um símbolo de chacota e aberração na cidade. Carolina relata um dos principais problemas dos circos da época, os chamados *freak show*⁸ ou circo dos horrores, que exibiam pessoas com anomalias ou condições genéticas raras que viviam normalmente fora do convívio social e, por meio deste espaço, conseguiam emprego e abrigo. Por outro lado, se sujeitavam a exposições bizarras que tentavam despertar a atenção do público. Vendia-se a ideia de que o circo conseguia transformar “aberrações” em artistas consagrados.

Assim surge no relato de Carolina a figura do dono de circo em busca do Augusto: “Você não quer trabalhar no meu circo? Agora você tem valor porque está com a orelha furada. Você trabalha com o palhaço Pouca-Roupa. E eu te transformo em um grande artista”. (JESUS, 2007, p. 132-133). É claro que essa característica capitalista de exploração não apaga o grande significado que o circo sempre teve na cultura brasileira, sendo por meio dele que a arte conseguia chegar aos recônditos mais distantes do país, muitas vezes sendo a única fonte

⁸ No final da Idade Média, o *freak show* foi uma forma de entretenimento que teve a sua origem em feiras inglesas. No seu início, contavam com a presença de um ou mais humanos não comuns que, sob a orientação do gerente, viajavam de cidade em cidade para mostrar as atrações.

Em 1840, o *freak show* ganhou reconhecimento nos EUA devido ao trabalho de Phineas Taylor Barnum. No século XX essa forma de exploração humana a se enfraquecer, com os avanços científicos em genética e estudos mentais, o que favoreceu a sensibilização do pensamento social. As sociedades passaram a se posicionar criticamente em relação aos *freak shows*, destacando sua natureza exploratória e desumana.

BONINI, T.; COSTA, N. V. da S. *A subjetividade complexa das pessoas freaks em American horror story: freak show*. Jangada: crítica | literatura | artes, [S. l.], v. 2, n. 18, p. 402–425, 2021. DOI: 10.35921/jangada.v1i18.390. Disponível em: <https://www.revistajangada.ufv.br/Jangada/article/view/390>. Acesso em: 20 abr. 2023.

cultural para algumas comunidades rurais, como Sacramento, cidade natal da escritora. Era o circo o espaço a permitir que talentos fossem descobertos, habilidades fossem desenvolvidas e, dessa forma, sendo visto por Carolina como uma referência e um aliado à concretização dos seus sonhos.

No período em que migra para São Paulo, após ser desprezada por familiares, sem apoio, sem recursos financeiros, e assomado o agravamento dos problemas de saúde que a impossibilitavam de trabalhar em casas de família, encontra abrigo na chácara de Chicholim, palhaço de um circo falido. Essa aproximação lhe abre portas a um universo novo, passa então a conhecer melhor a arte circense e inicia suas apresentações nesse ambiente.

Segundo Castro & Machado (2007) no circo Carolina apresentava-se no papel que lhe oferecessem, não criava objeção a nada, indo desde cantora, declamadora, dançarina, a malabarista. O que desejava basicamente era ter a oportunidade de aparecer, mesmo que em muitas situações não recebesse pagamento por sua atuação. Fato este comprovado no relato de José Carlos de Jesus, filho de Carolina, em depoimento para o livro *Cinderela Negra: a saga de Carolina Maria de Jesus*, em que afirma: “se chegasse um circo pelas redondezas, o diretor logo recebia uma visita se oferecendo para atuar. Várias vezes assistimos ao espetáculo de graça porque ela participava” (MEIHY & LEVINE, 2015, p. 105).

O circo permitiu que Carolina sonhasse com a vida artística. Também era um dos primeiros locais que escolhia para apresentar seus textos, fato que se comprova no relato do dia 16 de junho de 1958 do *Quarto de Despejo* em que diz: “Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me: — É pena você ser preta” (JESUS, 2013, p. 64).

Seria a cor um instrumento para determinar a validade e a capacidade criativa do escritor/a? Sob este prisma de marginalização, muitas produções foram excluídas, invalidadas e seus autores ignorados simplesmente por não pertencerem à raça dominante. Mesmo em um cenário reconhecido como de democratização das artes, sempre aberto para novos talentos, como o circo, o racismo ainda estava presente. Era permitido que uma mulher negra dançasse, cantasse, atuasse, colocasse o corpo em movimento para exibição e apresentação de sua arte, mas escrever não. A escrita sobre essa perspectiva racista e patriarcal implicava na capacidade intelectual de pensar, argumentar e produzir conhecimento, o que não era reconhecido às mulheres, sobretudo às negras como Carolina.

Apesar de ter consciência do preconceito que a impedia de realizar o sonho de ser reconhecida como escritora, não desistia, continuava insistindo no que acreditava, porém sem perder de vista a aspiração de desenvolver sua arte de outras formas. O próprio Audálio Dantas reconhecia essa necessidade de visibilidade em Carolina ao dizer que “ela tinha um grande

fascínio pelo brilho. Ela não só pretendia lançar livros, como queria ser artista de teatro, ser cantora, aparecer na televisão” (MEIHY & LEVINE, 2015, p. 120).

É importante salientar que, no final da década de 1950, quando Carolina morava na Favela do Canindé, o principal meio de comunicação no país era o rádio, que estava presente na maioria dos lares. Ele não apenas informava, mas também divulgava produtos e serviços por meio de uma programação variada que ia desde os noticiários, novelas, programas de humor até programas de auditório que eram transmitidos ao vivo e faziam muito sucesso.

Durante um período exíguo, Carolina foi a única moradora da favela do Canindé a possuir um rádio. Este fato a colocava em uma posição de superioridade em relação aos outros moradores que, por não terem acesso a este recurso, precisavam recorrer a ela para ficarem informados dos acontecimentos do país. Carolina acompanhava as notícias sobre a política nacional, ficava por dentro das horas, ouvia músicas e acompanhava as radionovelas. “Quando cheguei em casa, liguei o rádio para saber as horas. Era 23,55. Esquentei comida, li, despi-me e depois deitei. O sono surgiu logo” (JESUS, 2013, p. 17).

Os programas de rádio ajudaram a consagrar muitos artistas, permitindo que suas vozes alcançassem, ao mesmo tempo, os lugares mais distantes do país, atingindo desde as pessoas mais abastadas até as mais simples, alfabetizadas ou não, que passavam a ter consciência da existência desses artistas e admirá-los. Fazer parte desse universo por muitos anos foi o desejo de Carolina, entretanto, não encontrava oportunidade para concretizá-lo.

Na ausência de recursos que possibilitassem sua inserção nos programas de rádio e televisão, veículo de comunicação que estava em processo de expansão no período, Carolina alimentava o sonho artístico com as apresentações que fazia nos circos que surgiam pela cidade. Além disso, também via o carnaval como uma excelente oportunidade para explorar seus múltiplos talentos, era a festa que ela mais apreciava, conforme relata o filho José Carlos de Jesus: “Uma das maiores carnavalescas que conheci, foi minha mãe. Os cinco dias de folia eram sagrados para ela”.⁹ O carnaval era uma oportunidade não somente de lazer, mas também de exercício do seu talento e criatividade. Nos dias que antecediam a festa, ocupava-se com a criação da sua fantasia, usada nos concursos dos quais participava. Para compor os figurinos, costumava usar materiais simples que angariava por meio de doações ou que recolhia pelas ruas, como: papelões e penas de galinha. Sem dinheiro para comprar algo grandioso, usava a criatividade na produção carnavalesca.

⁹ MEIHY, José Carlos Sebe bom. LEVINE, Robert M. Cinderela Negra a saga de Carolina Maria de Jesus. 2ª ed. Sacramento MG: Bertolucci, 2015, p. 104.

Após a publicação de *Quarto de Despejo*, que teve um grande sucesso de vendas e repercussão, a vida da escritora mudou completamente. A mulher negra, excluída, sem voz, passou a ser convidada ilustre e figura recorrente em diversos compromissos, sendo vista ao lado de personalidades importantes da sociedade, bajulada por muitos artistas, políticos e intelectuais da época. Participou de congressos e do II Festival de Escritores de 1961 ao lado de Jorge Amado, além de viajar pelo Brasil e exterior para divulgar sua obra.

A mudança que a sociedade reportou a Carolina, mesmo que por um curto período, era consequência de uma política segregacionista que sempre atribuiu valor às pessoas a partir do que possuíam ou do que tinham a oferecer. Com o sucesso, Carolina deixou de ser vista apenas como uma pobre negra, favelada e passou a ser reconhecida e reverenciada como uma “escritora exótica”. A elite soube aproveitar Carolina para seus objetivos.

O sucesso do livro lhe dava uma posição de “celebridade”, um artigo para ser consumido em todos os sentidos, mas esta recepção tinha limites. Poderia circular nos meios ilustres e eruditos ao lado de pessoas consagradas, mas não era reconhecida como pertencente a este grupo social. O julgamento atribuído a Carolina para desqualificá-la era motivado por concepções preconcebidas de descrédito e incompetência intelectual partindo de pessoas que não a consideravam como um de seus pares, por Carolina ser uma mulher negra e com uma escolaridade incompleta.

Um ano depois da publicação de *Quarto de Despejo*, a obra foi adaptada para o teatro. Na ocasião, Carolina percebeu ser o momento tão esperado de concretizar o sonho de se tornar atriz, mas isso não ocorreu. Apesar da objeção que impôs para aceitar a adaptação da sua obra não a aceitaram interpretando, queriam alguém com experiência profissional e não viam na escritora o talento necessário para atuar no teatro como protagonista. Sabiam que Carolina tinha o sonho de interpretar, mas não acreditavam que as experiências de atuação em circos a habilitariam para atuar com maestria no teatro de uma das principais capitais do país. A contragosto foi convencida a desistir dessa ideia.

Ruth de Souza, atriz profissional, foi convidada para interpretar Carolina de Jesus no teatro. Além de ter uma semelhança física com a escritora, vivia um momento de ascensão, sendo reconhecida como a primeira atriz negra a se apresentar no Theatro Municipal do Rio de Janeiro em 1945, além de ser a primeira brasileira a ser indicada ao prêmio de Melhor Atriz no festival internacional de Veneza, em 1954. Suas credenciais eram perfeitas para interpretar Carolina no teatro. Era esperado que a escritora se mostrasse orgulhosa pela escolha de alguém tão bem conceituada, mas não foi isso que ocorreu. Para Carolina, ninguém melhor do que ela, ex-moradora da favela, para representar as suas experiências, dores, luta e resiliência. Magoada

por não conseguir viver no teatro o que viveu na realidade, promoveu uma cena vexatória na estreia ao se levantar da plateia e protestar contra a atuação dos atores, sobretudo contra a atriz Ruth de Souza, como relata Vera Eunice:

Uma vez resolveram montar uma peça baseada no Quarto de Despejo. O produtor falou com o Audálio, que por sua vez foi conversar com a minha mãe. Sabe o que ela aprontou? Disse que só deixava montar o espetáculo se ela mesma fizesse o papel de “Carolina”. Queria porque queria ser atriz e trabalhar no teatro, de qualquer jeito! Bateu o pé até o fim! Nem o Audálio conseguiu tirar a ideia da cabeça dela. É claro que a peça acabou saindo sem ela; escolheram a Ruth Souza, que já era atriz profissional e tinha muita semelhança física com minha mãe. Só que no dia da estreia foi o maior escândalo. Durante a apresentação, minha mãe gritava da plateia: Não é nada disso! Está errado! (MEIHY & LEVINE, 2015, p. 89)

Carolina, apesar de não ter se tornado atriz, lançou-se como cantora em 1961, quando foi convidada pela RCA Vitor para gravar um álbum com composições de sua autoria. Esse convite representa uma grande conquista para uma mulher negra e periférica, principalmente se considerarmos que a gravadora já havia recusado, por preconceito, lançar o disco da cantora Elza Soares, que vivia um momento de notoriedade, após a vitória no concurso de cantores de rádio e a realização de uma turnê internacional. Apesar de todas as qualidades da cantora e da sua capacidade vocal, os executivos da RCA Vitor não a quiseram por ser negra, o que foi confirmado pela própria Elza Soares em 2002, durante uma entrevista que concedeu ao Programa Roda Viva da TV Cultura.¹⁰

No entanto, a RCA Vitor decidiu gravar um álbum com Carolina de Jesus, que não era conhecida como cantora, em detrimento de Elza Soares, demonstrando, assim, o quanto a escritora vivia um período de consagração no país após a publicação de *Quarto de Despejo*. Não era apenas mais um livro que se destacava, mas também a luta de uma mulher negra contra um sistema que teimava em invisibilizá-la e silenciá-la.

O público estava sedento por ouvir e conhecer mais sobre esta mulher, saber suas habilidades e qualidades artísticas, existia uma verdadeira “excitação” dos consumidores por tudo que se relacionasse a Carolina. Diante dessa situação, os produtores da RCA Vitor, tendo em mente o potencial mercadológico que Carolina Maria de Jesus representava, decidiram que deveriam disponibilizá-la no mercado fonográfico. Dessa forma, Carolina Maria de Jesus, cantora e compositora, nasce oficialmente.

Audálio Dantas sempre se manifestou contra a inserção de Carolina em outros campos artísticos. Para o jornalista, o seu potencial estava na escrita de denúncias, nos seus diários. Não

¹⁰ RODA VIVA. Elza Soares fala sobre a força do samba. YouTube, 2 de fev. 2021.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NfIZJYBdHkI>. Acesso em: 05 de abril de 2023.

compreendia e nem atribuía valor à diversidade artística de Carolina, associando essa postura diferente da escritora à necessidade de “glória”, um traço da personalidade de Carolina que considerava desconhecido pela maioria das pessoas. No entanto, quando um especialista reconheceu o valor das composições de Carolina e a incentivou a gravar, Dantas repensou e decidiu apoiá-la também. O jornalista deixa claro que Carolina tem talento para compor músicas, suas letras são inteligentes e falam a linguagem do povo, mas põe em xeque a sua capacidade vocal, conforme o que escreveu na contracapa do disco em 1961:

Antes da publicação do livro — lembro-me bem — Carolina me falou de “uns sambas” que escrevera em seus cadernos, mas confesso que não dei importância. Um dia, lá no barraco número 9 da rua A, ouvi o José Carlos, a Vera Eunice e o João José cantarolando “as músicas que a mamãe inventou”. Gostei, mas nada disse de medo que a Carolina ameaçava, (ela sempre desejou muitas coisas) cantar no rádio. O tempo correu não se falou mais no assunto, até que um expert ouviu as músicas de Carolina, o resultado aqui está. Ela mesma cantando, esta negra milagrosa. De início assustei-me um pouco com a ideia da Carolina cantar, mas a música nascida no Quarto de despejo é boa, autêntica com gosto de povo e a voz de Carolina magnificamente assessorada por estes fabulosos Titulares do Ritmo não é voz de nenhum rouxinol, mas é voz de povo, documento importante. (JESUS, 1961, s/p)

O álbum gravado por Carolina, intitulado *Quarto de Despejo – Carolina Maria de Jesus cantando suas composições*, traz letras que abordam os problemas sociais que afligem a vida dos menos favorecidos por meio de uma linguagem poética inspirada na poesia existente no viver das pessoas mais simples, captando as nuances de um cotidiano amargo para destacar as agruras de viver na pobreza, canta as lutas contra as injustiças sociais, bem como as relações conflituosas entre casais, e os amores não correspondidos. O disco é composto por 12 canções que marcadamente trazem o samba como ritmo dominante, mas que também contam com marchinhas carnavalescas, batuque, valsa e baião. Com uma voz forte e ritmada, Carolina entoava músicas que se alternam entre toadas alegres e melodias tristes que mais se assemelham a canto de lamento.

Na faixa intitulada “O pobre e o rico”, ao som do batuque, Carolina ecoa com voz lamuriosa as diferenças sociais agravadas por políticas excludentes, voltadas aos interesses das classes privilegiadas. Nesta canção há uma forte referência à guerra e aos impactos que esta trouxe à vida da população menos favorecida.

Rico faz guerra pobre não sabe por que
 Pobre vai na guerra tem que morrer
 Pobre só pensa no arroz e no feijão
 Pobre não se envolve nos negócios da nação
 Pobre não tem nada com a desorganização.

(JESUS, 1961)

Vale lembrar que, no final dos anos 1950, o Brasil enfrentava os efeitos da II Guerra Mundial sobre a política interna e externa do país, o que resultou em avanços tecnológicos que beneficiaram as classes mais privilegiadas. O conflito também trouxe problemas sociais para a população menos favorecida, que sofria com o impacto inflacionário percebido principalmente nos custos dos produtos alimentícios, conforme ressaltado na música no trecho em que diz “pobre só pensa em arroz e feijão/pobre não se envolve nos negócios da nação”. Quando Carolina afirma que o pobre não se envolve nos problemas do país, na verdade, o que pretendia ressaltar era a ausência de voz das populações desfavorecidas nas decisões que afetam diretamente a sua sobrevivência. Sem voz para gritar seu descontentamento, resta-lhes lutar pelo arroz e feijão de cada dia, em uma luta desigual e opressiva.

Em “Ra-Re-Ri-Ro-Rua” e “Pinguço”, que aparecem nas faixas 1 e 3 do lado A do LP, temos duas canções carnavalescas que criticam o comportamento machista e os relacionamentos abusivos que levam à violência doméstica. Além disso, Carolina aponta o uso de álcool como um problema recorrente nas casas dos moradores da favela. As letras enfatizavam a consciência que Carolina tinha da necessidade da independência da mulher, o que parece apontar para a sua própria situação, já que não estava envolvida em nenhum tipo de relacionamento, era dona do seu nariz e, por isso, sentia-se livre destes problemas.

Ra-Re-Ri-Ro-Rua
 [...]Você chega de madrugada
 Fazendo arruaça e xaveco
 Além de não comprar nada
 ainda quebra meus cacarecos. (JESUS, 1961)

Pinguço
 [...]O pinguço chega em casa não compra nada e quer comer
 Bate na mulher, põe os filhos pra correr
 Quem casar com pinguço vai sofrer (JESUS, 1961)

No livro *Quarto de Despejo*, Carolina refere-se à composição de uma música que acabara de produzir, enfatizando a alegria que envolvia o seu processo criativo. É importante notar que a música, composta em 1958, retrata a atitude vingativa de uma mulher apaixonada que, por se sentir preterida, resolve fazer uma macumba para o seu amado. Essa música passa a fazer parte do repertório gravado por Carolina em 1961, o samba intitulado “Macumba”:

8 de setembro de 1958... Hoje eu estou alegre. Estou rindo sem motivo. Estou cantando. Quando eu canto, eu componho uns versos. Eu canto até aborrecer da canção. Hoje eu fiz esta canção:

[...]Te mandaram uma macumba
 E eu já sei quem mandou
 Foi a Mariazinha
 Aquela que você amou
 Ela disse que te amava

Você não acreditou.
(JESUS, 2013, p. 120)

Durante o período que antecedeu o lançamento do disco *Quarto de Despejo – Carolina Maria de Jesus cantando suas composições*, houve um intenso processo de divulgação do projeto musical de Carolina nos meios de comunicação. A gravadora RCA Vitor publicou notas em jornais, programas de rádio e TV. Os números alcançados com as vendas dos discos, no entanto, não foram divulgados. A ausência de informações sobre esses dados indicam que não houve o sucesso esperado.

Alguns registros atestam que a imprensa foi bastante crítica quanto às habilidades vocais de Carolina. Como aponta Tom Farias (2017), os críticos da época rejeitaram com veemência a obra musical da escritora. As críticas atingiram principalmente a voz da cantora. Não reconheciam nas melodias cantadas por Carolina qualidade vocal que assegurassem sua permanência neste mercado. Apesar do tratamento hostil, era possível notar que a mesma imprensa que a desqualificava como cantora, mesmo que de forma sutil, enaltecia sua capacidade como compositora, como o fez o cronista e crítico Stanislaw Ponte Preta no Jornal Folha da Noite ao afirmar que como cantora Carolina perdeu uma ótima oportunidade de se calar, mas ressalta a qualidade das composições chegando a classificá-las como excelentes.

Passados 62 anos do lançamento do disco *Quarto de Despejo – Carolina Maria de Jesus cantando suas composições*, o talento composicional de Carolina volta a ser evidenciado com o lançamento do álbum digital *Bitita — As composições de Carolina Maria de Jesus* pelo Selo SESC, que faz uma releitura das suas músicas. Este projeto foi idealizado e produzido pela percussionista e diretora musical Sthe Araújo.

No ano de 1971, um longa-metragem foi produzido na Alemanha sobre Carolina Maria de Jesus, com o título de *Favela — Das Leben in Armut* (Favela: a vida na pobreza) e dirigido por Christa Gottmann-Elter. Nele, a escritora aparecera como atriz, interpretando-se. Este filme foi vetado no Brasil, uma vez que o país vivia o “Milagre Econômico” e não era de interesse do Governo trazer a escritora para a cena política, pois isso reacenderia a imagem dos problemas sociais dos quais o Brasil tentava fugir. O documentário só foi exibido na Alemanha naquele período. Apenas três décadas mais tarde, durante as comemorações do centenário de Carolina, o país pôde assisti-lo, por meio de uma iniciativa do Instituto Moreira Salles.

Sete anos após a morte da escritora a Rede Globo exibiu o Caso Verdade: *Quarto de Despejo – de catadora de papéis a escritora famosa* (1983), para contar a história de Carolina.

1.2 Carolina: da diversidade literária à fortuna crítica

Apesar de Carolina ter surgido no cenário literário nacional somente a partir do lançamento do livro *Quarto de Despejo*, em 1960, sua escrita começou muito antes disso. Há relatos que indicam que ela já escrevia há pelo menos 20 anos antes de ser oficialmente reconhecida como escritora. Inclusive algumas de suas poesias já haviam sido publicadas em jornais da época, mas sem repercussão. Escrevia sobre tudo: suas inquietações, descobertas, alegrias, amores, tristezas e infortúnio. Com uma escrita afiada, tentava traduzir nas letras as imagens das misérias e injustiças que percebia ao seu redor. “Com as agruras da vida somos uns infelizes perambulando aqui neste mundo. Sentindo frio interior e exterior” (JESUS, 2013, p. 179).

A linguagem que utiliza na sua escrita apresenta variações no vocabulário, com empregos de expressões típicas do linguajar popular, a inclusão de vocábulos eruditos assimilados por meio das leituras de clássicos da literatura que costumava ler e admirar, pela forma como eram trabalhadas as palavras no papel. Por isso, buscava imitá-los em suas produções. Carolina relata, numa passagem do *Diário de Bitita*, que, durante o tempo em que esteve doente em Sacramento, passava os dias lendo *Os Lusíadas* de Camões, com o auxílio do dicionário. “Eu ia intelectualizando-me, compreendendo que uma pessoa ilustrada sabe suportar os amarumes da vida” (JESUS, 2006, p. 218).

Assim, um dos traços a diferir a escrita caroliniana das demais era a junção de uma linguagem popular com inserções de expressões eruditas como “abluir”, “delinquir”, “tépida”, em frases permeadas de ênclises e metáforas. Esse é um aspecto que demonstra o quanto Carolina era cuidadosa em seu processo de escrita. Sabia que, para ser aceita como escritora, precisava apresentar uma linguagem diferente daquela utilizada pela maioria das pessoas que a cercavam, uma população pobre e analfabeta. O conhecimento do mundo a fazia perceber essa diferença, assim, buscava superar a barreira que a separava do mundo dito “escolarizado”, a partir de um aprendizado fundamentado nas observações, na escuta, nos relacionamentos sociais e, sobretudo, nas leituras.

A força da sua escrita está no olhar atento que capta no cotidiano inspiração para sua produção literária. Além disso, a necessidade de escrever era vital para Carolina, que a via como única opção que lhe permitiria obter recursos para concretizar o sonho de ter uma casa própria longe da favela. Os problemas financeiros a atormentavam. Queria sair daquele lugar inapropriado, ter dinheiro para sustentar a família, uma estabilidade financeira que a permitisse

enxergar o mundo de outra forma, além do amarelo, metáfora concebida para representar a fome.

É necessário compreender que a escrita, para Carolina, era também uma necessidade de suprir uma fome muito maior, a existencial. Na condição de mulher, pobre e negra, sabia que somente por meio da escrita poderia mudar a realidade de invisibilidade e silenciamento a que estava submetida, tinha consciência do poder da palavra e da capacidade transformadora que tinha em suas mãos. Dessa forma, enfrentava uma batalha incessante em busca desse reconhecimento. O que não era nada fácil ao se observar que no período em que buscava ser reconhecida como escritora, no cenário literário nacional destacavam-se escritores consagrados como Clarice Lispector e Jorge Amado.

Sendo assim, quando surge uma mulher que se propõe a ser reconhecida como escritora, confrontando um padrão preconcebido de perfil de escritor, sem um nível de escolaridade elevado, sendo étnica e socialmente diferente dos outros, a crítica não a viu com bons olhos, entendendo na sua atitude uma “audácia” que deveria ser entendida apenas como um sonho utópico, sem grandes perspectivas de ser concretizado. Ela era então, segundo Conceição Evaristo, “uma voz solitária num deserto negro, que tentava se afirmar como escritora”.¹¹

Não foi a primeira escritora negra do Brasil, outras anteriores a ela já haviam passado por processos semelhantes de desqualificação e desprezo produzidos pelo racismo estrutural que teima em invisibilizar, esconder e apagar o que existe. Contudo, foi uma das primeiras a ser reconhecida e ter alcançado uma vendagem expressiva de sua obra, mas, ainda assim, acabou caindo no esquecimento de uma sociedade que ainda não enxerga pessoas negras em sua integridade e genialidade.

Em contraponto ao que a crítica esperava, Carolina acreditou em si e construiu um legado composto por diários, romance, contos, peças de teatro, crônicas, memórias e poesias. Na sua trajetória, acompanhou a publicação de 04 livros: o primeiro, *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada*, publicado em 1960, a partir de 20 cadernos manuscritos, escritos entre 15 de julho de 1955 e 1 de janeiro de 1960, traduzido para 13 idiomas e vendido em mais de 40 países, alcançando a marca histórica de mais de um milhão de exemplares vendidos.

Em 1961, publicou o segundo livro, *Casa de Alvenaria*, que narra a trajetória da escritora de 1960 a 1961, período em que deixou a favela para morar na casa própria. Em 1963 publicou duas obras: *Pedaços da fome*, romance com características de folhetim, que seria

¹¹ Trecho de depoimento de Conceição Evaristo em 2015 para o canal Nação TVE – TV Educativa de Porto Alegre, programa especial sobre Carolina Maria de Jesus.
<https://www.youtube.com/watch?v=E5V8SvEN2II&t=14s>

chamado de *A felizarda*, mas, por conta da resistência dos editores, teve o título modificado para fazer referência ao tema que havia consagrado Carolina na literatura, a fome. Outro lançamento deste ano foi *Provérbios*, que apresenta frases e provérbios simples, repletos de clichês.

Após a morte de Carolina, em 1977, novas obras foram publicadas a partir do acervo inédito que a escritora havia deixado, como: *Diário de Bitita*, em 1986, no qual Carolina narra a sua infância, adolescência e início da vida adulta. Em 1996, por iniciativa do historiador José Carlos Sebe Bom Meihy, foram publicados dois livros: *Antologia Pessoal*, que reúne um conjunto de poemas que Carolina escreveu ao longo dos anos, e *Meu Estranho Diário*, que traz a íntegra dos manuscritos que originaram o livro *Quarto de Despejo*. A edição do livro *Onde Estaes Felicidade* foi lançada em 2014 por Dinha e Rafaella Fernandez em comemoração ao centenário da escritora, em que foram reunidos dois contos inéditos de Carolina. Em 2018, o livro *Meu sonho é escrever — contos inéditos e outros escritos*, foi publicado, uma coletânea de 58 cadernos que reúne, além de romances, poemas, contos inéditos, peças de teatro e letras de marchinhas carnavalescas.

Além disso, foram publicadas biografias da escritora, como *Cinderela Negra: a saga de Carolina Maria de Jesus* (1995), escrita por José Carlos Sebe Bom Meihy e Robert Levine. O trabalho é composto por uma análise do acervo da escritora, de conversas com familiares, amigos e críticos, além da publicação de dois contos: um inédito e outro na versão original, conforme os manuscritos. Um trabalho inovador que incentivou novos estudos sobre as obras da escritora no Brasil.

Em 2007, Eliana de Moura Castro e Marília Novais Mata Machado publicaram a biografia: *Muito bem, Carolina!* O trabalho não só reúne dados sobre a vida de Carolina, como também produz um importante documento histórico sobre o Brasil dos anos 60.

Em 2009 foi publicada, *Carolina Maria de Jesus — uma escritora improvável*, de Joel Rufino dos Santos, uma biografia que conta a história de Carolina, entrelaçando-a com a história recente do Brasil, com fortes reflexões sobre classe, sociedade, raça e escrituras.

Já em 2018 surgiu uma nova publicação sobre a escritora, *Carolina: uma biografia*, de Tom Farias. Uma aprofundada e competente análise de fontes como: jornais, revistas, material biográfico e autobiográfico, que resgata a trajetória da vida de Carolina Maria de Jesus, desde o seu nascimento até a morte.

A fortuna crítica sobre Carolina Maria de Jesus cresceu consideravelmente. Há publicações que vão desde: livros, teses, dissertações, monografias, artigos até ensaios sobre a escritora, abrangendo diversas áreas de estudo, como: História, Ciências, Educação, Saúde e

Arquitetura. No Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, foram identificados somente na área de Letras mais de 40 registros de dissertações e 17 teses sobre a escritora, com destaque para os estudos de doutorado de Aline Arruda, *Carolina Maria de Jesus: um projeto literário e uma crítica de um romance inédito* (2015), em que a pesquisadora investiga a existência de um projeto literário de Carolina Maria de Jesus, além de fazer a análise crítica de um romance inédito da escritora, o romance *Dr. Sílvio*.

A tese de Rafaella Fernandez, *Carolina Maria de Jesus, uma poética de resíduo* (2006) busca discutir a problemática sobre as variações de discursos, que cedem forma à experiência narrativa da “poeta do lixo” em *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Já a tese de Elvira Divina Perpétua, *Traços de Carolina Maria de Jesus: gênese, tradução e recepção de Quarto de Despejo* (2000), faz uma investigação nos diários manuscritos e publicação gerada pela compilação de Audálio Dantas, comparando-os; além disso, busca fazer um levantamento de todas as traduções do livro, identificando 14 diferentes idiomas, um a mais que os 13 normalmente anunciados.

A dissertação de Amanda Crispim Ferreira *Escrevivências, as lembranças afrofemininas como um Lugar da memória afro-brasileira: Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e Geni Guimarães* (2013), faz uma análise comparativa nas obras de Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e Geni Guimarães, visando identificar características da Escrevivência.

1.3 Escrevivência como potência de vida

12 de Junho de 1958[...]Deixei o leito para escrever. Enquanto escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes de brilhante. Que a minha vista circula o jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades.[...]É preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela. (JESUS, 2013, p. 58)

O ato de escrever, por si só, já se mostra relevante. No entanto, quando esta ação parte de alguém que diariamente convive com a fome, o abandono, a violência como Carolina é uma proposta corajosa, que soa como um grito implícito em busca de alguém que esteja disposto a ouvir e entender sua inconformidade. Visando criar um mundo paralelo à realidade, distante de tanto sofrimento, como mostra o registro apresentado na epígrafe, a escritora tinha como objetivo não ceder às adversidades que tentavam encarcerá-la na lama existencial.

Ao pensar o processo da escrita no Brasil e dentro deste contexto localizar como se implementaram os registros históricos dos povos negros em território nacional, é necessário

considerarmos que a esta população excessivamente marginalizada e vítima de violências extremas todo acesso a formas de expressão sempre foram negados. O direito de exercer a escrita em território nacional sempre esteve vinculado a um grupo privilegiado, composto em sua maioria por homens e mulheres brancos, pertencentes às classes econômicas priorizadas, como comprovado por Regina Dalcastagnè em pesquisa realizada em 2004, em que procura fazer um levantamento do perfil dos escritores e personagens da literatura brasileira entre os anos de 1990 e 2004.

Os dados levantados por meio deste trabalho apontam para uma homogeneidade racial entre escritores, indicando que 93,7% entre autores e autoras são da raça branca, enquanto os negros representam apenas 2,4% do total analisado. Além disso, os dados chamam atenção para a predominância masculina na autoria da produção literária nacional, representando 72,7% do total pesquisado, uma hegemonia que impacta na construção do perfil de personagens que assim como seus autores também assumem um predomínio masculino branco, contrastando assim, com a participação negra entre personagens da literatura brasileira que representam apenas 7,9 do total analisado e deste resultado apenas 5,8% são protagonistas. Outro dado significativo revelado pela pesquisa infere que enquanto há uma insignificante participação negra entre os personagens, quanto esta ocorre está sempre associada a papéis desfavoráveis, compreendendo que 47% aparecem associados a criminalidade, já os personagens brancos que constituem 79,8% da totalidade pesquisada, apenas 9% são representados de forma negativa.

Estes dados são importantes e ajudam a compreender que a ausência de participação e representação de grupos minoritários como o negro na produção da literatura ajudam a reforçar na sociedade a ideologia concebida pelo grupo dominante, fator que não ocorre de forma isenta, destituída de uma intencionalidade, mas constitui-se como uma ordem política que busca na materialização de um princípio de soberania racial impor um domínio sobre as atribuições e papéis a serem desempenhados pelos indivíduos na sociedade consoante a sua raça e situação sócio econômica.

Segundo o professor Gilberto Maringoni (2011), a imposição de uma proibição a participação social dos negros nas produções artísticas e literárias fez com que uma grande parcela do que foi produzido por estes ao longo dos anos fosse apagado do registro histórico, persistindo apenas por meio das tradições orais. Esta recusa gerou na sociedade, de modo geral, um olhar de menosprezo e inferioridade para a literatura produzida por negros, algo que refletiu nas posturas de marginalização e discriminação que ainda persistem mesmo após tantos anos pós-escravidão terem se passado. Percebe-se, então, que o que está em jogo neste cenário é a possibilidade de se fazer visível dentro do mundo.

Para o filósofo francês Jacques Rancière (2011) o caráter político da literatura pode ser compreendido a partir das formas estabelecidas socialmente para validar a circulação dessa prática. O filósofo infere a existência de uma política de dominação no método imposto para articular e restringir o percurso literário, legitimando e validando a livre circulação de algumas obras literárias nos espaços sociais, enquanto outras por não se colocarem a favor dos grupos dominantes terem o seu percurso socialmente reduzido. Configurando, assim, o que se entende como formas de aliar discursos ideológicos elitistas à consolidação de uma política de dominação nas artes, com pretensos propósitos emancipatórios.

Como destaca Rancière, é importante pensar as diferentes formas empreendidas por meio da escrita para definir até que ponto este processo tem servido como instrumento de emancipação ou dominação das figuras dos excluídos do cenário das letras. É no exercício de descoberta do processo de dominação que indivíduos considerados incapazes e inferiores conseguem associando-se as palavras e escrita descobrir suas potencialidades “não há hierarquia de capacidade intelectual. É a tomada de consciência dessa igualdade de natureza que se chama emancipação” (RANCIÈRE, 2011, p. 49).

Dessa forma, ter assegurado o direito de falar sobre si na literatura, sustentar a legitimação da voz, assegura ao indivíduo a oportunidade de existência, a permissão de sair da invisibilidade social. Segundo afirma a crítica literária Regina Dalcastagnè o espaço literário está permeado por ações que implicam o exercício de poder.

É difícil pensar a literatura brasileira contemporânea sem movimentar um conjunto de problemas, que podem parecer apaziguados, mas que se revelam em toda a sua extensão cada vez que algo sai de seu lugar. Isso porque todo espaço é um espaço em disputa, seja ele inscrito no mapa social, ou constituído numa narrativa. Daí o estabelecimento das hierarquias, às vezes tão mais violentas quanto mais discretas tentam parecer: quem pode passar por essa rua, quem entra neste shopping, quem escreve literatura, quem deve se contentar em fazer testemunho. A não concordância com as regras implica avançar sobre o campo alheio, o que gera tensão e conflito, quase sempre muito bem disfarçados. (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 12).

Dalcastagnè sustenta haver hierarquias que se sobrepõem para delimitar os espaços sociais destinados aos indivíduos, segundo o que determina a lógica do sistema literário e social, ao demarcar “quem pode circular por essa rua, quem pode entrar nesse shopping, quem escreve literatura e quem deve se contentar em fazer testemunhos”. Esta afirmação nos ajuda a compreender como esses elementos interferiram no processo de publicação de Carolina Maria de Jesus, impedindo a aceitação de sua arte.

Desde o início do processo de publicação de sua escrita, Carolina enfrentou dificuldades com a recusa das editoras. Para uma mulher negra, pobre e sem instrução, encontrar um espaço

para publicar era praticamente impossível. Somente após a intervenção do jornalista Audálio Dantas Carolina conseguiu publicar. Apesar disso, sua escrita passou por cortes, como evidenciado nas supressões de trechos de seus diários em que se repetiam os relatos de fome e sofrimento. Para Dantas, essa reincidência era considerada “exaustiva”, como se a reiteração dos fatos não tivesse relevância diante de um problema social: a fome era um obstáculo diário enfrentado pela autora e não algo esporádico. Além disso, Carolina também teve que lidar com a recusa dos títulos escolhidos para suas obras por parte das editoras, uma imposição que visava restringir a circulação da obra a um espaço reduzido, limitando-a ao campo do testemunho. Neste sentido, o que se tencionava era que essa escrita ficasse apenas restrita a uma dimensão documental, perdendo com isso todo o valor estético de obra literária, como se estes aspectos fossem incompatíveis com a escrita de autora.

Diante disso, é necessário entender a escrita como uma forma de expressão que define um ato político, é preciso enxergar que, se existe uma ação, conseqüentemente houve uma escolha, um comprometimento com o fazer e essa responsabilidade já se concretiza em um ato político. Assim, mesmo sem especificamente se revelar política, a literatura já traz em si essa natureza. Dessa forma, ao se estabelecer como um mecanismo de poder, enquanto potencializa aspectos sociais propagados por grupos beneficiados socialmente, viabiliza e intensifica suas narrativas, favorecendo práticas que impossibilitam o reconhecimento e compreensão dos demais sujeitos na construção histórica e social.

Outro fator a ser considerado nesse contexto de exclusão literária é a estrutura patriarcal que demarcou na sociedade brasileira os lugares a serem ocupados por homens e mulheres, concedendo ao sexo masculino prioridades tanto na participação social quanto na representação familiar. Nessa distribuição conservadora, à mulher cabiam funções relativas às atividades domésticas, cuidar dos filhos, marido e do lar. Importante ressaltar que quando se trata da mulher negra, as funções que lhe cabiam dentro desse corpo social eram sempre subalternizadas, mesmo em comparação às exercidas por mulheres brancas. Cabia, assim, às mulheres negras as atribuições domésticas nos ofícios como empregadas e babás.

Em se tratando de produções intelectuais, as atribuições e a legitimação da capacidade de produção escrita seguia os mesmos parâmetros de privilégio de raça e gênero, consagrando essa desigualdade. Se para o escritor negro a contribuição na literatura nacional ocorria em menor escala em comparação à exercida por homens e mulheres brancos, a produção de autoria feminina negra, pouco figura no cânone brasileiro, representando apenas 2% do total nacional, dado apontado por Dalcastagnè (2012). O que demonstra o predomínio ideológico eurocêntrico que nega às mulheres negras o direito de colaborar na construção do pensamento social.

É de um lugar de alteridade que desponta a escrita da mulher negra. Uma voz que se assume. Interrogando, se interroga. Cobrando, se cobra. Indignada, se indigna. Inscrevendo-se para existir e dar significado à existência, e neste ato se opõe. A partir de sua posição de raça e classe, apropria-se de um veículo que pela história social de opressão não lhe seria próprio, e o faz por meio do seu olhar e fala desnudando os conflitos da sociedade brasileira (ALVES, 2010, p. 185).

Segundo a professora e intelectual negra Miriam Alves (2010), o esforço empreendido por escritoras negras pelo reconhecimento e inscrição no cenário literário nacional é duplamente superior ao exercido por mulheres brancas, reforçando critérios de preconceito e inferioridade impostos as escritoras afrodescendentes que impactam na realidade de desigualdade que ainda persiste nos espaços literários. Apesar disso, nos últimos anos novas vozes surgiram como forma de resistência a um sistema opressor que tenta reservar a estas mulheres o lugar de silêncio e invisibilidade. Estas vozes insurgentes buscaram inspiração no trabalho pioneiro desenvolvido por escritoras negras como Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo.

Ao pensar a importância da escrita dessas precursoras da literatura negra brasileira, é preciso considerar que cada uma delas, ao se propor a escrever, precisou enfrentar diversas objeções sem a garantia de que conseguiriam êxito na empreitada. Cada uma viveu um contexto histórico distinto, mas o preconceito racial esteve presente em todas as circunstâncias. No caso de Maria Firmina dos Reis, considerada primeira romancista negra, pesou para ela o fato de ter nascido no período escravagista, consolidado como o de maior segregação racial, sendo fruto de uma relação extraconjugal de uma portuguesa com um escravizado africano. Ela apresenta uma subversão aos modelos de exclusão impostos às mulheres e aos negros, como demonstra o prefácio do romance *Úrsula* (1859), em que descreve como a literatura feminina era concebida de forma desprezível em uma sociedade marcadamente patriarcal.

Sei que pouco vale esse romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada sem o trato e a conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem; com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo. (REIS, 2018, p. 11)

No romance *Úrsula* (1859), Maria Firmina dos Reis denuncia as injustiças praticadas pelas autoridades patriarcais, bem como confronta a ideologia de subjugação das populações negras perpetrada pelo colonialismo. Para isso, escreve o romance sob o pseudônimo de “Uma Maranhense”, um subterfúgio comum à escrita feminina da época cujo objetivo era assegurar uma proteção em relação à opinião pública que se mostrava implacável com a escrita feminina.

Outra pioneira, Carolina Maria de Jesus, neta de ex-escravizado, filha ilegítima e semi-escolarizada, apesar de não ter vivido o contexto da escravidão, sentiu na pele as consequências do abandono social imposto ao povo negro, além das agruras do preconceito racial e da pobreza. A partir das adversidades sofridas encontrou na escrita uma forma de resistir as intempéries e por meio da publicação de seu livro *Quarto de Despejo*, redigido enquanto morava na Favela do Canindé, em São Paulo, inspirou outras mulheres a escrever também, uma delas foi Conceição Evaristo, considerada uma das mais importantes escritoras negras da contemporaneidade.

Evaristo, ao se estabelecer a partir desse lugar marcado por ancestralidades, influenciou outras escritoras e escritores negros a fazerem ecoar as suas próprias vozes, vozes de sujeitos negros que antes eram silenciados e invisibilizados no cenário social. Assim, sua literatura planeja estabelecer o que Grada Kilomba (2019) defende sobre a necessidade dessa escrita servir como uma forma de proporcionar aos sujeitos excluídos/silenciados a se tornarem narradores da própria história, opondo-se às determinações impostas. As colocações de Evaristo ecoam as de Kilomba, conforme assegurou a escritora em depoimento em 2010:

Quando mulheres do povo como Carolina, como minha mãe, como eu também, nos dispomos a escrever, eu acho que a gente está rompendo com o lugar que normalmente nos é reservado. A mulher negra, ela pode cantar, ela pode dançar, ela pode cozinhar, ela pode se prostituir, mas escrever, não, escrever é alguma coisa... é um exercício que a elite julga que só ela tem esse direito. Escrever e ser reconhecido como um escritor ou uma escritora, aí é um privilégio da elite.¹²

Ao contestar o cenário de desigualdade nos espaços literários, Evaristo busca legitimar através da escrita o lugar de fala dos negros e negras, desvendando por meio das suas vivências e das histórias dos seus antepassados uma luta pela igualdade racial, de gênero e de classe em uma estratégia de reconstrução de suas histórias. Para reforçar esse objetivo, a escritora criou o termo *escrevivência*, assim descrito:

Minha escre-vivência vem do cotidiano dessa cidade que me acolhe há mais de 20 anos e das lembranças que ainda guardo de Minas Gerais. Vem dessa pele-memória – História passada, presente e futura que existe em mim. Vem de uma teimosia, quase insana, de uma insistência que nos marca e que não nos deixa perecer, apesar de. Pois entre a dor, a dor e a dor, é ali que reside a esperança. (EVARISTO, 2020, p. 63).

Conceição Evaristo, ao dispor sobre o seu processo de escrita definido como *escrevivência*, parte de uma experiência de pele-memória, em que enxerga através das cicatrizes de um corpo-pele os registros de toda uma história de lutas, sofrimento, abandono, dor percorridos na experiência negra e denunciados por meio desta pele-memória que insiste em

¹² EVARISTO, Conceição. Entrevista concedida a Bárbara Araújo Machado em 30 set. 2010, Rio de Janeiro.

apresentar no corpo as cicatrizes, marcas implantadas pela vida que surgem como símbolos de uma força que resistiu as intempéries, pois “Só tem cicatrizes aquela/aquele que se lançou no mundo, que existiu, que viveu, sendo a pele o que nos veste e o que nos expõe como sujeitos no mundo” (FREITAS, 2022, p. 21). Essa pele que denuncia um passado de dor para ser curada precisa ser ressignificada, assim, para Evaristo a escrevivência busca reconhecer através dessa experiência pele-memória as vivências da população negra, sobretudo, das mulheres cujas vozes foram incessantemente caladas, representadas de formas estereotipadas e inferiorizantes. Desta forma, o que se busca na escrevivência é o reconhecimento de um corpo antes descrito como objeto, mas que requer o seu direito de sujeito social:

Assenhoreando-se “da pena”, objeto representativo do poder falocêntrico branco, as escritoras negras buscam inscrever no corpus literário brasileiro imagens de uma auto-representação. Criam, então, uma literatura em que o corpo-mulher-negra deixa de ser o corpo do “outro” como objeto a ser descrito, para se impor como sujeito mulher negra que se descreve, a partir de uma subjetividade própria experimentada como mulher negra na sociedade brasileira (EVARISTO, 2005, p. 54).

A partir do momento em que a mulher negra passa a ter voz e uma representatividade legítima na literatura, mesmo que ainda em número inferior aos homens e às mulheres brancas, permitiu-se uma desconstrução de representações estereotipadas advindas do patriarcalismo que enxergava o corpo feminino negro apenas como objeto disponível para a satisfação dos prazeres masculinos.

De acordo com a doutora em Literatura Brasileira Constância de Lima Duarte (2022), desde as primeiras representações das mulheres negras na literatura, estereótipos foram criados para assegurar que esses corpos permanecessem presos a características que as reduzissem a uma condição de inferioridade, de animalidade erótica e exótica, sem racionalidade e sem as amarras de se estabelecer e formar um corpo que representasse um elemento familiar.

Sobre estes aspectos, a filósofa, doutora, escritora e ativista negra Suely Carneiro (2000) acrescenta que enquanto a mulher negra era retratada como a personificação da imoralidade e promiscuidade, por outro lado, a mulher branca era colocada como a representação da santidade, símbolo da família e musa das histórias narradas. Esse tipo de representação contribuiu para o surgimento de um pensamento negativo e empobrecido da mulher negra, reforçando, além do desrespeito, a não aceitação da capacidade feminina negra de se fazer representar no corpo social, de não se enxergar como sujeito autoral, um processo que, além de desumanizar, intentou no apagamento das suas memórias.

Dessa forma, a teórica e ativista negra estadunidense bell hooks¹³ salienta:

Dominação e colonização tentam destruir nossa capacidade de conhecer o eu, de saber quem somos. Nós nos opomos a essa violação, essa desumanização, quando buscamos autorrecuperação, quando trabalhamos para reunir os fragmentos do ser, para recuperar nossa história. (hooks, 2019, p. 62).

Diante dessa afirmação, a teórica, além de chamar atenção para a condição de domínio e opressão impostas as mulheres negras, busca assegurar que somente por meio da tomada de consciência sobre os mecanismos de exploração que atuaram para apagar todas as formas de existência daqueles a quem oprimiram, seja pela retirada do direito de expressão destes sujeitos ou até mesmo pela imposição de um novo idioma e uma nova religião, o que estava por trás deste cenário era a desconstrução de uma identidade, essência fundamental do “eu” interior, um processo de fragmentação, que fez com que a identidade dessa população dominada fosse desintegrada.

Assim, para hooks surge a necessidade de uma autorregulação, conceito que cria para definir o processo pelo qual o dominado ao tomar consciência dessa situação de submissão precisa empreender por meio do resgate da sua história a reintegração com o seu “eu”, uma conexão necessária para permitir que somente assim consiga ultrapassar todo o sistema de desumanização a que foi submetido.

A teoria da autorregulação defendida por hooks converge com o pensamento de Evaristo sobre a escrevivência quando reconhece a necessidade de resgate das histórias fundadas na memória de um “eu”, neste caso, corresponde ao resgate de um passado ancestral, fator crucial defendido por Evaristo na concepção de escrevivência que ao imergir em torno de uma voz narrativa feminina negra encontra na história dos afrodescendentes e na ancestralidade elementos que conduzem a reflexões sobre raça e gênero permitindo uma ressignificação dos seus papéis na sociedade por meio da tomada de consciência.

Para Evaristo a escrevivência assim como a literatura não tem a intenção de ser neutra, suas palavras, à medida que são pensadas, trabalhadas, apresentam muitas vezes denúncias que visam incomodar, tirar o leitor de uma condição de comodidade, levá-lo a pensar, refletir e transformar-se. Para basear sua teoria, a pesquisadora e escritora parte do pressuposto de que ao escrever, as mulheres negras são agentes de transformação que, levantando questões sociais, inquietam e dão novos sentidos ao que veem, em simultâneo, configuram a construção de novas formas de se fazer presente na sociedade.

¹³ No texto o nome da intelectual negra norte-americana bell hooks está assim escrito porque esta é uma solicitação da própria autora.

E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos. E se a voz de nossas ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande, a nossa escrita não. Por isso, afirmo: “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos”. (EVARISTO, 2020, p. 31).

Diante disso, percebe-se outro aspecto de grande relevância da escrevivência: o senso de responsabilidade ao se assumir como uma voz coletiva pautada sob a percepção de um “eu” negro que, ao lançar seu olhar de dentro para fora, reassume, através das memórias coletivas, experiências que deem sentido a sua existência. Ademais, a literatura de Evaristo abriga uma função significativa ao aludir estratégias que visam dar corpo às vivências e relatos orais da existência negra, partindo de suas experiências para assegurar a visibilidade social.

[...] se há uma literatura que aprisiona os sujeitos negros no espaço da estereotipia ou os apaga como seres inexistentes na sociedade, há outro discurso literário em que, vigorosamente, seus criadores, homens e mulheres, afirmam uma ancestralidade africana. Esses discursos incorporam saberes, visões de mundo vivenciados em outros espaços sociais e culturais, assim como muitas vezes além de revelar o pertencimento étnico, revelam também o de gênero. (EVARISTO, 2011, p. 51)

Segundo a pesquisadora Rosane Borges, a escrevivência suscita uma visão de mundo que visa desconsiderar hierarquias literárias que serviram apenas para destituir e invalidar saberes plurais, convocando a conscientização para combater estas práticas hierárquicas por meio de atitudes de insubmissão. Por conseguinte, enxerga na escrevivência um “princípio conceitual-metodológico e potência para suportar as narrativas dos excluídos, uma vez que considera as várias matrizes de linguagem para tecer memória e construir história” (BORGES, 2020, p. 190).

Partindo dessa tomada de conscientização propagada pela escrevivência surge a necessidade na atualidade da insurgência de novas vozes no cenário literário nacional, pautadas na representatividade de indivíduos historicamente invisibilizados tanto pela condição social, como por pertencerem a grupos marginalizados como os favelados, detentos, ex-presidiários, *rappers*, grafiteiros, dentre outros. Essa imposição permitiu que se destacasse no país, desde o final dos anos 1990, um tipo de produção escrita que emerge como Literatura marginal-periférica, inspirada na escrita de autores oriundos de espaços e condições marginalizadas, como Carolina Maria de Jesus, configurando um movimento literário cujas produções partem de espaços sociais excludentes e fundamentados por uma visão crítica dos cotidianos periféricos, vastos e múltiplos, permeados de violência, abandono e miséria.

Como representantes desse movimento contemporâneo temos escritores a se destacar no cenário nacional como Ferréz, com a obra *Capão Pecado* (2000) e Paulo Lins, com *Cidade de Deus* (1997). Entretanto, outras vozes legítimas e iminentes de notabilidade irrompem dos espaços periféricos, validando suas produções e contribuindo para que novas vozes consigam espaço de publicação, dentre eles temos Allan Santos da Rosa, Sacolinha, Dinha, Sérgio Vaz, Elizandra Souza e tantas outras e tantos outros, cujas vozes ecoam nos mais diversos brasis. As atuações dessas escritoras e escritores inserem-se em iniciativas coletivas, advindas dos espaços periféricos, que buscam tecer redes de apoio para difundir não somente suas produções como a de outras escritoras e escritores desses espaços. Movências como essa também se inserem no âmbito da escrevivência.

1.4 O Reflexo da Escrevivência em Carolina Maria de Jesus

Ao escrever o prefácio para o primeiro livro de Carolina Maria de Jesus, *Quarto de Despejo: Diário de uma favelada* (2013), Audálio Dantas afirmou que em meio ao rebuliço da favela que se expandia na beira do Rio Tietê havia encontrado alguém fora dos moldes tradicionais, negra e sedenta de vontade de falar. “Quem governa o nosso país é quem tem dinheiro, quem não sabe o que é fome, a dor e a aflição do pobre”.¹⁴ Esta mulher, aqui retratada por Dantas, realmente tinha algo muito importante a ser dito. Em virtude de estar inserida em um contexto de fome, sofrimento, abandono social, preconceito, trazia em sua autenticidade uma busca pela sobrevivência não apenas como indivíduo, mas como cidadã ciente dos seus direitos e do seu papel social.

É importante salientar que, quando Dantas conheceu Carolina, no final dos anos 1950, já existiam produções literárias que revisitavam temáticas relacionadas às populações negras e eram produzidas por autores negros, no entanto, enfrentavam diversos obstáculos para serem disseminadas, a começar pela materialização do texto impresso. A maioria dos meios de comunicação não publicava textos destes autores, levando ao abandono ou engavetamento de uma riquíssima produção. Além disso, quando conseguiam imprimir, o material era pouco difundido, as edições eram limitadas e, conseqüentemente, circulavam em pequenos grupos ou em jornais específicos de grupos étnicos, como o *Clarim da Alvorada* (1929 – 1940); *Alvorada* (1948); *Auriverde* (1928), dentre outros, com alcance reduzido.

¹⁴ (JESUS, 2013, p. 39)

Os escritores negros não imaginavam abranger as mais diversas camadas sociais por meio das suas produções. Primeiramente, os periódicos negros tinham um caráter de divulgação de textos, como poemas, crônicas e notas de eventos como carnavais, bailes e clubes culturais. Depois, este movimento evoluiu para incluir os aspectos políticos e sociais da população negra. Dessa maneira, a literatura permitiu que os afrodescendentes pudessem se expressar criticamente, como seres sociais que assumem a sua herança negra e, através dela, questionam os lugares que lhes foram atribuídos na sociedade.

De acordo com Cuti, pseudônimo de Luiz Silva,¹⁵ um dos mais destacados intelectuais negros da contemporaneidade (2002), a literatura sempre foi reconhecida pelo seu caráter revolucionário, uma vez que apresenta visões inovadoras em relação ao passado. Dessa forma, construir uma literatura negra significa que estes indivíduos negros buscam se libertar do processo de silenciamento impostos pela cultura branca, que os inviabilizou e estereotipou. É crucial considerar o quanto é relevante o trabalho de uma escritora negra como Carolina que, em uma vida de aprisionamento, estereótipos e invisibilidade, busca uma forma de representação que assegure, a partir de um ponto de vista de experiências, a oportunidade de confirmar o seu direito de ser uma pessoa que conta a própria história.

Dentro desse contexto é que se instaura a escrevivência, termo chave da produção e estudo de Conceição Evaristo, sendo compreendida como uma forma de “relato de experiências coletivas”, que concebe à voz autoral negra o direito de resgate das suas histórias, memórias, vivências e experiências em um processo de intersecções que perfazem o processo criativo ficcional. De acordo com Conceição Evaristo: “a nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para ninar os da casa-grande e sim para incomodá-los em seus sonhos injustos” (EVARISTO, 2017, p. 21).

Com estas palavras, a escritora confirma a necessidade da escrevivência emergir por meio da tomada de voz das populações negras que por muito tempo foram silenciadas, estereotipadas pelos processos de colonização e escravidão, mas que ainda persistem por meio das cicatrizes, expostas em posturas que evidenciam a naturalização da subalternidade das pessoas negras. Essa tomada da palavra assegura por meio da escrita/ferida “escrever é uma maneira de sangrar” (EVARISTO, 2017, p. 109) que estas ações podem ser traduzidas de forma a asseverar uma resistência por meio das vivências:

¹⁵ Cuti, pseudônimo de Luiz Silva, é um renomado intelectual negro contemporâneo, mestre em Teoria da Literatura e doutor em Literatura Brasileira pela Unicamp, também poeta, dramaturgo, ensaísta, contista, romancista e crítico literário. Militante nas causas negras, foi um dos criadores e mantenedores da série de Cadernos Negros, que dirigiu de 1978 a 1993. Também contribuiu com a fundação do coletivo cultural e editora Quilombhoje Literatura.

O ato de escrever tem sua vibração na recepção de quem lê. Por isso, convém dizer que a audiência de Conceição Evaristo se consolida pela construção de laços identitários forjados no pacto de leitura, onde se ativa uma linhagem de pertencimento em profunda alteridade entre a autora e suas/ seus leitoras/es. Disso se assinala uma consciência autoral e um transparente norte de recepção assentada e revigorada em posição social e literária, dinamizada nas temáticas que ela aborda e com as quais se reconecta com o passado – ancestralidade negra – resultando em frutífera irradiação de vozes negras, femininas, subalternizadas. (SILVA, 2020, p. 120).

De acordo com Assunção de Maria Sousa e Silva (2020), a escrevivência não só estabelece um pacto identitário assegurado pela escrita, como também mobiliza o leitor à reflexão da sua história, na compreensão da luta e vivência dos antepassados por meio do resgate de memórias. É, dessa forma, que consegue dar outro significado às marcas que a colonização deixou no corpo de cada escravizado e que ainda causam feridas na vida de seus descendentes. Nota-se que, embora a escrevivência demande o recurso da ficcionalização para recriar histórias narradas, ela dá oportunidade de expressão a indivíduos, excluídos pela sociedade, especialmente as mulheres negras, que estiveram historicamente sujeitas à opressão.

Nesse sentido, o trabalho de investigação da psicanalista, escritora e ativista negra Neuza Santos Souza (2021), para entender o que é ser negro, ajuda a compreender a configuração feminina negra dentro da escrevivência, considerando os aspectos de submissão e subalternidade a que está submetida. Souza chama a atenção para o fato de no Brasil não existir uma consciência racial “nascer com a pele preta e/ou outros caracteres do tipo negroide e compartilhar de uma mesma história de desenraizamento, escravidão e discriminação racial, não organiza, por si só, uma identidade negra” (2021, p. 77), por isso defende que para a construção dessa identidade feminina negra é necessário partir da consciência política e racial, somente assim a mulher deixará de “ser negra” para “tornar-se negra”, afirma:

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades. (SOUZA, 2021, p. 25)

Considerando a diferença entre saber-se negra para construir o tornar-se negra, é importante salientar que a ideologia patriarcal sempre teve como objetivo limitar e aprisionar os negros em uma condição de não reconhecimento das suas capacidades, ao propagar muitas vezes visões reducionistas que os induziram a uma limitação das suas potencialidades. Carolina, em *Diário de Bitita*, demonstra a insegurança que tinha na infância em relação à sua capacidade pela forma como figuras brancas ilustres enxergavam a sua raça. “Ficava duvidando das minhas possibilidades porque os doutores de Coimbra diziam que os negros não tinham capacidade.

Seria aquilo perseguição?”.¹⁶ Mais do que perseguição, estas posturas controladoras representam formas violentas e emblemáticas de confinar e reduzir a representação e participação do negro na sociedade, por isso que a tomada dessa consciência crítica sobre o ser negro faz-se necessário para impedir esse cerceamento ideológico que tenta criar e fixar suas raízes na sociedade.

As colocações de Souza convergem com o pensamento de Evaristo que enxerga na literatura uma possibilidade de se estabelecer uma estabilidade identitária por meio do resgate histórico/cultural de mulheres que tiveram seu passado, seu corpo, sua voz a serviço do domínio colonial e que, por isso, necessitam desconstruir um passado obscuro com vistas a libertação de saberes que lhes foram negados. Desta forma, a escrevivência não pode ser compreendida apenas como à escrita fundamentada na vivência do seu autor, contudo, o processo precisa ser entendido como uma construção coletiva “é o viver e o resistir da multidão, são as múltiplas demandas que constituem esse conjunto diverso e irreduzível a uma identidade única” (BARBOSA, 2019, p. 28). Assim, entende-se que a partir das ações de partilha das memórias, heranças, ancestrais a escrevivência adquire sua consistência em uma tessitura ficcional.

¹⁶ JESUS, 2007, p. 50.



Figura 03: As escritoras Clarice Lispector e Carolina Maria de Jesus em lançamento de livro em 1961.

<https://revistacult.uol.com.br/home/escritor-e-acusado-de-racismo-por-trecho-em-biografia-de-clarice-lispector/>

2 NECROPOLÍTICA COMO TECNOLOGIA DA MORTE

A vida é igual um livro. Só depois de ter lido é que sabemos o que encerra. E nós quando estamos no fim da vida é que sabemos como a nossa vida decorreu. A minha, até aqui, tem sido preta. Preta é a minha pele. Preto é o lugar onde eu moro. (Carolina Maria de Jesus, 2013, p. 167)

Quando escreveu a epígrafe que inicia o capítulo, a escritora Carolina Maria de Jesus sofria com o fantasma da fome que a atormentava constantemente, vivendo em um território abandonado pelas políticas públicas, vítima de preconceito e incompreendida como mulher e mãe que, sozinha, lutava pela sobrevivência dos filhos. Sem perspectivas, compreendia ser a vida dos menos afortunados, preta, numa alusão ao abandono, ao racismo, à desqualificação que reconhecia existir sobre si e demais vizinhos favelados.

Os escritos de Carolina Maria de Jesus percorrem caminhos trilhados por uma parcela da população brasileira constituída principalmente por pessoas pobres e negras que carregam em suas vivências os estigmas do preconceito, abandono e exclusão social. Como consequência desses fatos, o leitor tem a possibilidade de enxergar em suas páginas aspectos do abandono que inviabilizam diversos sujeitos de exercerem plenamente sua cidadania. Diante deste cenário, percebe-se o recrudescimento do processo de segregação social que reforçando os aspectos de vulnerabilidade e invisibilidade conduzem estes indivíduos para viverem distantes dos centros urbanos, em espaços denominados territórios marginalizados,¹⁷ os chamados “quartos de despejos”, expressão empregada por Carolina Maria de Jesus para designar as favelas “eu denomino que a favela é o quarto de despejo de uma cidade. Nós, os pobres, somos os trastes velhos.”¹⁸

Na analogia construída por Carolina fica estabelecida a diferença entre as áreas da cidade, compreendendo ser a favela o lugar do descarte em que aquilo considerado como “obsoleto”, “indesejável” o que não se deseja ter à vista ou “imprestável” fica armazenado. Uma crítica sobre a falta de investimento público para o cuidado com as populações periféricas que as induzem a uma invisibilidade social.

¹⁷ De acordo com Kalynne Thayanna Silva Azevedo no artigo “Pobreza, Marginalização e Segregação Socioespacial: Uma Visão Teórica das Periferias Urbanas” (2013), o conceito sobre território marginal encontra-se internamente associado à ocupação dos espaços por indivíduos que não dispõem de recursos financeiros para assegurar seus direitos sociais, implicando na criação dentro de territórios urbanos de estruturas distintas que servirão para fragmentar a população diferindo-os por classe social, desta forma, os espaços com melhores estruturas serão disponibilizados para quem dispõe de recursos financeiros, enquanto para os pobres restarão os redutos afastados do centro, áreas consideradas de risco, sem qualquer tipo de serviços como saúde, educação, segurança, assistência social, territórios assim entendidos como marginalizados.

¹⁸ JESUS, 2013, p. 195.

Ao retratar a rotina dos moradores de favelas em *Quarto de Despejo*, Carolina aponta para uma senda de limitações e precariedade, chamando a atenção para o modo como o projeto governamental é aplicado nestes territórios para tornar a vida dos indivíduos ainda mais insegura. “Amanheci com dor de barriga e vomitando. Doente e sem ter nada para comer”. (JESUS, 2013, p.144) “Isso não pode ser real num paiz fértil igual ao meu. Revoltei contra o tal Serviço Social que diz ter sido criado para reajustar os desajustados, mas não toma conhecimento da existencia infausta dos marginais”(JESUS, 2013, p. 40).

Ao apresentar as condições de extrema pobreza dos favelados, sem acesso aos serviços básicos de assistência social, saúde, infraestrutura, educação e cultura, reforça que estes acabam sendo aprisionados a um contexto de violência promovida pelo Estado, à medida que, as ações de abandono passam a fazer parte de uma estrutura de governo para manter a sua lógica de segregação. Neste território excludente, onde os direitos humanos são ignorados, cabe aos moradores diante de tamanha negligência governamental se ocupar diariamente em garantir sua sobrevivência, em uma luta desigual contra o sistema que teme em os eliminar.

Ao retratar em suas publicações o surgimento de uma das primeiras favelas do Estado de São Paulo, a Favela do Canindé, território de segregação, passível de violências, desigualdades urbanas e raciais, somos inseridos no universo de subjugamento a que o filósofo camaronês Achille Mbembe define como Necropolítica (2014). Mbembe escreve um ensaio sobre o tema em que discorre sobre alguns pressupostos teóricos que ajudam a compreender a formação do Estado contemporâneo. Seus estudos partem de uma crítica ao conceito de biopolítica traçado pelo filósofo francês Michel Foucault nos livros: *Em defesa da Sociedade* (2010), *História da Sexualidade: vontade de saber* (2017) e *O Nascimento da Biopolítica* (2008).

2.1 A Biopolítica nas perspectivas de Foucault e Agamben

Foucault compreende a biopolítica como um conceito a partir do qual a vida surge como resultado das práticas de poder, para tanto, propõe uma mudança na concepção de exercício de poder governamental, assegurando que as ações imputadas por estas estruturas políticas ocorrem sempre no intuito de agir sobre as pessoas, sobre seus corpos. “A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder” (FOUCAULT, 2010, p. 292-293).

É importante observar o que o filósofo tenta estabelecer com isso que o poder não se esgota na lógica da Soberania sobre um território ou uma estrutura política, mas sobre estratégias de controle e sujeição dos indivíduos nas suas múltiplas formas, “os homens é que são governados”(FOUCAULT, 2008, p. 164). Fica evidenciado, assim, que a biopolítica está inclinada ao controle da população e ao controle da vida humana enquanto espécie.

Para gerir a população durante o século XVIII, que vivia uma explosão demográfica¹⁹ em vias da industrialização, foi necessário gestar a vida dos indivíduos para se tornarem mais produtivas. A questão da expansão populacional e o progresso econômico foram fatores que contribuíram para que a arte de governar, ou seja, a ciência política, tomasse visibilidade e fosse compreendida não apenas no âmbito do contrato ou do direito público. Era necessário desenvolver técnicas de governabilidade “[...] a população aparece como sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo; como consciente, frente ao governo, daquilo que ela quer e inconsciente em relação àquilo que se quer que ela faça” (FOUCAULT, 2015, p. 289).

Assim, surgiram demandas com vistas a racionalizar os problemas de saúde, natalidade, higiene, além de suscitar a necessidade de controle governamental sobre a população para atuar sobre os pleitos que se faziam urgentes. Nessa perspectiva, Foucault evidencia o surgimento do poder disciplinar pautado no controle dos gestos, normatização e hierarquização dos corpos.

Coube então ao governo implantar nas sociedades medidas que dessem conta de controlar e inspecionar os indivíduos por meio de vigilâncias minuciosas sobre as práticas individuais, bem como garantir o controle das condutas de higienização com vistas a resguardar a vida da população, assegurando através da diligência e monitoramento a manutenção da existência saudável.

Era necessário ter familiaridade com a população para poder criar a sua própria existência, de modo a mantê-la viva e deixá-la morrer, invertendo a ação do poder soberano. Para entendermos o que representou o impacto dessas ações na sociedade basta considerarmos que na atualidade os investimentos em saneamento básico são essenciais dentre as políticas públicas para promover a melhoria da saúde, conter o agravamento de doenças e conseqüentemente a mortalidade, principalmente a infantil. Entretanto, essas estratégias de vigilância e sanitização não se faziam presentes nas sociedades anteriores ao século XVIII,

¹⁹ Segundo George Rudé, houve na Europa no período de 1700 um elevado crescimento populacional, fazendo com que o número de habitantes passasse de 100-120 milhões de habitantes para aproximadamente 140 milhões. Este crescimento exacerbado persistiu em 1750, alcançando números na casa de 190 milhões. Alguns fatores evidenciaram essa explosão demográfica e favoreceram a melhoria do nível de vida, como a implantação de cuidados higiênicos que asseguraram a diminuição de doenças e óbitos.

contribuindo para a proliferação de diversos tipos de doenças, surtos e epidemias que acarretavam a morte de grande parcela da população.

Enquanto Foucault enfatiza o controle disciplinador como uma das ações responsáveis pela preservação da vida, na obra *Quarto de Despejo*, escrita entre 1955 e 1960, Carolina registra a ausência dessa preocupação no país, em relação aos moradores das favelas, assegurando o abandono do Estado. É perceptível a relevância do saneamento básico para uma existência com o mínimo de dignidade, algo que não existia no lugar onde morava. Sem água, os habitantes tinham que percorrer longas distâncias para usufruir de um dos recursos essenciais à existência. A falta de saneamento também os obrigava a conviver com resíduos de animais e humanos. Esses problemas, somados à superpopulação e ao atendimento precário de saúde, dificultavam as condições existenciais nas favelas.

Este modelo biopolítico, ao se utilizar das tecnologias de controle das vidas, tem como um dos seus efeitos mais prejudiciais a intensificação das assimetrias existentes na população. Assim, para atingir o seu objetivo pautado no controle, o Estado assume a responsabilidade de incentivar a criação de uma sociedade desigual, em que são incentivados os sistemas disciplinares dos corpos para que se tornem “doces” e “úteis”, aspectos necessários para a manutenção deste poder. No entanto, para assegurar a vida dos indivíduos domesticados e produtivos ao sistema, aqueles que destoavam deste modelo governamental, os reconhecidos como “inúteis”, “improdutivos”, “incapacitados” “perigosos” ou “pesos sociais”, instados à condição de dispensabilidade, sem função dentro deste sistema governamental e, conseqüentemente, deixados para morrer.

Neste sentido, quando Carolina fala sobre a favela e a sua condição como moradora, ela traz aos holofotes as feridas provocadas pelo processo de vulnerabilidade típico de um sistema capitalista que se alimenta da segregação social. Sistema que impõe a determinados grupos e territórios uma estrutura de carência de serviços públicos, ao mesmo tempo em que produz e propaga subjetividades que inferiorizam e diminuem as potencialidades daqueles corpos enquadrados como inaptos.

Um exemplo é quando descreve casos de doenças entre os favelados, “O José Carlos está mais calmo depois que botou os vermes, 21 vermes” (JESUS, 2013, p.58), enfermidade ocasionada por falta de políticas de saneamento básico, ingestão ou contato com água contaminada, situação recorrente na favela que não dispunha de água potável. Além disso, estavam expostos em seu cotidiano ao convívio em meio à sujeira. "As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor do excrementos que mescla com o barro podre" (JESUS, 2013, p. 37). Outra consequência desse estado de abandono era a fome: "Quando fui buscar

água vi uma infeliz caída perto da torneira porque ontem dormiu sem jantar. É que ela está desnutrida" (JESUS, 2013, p. 40).

Como resultado desse sistema segregatório, surge a morte como último instrumento a determinar a descartabilidade das vidas infaustas: “morreu um menino aqui na favela. Tinha dois meses. Se vivesse ia passar fome” (JESUS, 2013, p. 124). Desta forma, Carolina assegura, na condição de moradora daquele espaço degradado, que, assim como os outros vizinhos, sofria com uma política que contrariava o “fazer viver” proposto na biopolítica defendida pelo filósofo francês.

Foucault além de reconhecer os mecanismos reguladores como essenciais a gestão e manutenção da vida, entende também que por meio da gerência de um controle disciplinador denominado como biopoder, o Estado concebe diretrizes com o propósito de vigiar e controlar os sujeitos em um processo que define como arte de governar a vida através dos dispositivos disciplinares.

Para governar, é preciso não mais um poder de morte, como o soberano, mas um poder sobre a vida: compreender taxas de natalidade, óbitos, delitos, suicídios etc. Além de compreendê-las, é imprescindível prevê-las. Com a implantação desses mecanismos, além de assegurar um minucioso controle sobre as ações operadas pelos corpos dos indivíduos, também era possível conduzi-los a um processo de subordinação das suas forças, impondo “uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 2000, p. 161).

Por meio desse controle disciplinar as ações individuais passam a sofrer influência das disciplinas que manipulam os seus gestos e comportamentos, garantindo ao Estado um adestramento sobre os corpos com o intuito de desarticular as suas ações. Dessa forma, o que se pretende com a implantação dos dispositivos disciplinares sobre as populações é garantir a produção de corpos dóceis, subservientes e resignados, enquadrados na perspectiva governamental de não representar perigo de insubordinação. Ao compreender de forma mais aprofundada o comportamento individual, o Estado poderia agir para conter as revoltas, as resistências e os problemas políticos, o que acarretaria uma diminuição da força econômica e uma diminuição da força política.

O que se evidencia com as investigações de Foucault é a compreensão de como se efetivaram os controles sobre os corpos ao longo dos séculos com vistas a entender a funcionalidade da política de manutenção da vida. Para tanto, o filósofo compara as posturas de gerenciamento adotadas em períodos anteriores ao século XVIII definindo que houve um deslocamento das ações de poder, anteriormente centradas na figura do soberano, que investido de autoridade detinha o direito de retirar a vida, exercendo assim, o poder de fazer morrer ou

deixar viver. Nesse contexto, é importante ressaltar que a morte representava o limite do poder soberano, servindo como um mecanismo de coação exercido pelo monarca sobre seus súditos. Essa forma de gerenciar o viver gradualmente foi sendo substituída por um poder inverso que se pautava na capacidade de promover a vida, ou abandonar à morte, ou seja, “um poder destinado a produzir forças, a fazê-las crescer e a ordená-las mais do que a barrá-las, dobrá-las ou destruí-las” (FOUCAULT, 2017, p. 148). Por este ângulo, pode se afirmar que o poder deixa de ser exercido com o intuito de fomentar a morte e firma-se como mecanismo capaz de gerir a existência.

E eu creio que, justamente, uma das mais maciças transformações do direito político do século XIX se constituiu, não digo exatamente em substituir, mas em completar esse velho direito de soberania – fazer morrer ou deixar viver – com outro direito novo, que não vai apagar o primeiro, mas vai penetrá-lo, e que vai ser um direito, ou melhor, um poder exatamente inverso: poder de “fazer” viver e de “deixar” morrer. O direito de soberania é, portanto, o de fazer morrer ou deixar viver. E depois, este novo direito é que se instala: o direito de fazer viver e deixar morrer. (FOUCAULT, 2010, p. 202).

Nesta perspectiva a vida evidencia-se como um ato de suspensão da morte, e passa a ser pautada sobre os aspectos de uma política de controle populacional a que Foucault denomina biopolítica, que baseia sua gestão na capacidade produtiva individual assegurada por meio de mecanismos de normalização e controle. É nesse movimento de afirmação da vida humana como um elemento de poder que se firma a base da concepção do biopoder, uma vez que, ao cuidar e potencializar a vida humana, o que se pretende é garantir uma maior produtividade.

Ao assegurar pelo bem do capitalismo e da necessidade de mão de obra que a vida seja mantida e controlada com a implantação de políticas públicas de saúde, transporte, saneamento básico, segurança, abastecimento, entre outros, o Estado assegura não somente o controle dos sistemas que regulam a vida da sociedade, um poder sobre todas as decisões que afetam a existência da população, mas assume um domínio que se sobrepõe às ideologias e consciências, notabilizando principalmente sobre os corpos dos indivíduos, como nos mostra Foucault.

Concretamente, esse poder sobre a vida desenvolveu-se [...], em duas formas principais; que não são antitéticas e constituem, ao contrário, dois pólos de desenvolvimento interligados por todo um feixe intermediário de relações. Um dos pólos, o primeiro a ser formado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos – tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas: anátomo-política do corpo humano. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, [...] centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população. As disciplinas do corpo e as regulações da população

constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida (FOUCAULT, 2017, p. 151-152).

Na perspectiva foucaultiana, a vida passou a ser alvo de um poder que não estava necessariamente pautado no interesse do sujeito como indivíduo, mas concebendo este como parte de uma população, cuja vida necessitava ser gestada. Assim, Foucault compreendeu que ao ajustar e gerenciar o saber sobre a vida, assumindo o controle dos fenômenos naturais como números de nascimento, reprodução e mortalidade populacional, a biopolítica passou a regular e incentivar as condições de vida do homem, estabelecendo por meio deste gerenciamento a inserção dos indivíduos no mercado de produção, em simultâneo, tentava atuar sobre as consequências da dinâmica de crescimento populacional visando impedir o surgimento de fatores que agravassem o aumento da produtividade ou acarretassem risco ao mercado financeiro, aspecto imprescindível a ser considerado em um sistema capitalista de produção.

Interessava então a Foucault compreender e evidenciar que esse caráter humanitário de políticas intervencionistas em prol da vida e geridas pelo Estado carregava uma máscara que cobria as reais intenções em sua obsessão e cuidado. O filósofo inferiu por meio dos seus estudos que a partir do momento em que a vida humana passou a se constituir como um instrumento político gerido e administrado em todos os sentidos não houve o que se esperava: a diminuição da violência. Ao contrário, a exigência de cuidados no trato da vida de uns, considerados úteis e necessários, fez com que outras vidas fossem descartadas.

As guerras já não se travam em nome do soberano a ser defendido; travam-se em nome da existência de todos; populações inteiras são levadas à destruição mútua em nome da necessidade de viver. Os massacres se tornaram vitais. Foi como gestores da vida e da sobrevivência dos corpos e da raça que tantos regimes puderam travar tantas guerras, causando a morte de tantos homens. E, por uma reviravolta que permite fechar o círculo, quanto mais a tecnologia das guerras voltou-se para a destruição exaustiva, tanto mais as decisões que as iniciam e encerram se ordenaram em função da questão nua e crua da sobrevivência. (FOUCAULT, 2012, p. 129).

Foucault questiona em sua tese como poderia o poder soberano exercido por meio do direito de matar estar presente em uma sociedade biopolítica? A resposta que encontra para tal inquirição apresenta explicação no racismo, visto como um mecanismo criado para fragmentar, fazer cisões e servindo como parâmetro na própria nação para definir o que seria passível de viver e morrer, à medida que produz a dicotomia entre uma “raça boa” e uma “raça ruim”.

Diante de tal cenário, a concepção de existência de raças diferentes passa a ganhar embasamento científico, servindo dessa forma para a diferenciação de direitos entre os grupos. “A morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida, em geral, mais sadia. Mais sadia e mais pura” (FOUCAULT, 2010, p. 215).

Como mostra Foucault, o racismo, além de servir como parâmetro de segregação, potencializa quadros de violência, induzindo muitos indivíduos, principalmente os pertencentes às camadas sociais inferiores, pessoas negras e deficientes, a viverem em condições adversas, na maioria ocasionadas pela falta de investimentos por parte do Estado que ao deixar de empreender políticas públicas de saneamento, segurança, saúde e educação contribui para o agravamento dos quadros de vulnerabilidade.

Para o filósofo brasileiro Sílvio de Almeida, a “[...] noção de raça ainda é um fator político importante utilizado para naturalizar desigualdades, justificar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários”. (ALMEIDA, 2018, p. 24). Vale salientar que quando o Estado deixa de agir para assegurar a existência de grupos desfavorecidos, automaticamente está assegurando que os mecanismos de morte atuem sobre estes corpos.

O racismo é formado nesse âmbito (o racismo em sua forma moderna, estatal, biologizante): toda uma política da população, da família, do matrimônio, da educação, da hierarquização social e da propriedade, e uma longa série de intervenções permanentes ao nível do corpo, das condutas, da saúde e da vida cotidiana receberam então sua cor e sua justificação da preocupação mítica por proteger a pureza de sangue e de fazer triunfar a raça (FOUCAULT, 2010, p. 142).

Com o nascimento da biopolítica, a morte, que até então era considerada uma expressão máxima do poder soberano que a transformava em espetáculo público de confirmação de poder, passou a ser gerida por uma administração de corpos, em um processo pelo qual a vida passa a ser calculada como um objeto. “Com a passagem de um mundo para o outro, a morte era a substituição de uma soberania terrestre por uma outra, singularmente mais poderosa” (FOUCAULT, 2015, p. 149).

Além disso, o racismo apresenta duas funções associadas ao poder do Estado, a primeira delas a de estabelecer uma divisão ou fragmentação entre as raças. Esse processo introduz uma série de classificações que visam hierarquizar e produzir distinções entre elas. A função dessa separação seria a de estabelecer quem mereceria viver e quem deveria morrer. Na prática, estas ações visam definir critérios para assegurar o direito de vida às raças consideradas superiores, condenando ao desamparo de todas as políticas relacionadas ao viver as raças inferiores, o que consequentemente as sentenciam ao óbito.

A segunda função seria a de produzir nos indivíduos uma relação positiva com a morte do outro, assim definida “quanto mais você matar, mais você fará morrer”; “quanto mais você deixar morrer, mais, por isso mesmo, você viverá” (FOUCAULT, 2010, p. 305). Dentro dessa concepção apresentada por Foucault a guerra se torna um elemento importante do biopoder,

pois, associada às ideias da biopolítica que defendia a vida de uns, para garantir este direito seria necessário que outros deixassem de existir. No entanto, quem seriam esses “outros”? Considerando a nossa história a partir do período colonial, temos uma política de guerra que se desenvolveu ao longo dos anos e escolhe os seus oponentes nas formas corporal, étnica, cultural e identitária de mulheres, negros e outros grupos sociais excluídos do poder hegemônico. As políticas públicas de paz e seguridade social do Estado são superficiais, de pouca abrangência e seletivas, para estes grupos, sendo, às vezes, apregoadas pelas mesmas instituições de poder que também se referem às suas mortes. A resposta que Foucault apresenta para a questão é a de que o biopoder utiliza critérios biológicos que determinam que o outro a ser descartado não seria aquele que ameaça a vida do grupo ou a vida individual do sujeito, mas quem deveria morrer seriam aqueles que fazem parte de uma “raça ruim”, degenerados.

Quanto mais as espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie, mais eu – não enquanto indivíduo, mas enquanto espécie – viverei, mais forte serei, mais vigoroso serei, mais poderei proliferar. (FOUCAULT, 2010, p. 305)

Para a morte ser aceita nessa economia de poder precisa necessariamente de um instrumento que a valide, sendo o racismo esse mecanismo: “A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo” (FOUCAULT, 2000, p.215). Este, além de assegurar ao Governo o antigo direito exercido pelo poder soberano de matar, vem revestido sobre uma capa protetora que age em ofensiva contra os perigos que ameaçam uma determinada raça. Logo, ao produzir nas relações sociais um enfrentamento, produz por meio da segregação biológica a exclusão de indivíduos considerados mais frágeis, designando então como necessárias a eliminação da “raça ruim”, dos sujeitos inferiores, das pessoas com deficiência, dos degenerados, loucos, dentre outros. Dessa forma, ao serem combatidos representarão para o biopoder a vitória sobre as ameaças biológicas que enfraquecem a espécie humana.

Obviamente, o termo matar, constantemente utilizado por Foucault, não está diretamente relacionado ao assassinato direto dos indivíduos, mas se associa a todo ato ou forma de perecimento indireto, conduzido por situações que exponham a vida ao risco, ou simplesmente retirem os seus direitos políticos.

Foucault destaca que o auge do racismo, na sua perspectiva, foi o nazismo, um sistema político caracterizado pela utilização explícita e exagerada do poder disciplinar, que reconduziu o controle da vida e morte ao Estado. Contudo, é necessário ressaltar que os estudos do filósofo francês se concentraram nas ações que foram empreendidas contra as populações brancas da

Europa, no entanto, bem antes da criação dos regimes totalitários, os europeus começaram a colonização no continente africano. Durante este período, os colonizadores, com a ajuda de líderes tribais africanos, conseguiram sequestrar milhões de negros e os exportar para diversos países do mundo, em um brutal e desumano processo conhecido como escravidão. Se considerarmos as ações atrozadas tomadas contra as populações escravizadas, veremos que houve uma verdadeira "licença para matar". Desta forma, podemos concluir que nos países que vivenciaram o processo de colonização este foi, sem dúvida, o ápice do racismo.

Segundo Foucault, durante o nazismo, para disseminar a ideologia de desqualificação da vida humana, por meio do racismo, era assegurado ao cidadão o direito de agir sobre o outro, uma forma indireta de disciplinar e vigiar aqueles que demonstrassem comportamentos diferentes ou divergentes do sistema. Dessa forma, pessoas comuns, mediante denúncias, incentivavam o governo a exercer a repressão e até a morte do outro. Assim assegura Foucault:

O Estado nazista tornou absolutamente co-extensivos o campo de uma vida que ele organiza, protege, garante, cultiva biologicamente, e, ao mesmo tempo, o direito do soberano de matar quem quer que seja – não só os outros, mas seus próprios.(...) Temos um estado absolutamente racista, um Estado absolutamente assassino e um Estado absolutamente suicida.(FOUCAULT, 2010, p. 219).

Outro filósofo que contribuiu com os estudos da biopolítica foi o italiano Giorgio Agamben, ao retomar os princípios teóricos defendidos por Foucault sobre a biopolítica e apresentar novas proposições. Enquanto para Foucault a política converge em biopolítica a partir do século XVIII, Agamben entende que a política já nasce como biopolítica. O filósofo italiano para defender sua proposição se baseia na análise dos discursos jurídico-político exercidos pelo poder soberano, divergindo assim de Foucault que compreende que este poder historicamente cedeu espaço a valorização da vida a partir da implantação de tecnologias de poder,²⁰ conjunto que atua sobre a mecânica do Estado e a que denominou biopolítica.

Para Agamben o biopoder é visto como um sentido oculto de formas de governar que já existiam desde o mundo antigo, persistindo atualmente. Para assegurar, ressalta que todo o poder repousa na capacidade humana de um agir sobre o outro, ou seja, de um indivíduo tomar a vida de outro. O biopoder serve para possibilitar a suspensão da lei em momentos de estado de exceção, quando o Estado em nome da autodefesa age estabelecendo a gestão sobre a vida, fundamentado na possibilidade de morte.

²⁰ Nas produções de Foucault o emprego da expressão tecnologia ocorre de forma regular, objetivando definir procedimentos de controle sociopolítico. Seriam, então, as tecnologias de poder, consoante o autor, que determinariam as condutas individuais ao submeter os indivíduos a situações de controle com fins na objetificação do sujeito.

Agamben, em sua obra *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua* (2002), reintroduz conceitos estabelecidos por Aristóteles para desenvolver sua investigação e diferenciação entre os termos *zoé* e *bíos*. *Zoé*, termo originário do grego com significação de vida natural, vida nua comum a todos os seres vivos, vinculada à origem comum de animais ou homens. Por outro lado, compreende que o conceito de *bíos* está centrado no reino da ética e da moral (AGAMBEN, 2002, p. 9). Dentro dessa concepção, assegura:

Os gregos não possuíam um termo único para exprimir o que nós queremos dizer com a palavra vida. Serviam-se de dois termos, semântica e morfologicamente distintos, ainda que reportáveis a um étimo comum: *zoé*, que exprimia o simples fato de viver comum a todos os seres vivos (animais, homens ou deuses) e *bíos* que indicava a forma ou maneira de viver própria de um indivíduo ou de um grupo. Quando Platão, no *Filebo*, menciona três gêneros de vida e Aristóteles, na *Ethica nicomachea*, distingue a vida contemplativa do filósofo (*bíos thoreticós*) da vida de prazer (*bíos apolausticós*) e da vida política (*bíos politicós*), eles jamais poderiam ter empregado o termo *zoé* (que, significativamente, em grego carece de plural) pelo fato de que para ambos não estava em questão de modo algum a simples vida natural, mas uma vida qualificada, um modo particular de vida (AGAMBEN, 2002, p. 9).

O filósofo italiano entende que a vida só existe a partir de um exercício político e dentro desta concepção atribui ao exercício da soberania a imposição de conceitos que impunham sobre a vida humana um enfraquecimento em sua estrutura ao assinalar divergências entre vida qualificada X vida nua. Para firmar sua proposição suscita ser o contexto político responsável por determinar as divergências existentes entre vida qualificada e nua, sendo a primeira pautada nas relações sociais, vida pública, enquanto a segunda, compreendida como vida nua, surge a partir das ações do poder soberano, que a reduzem a uma existência de abandono, vida sem valor, caracterizada pela figura do *homo sacer*,²¹ termo que o filósofo italiano retirou do direito romano para definir o indivíduo que pode ter a sua vida ceifada sem que o ato seja julgado como condenável, um indivíduo que além de ser “matável”, também é declarado *sacer* (sacro) ou seja, “insacrificável”.

Pode parecer existir uma contradição na apreciação utilizada por Agamben para definir *homo sacer* e até gerar uma imprecisão na representação ao associar a ideia de insacrificável e matável a um só conceito, no entanto, o filósofo tenta, por meio dessa designação, evidenciar a existência de uma forma de vida nua. Vida apenas no sentido biológico de existência, mas que

²¹ Segundo Almeida, em seu artigo sobre “O paradigma do *homo sacer*: o sagrado, a culpa e o testemunho na ótica de Giorgio Agamben”, o *homo sacer* se caracteriza por ser aquele que deve ser punido não pela culpa de ter cometido qualquer delito previsto por lei, sobretudo a vulnerabilidade da sua existência pautada na exclusão de direitos políticos faz com que seja vítima das decisões soberanas “independentemente do que tenha feito ou deixado de fazer. Assim, sua morte não ocorre necessariamente como imposição da aplicação de leis, mas sim, da execução da decisão que nasce da exceção, a qual, no que lhe concerne, é originária da própria regra”.

sofrendo as ações sócio-políticas do Estado é destituída de qualquer caráter político e desprovida dos direitos comuns aos cidadãos.

Restituído ao seu lugar próprio, além tanto do direito penal quanto do sacrifício, o *homo sacer* apresentaria a figura originária da vida presa no bando soberano e conservaria a memória da exclusão originária através da qual se constitui a dimensão política. O espaço político da soberania ter-se-ia constituído, portanto, através de uma dupla exceção, como uma excrescência do profano no religioso e do religioso no profano, que configura uma zona de indiferença entre sacrifício e homicídio. Soberania é a esfera na qual se pode matar sem cometer homicídio e sem celebrar um sacrifício, e sacra, isto é, matável e insacrificável, é a vida que foi capturada nesta esfera [...] chamamos vida nua ou vida sacra a esta vida que constitui o conteúdo primeiro do poder soberano. (AGAMBEN, 2002, p. 92).

No pensamento de Agamben existe uma estreita relação entre o poder exercido pelo estado de exceção – “chamemos relação de exceção a esta forma extrema da relação que inclui alguma coisa unicamente através de sua exclusão” (AGAMBEN, 2002, p. 26) – com a característica de restrição existente na figura do *homo sacer*, possuidor da vida nua. Na visão analógica que se estabelece, a vida sacra só existe em função da relação política determinada pelo soberano. Assim, no âmbito da jurisdição política a cargo do poder soberano é que se dá sua inclusão-exclusão.

Segundo os registros de Carolina Maria de Jesus, é possível, sob certos aspectos, compreender na vida dos favelados uma condição de vida nua que pode ser caracterizada como de um *homo sacer*. Apesar de, teoricamente, estes indivíduos estarem inseridos no cenário político e de direitos por serem cidadãos brasileiros, o direito os abrange apenas parcialmente, mas não é efetivo. A essa população marginalizada socialmente que tem seus direitos negados na prática a sua condição de existência é regularmente exposta a perigos (doenças, fome, violência) e violações (seus direitos não são respeitados).

Observa-se nos registros de Carolina como é benéfico para os políticos manterem a condição de vida nua dos moradores de favela a fim de perpetuar o sistema de governança em vigor que depende da domesticabilidade dos indivíduos vulneráveis. Assim, quando Carolina escreve: "Os políticos só aparece aqui no quarto de despejo, nas épocas eleitorais. Este ano já tivemos a visita do candidato a deputado Dr. Paulo de Campos Moura, que nos deu feijão e ótimos cobertores" (JESUS, 2013, p.45 – 46). É perceptível na interação entre políticos e moradores de favelas uma clara distinção entre vida qualificada, representada pela figura dos políticos e vida nua, a condição imposta aos favelados.

Nesse processo, há uma clara relação de subjugo dos favelados em benefício dos políticos. Estes, socialmente favorecidos, diante da fragilidade e suscetibilidade dos moradores da favela que, instados pela fome, desemprego e analfabetismo, aceitam migalhas em troca de

votos que garantem a manutenção deste sistema opressor que os reduzem a condição de vida nua, um claro processo de inclusão/exclusão.

O que a perspectiva evidenciada por Agamben buscava compreender era como se processava essa forma de inclusão/exclusão de indivíduos dentro da polis,²² destacando que as estruturas organizacionais sempre impuseram a exclusão dentro dos dispositivos de formação do Estado. Para fundamentar sua teoria, o filósofo parte da análise de organização da sociedade grega que se baseava na divisão da polis entre *oikos* e *ekklesia*, sendo o primeiro termo utilizado para definir o espaço doméstico e o segundo termo se refere ao espaço político.

Ao considerar os dois espaços fundamentais na formação das relações sociais, era possível perceber a centralização do domínio na figura do homem. Nessa perspectiva o espaço doméstico, *oiko*, era constituído pela figura masculina que o chefiava, exercendo domínio sobre escravos, mulheres e filhos, estes últimos estavam incluídos neste local, mas excluídos de qualquer liberdade sobre suas ações e pensamentos. Já no espaço político, *ekklesia*, mais uma vez somente o homem poderia participar, estabelecendo relações de poder que só poderiam ser compartilhadas com outros homens.

Dentro deste modelo social, tanto as figuras femininas, como os escravos, crianças e estrangeiros estavam incluídos na vida econômica das cidades, mas excluídos da vida política. Essa distinção ajuda a compreender a dualidade de vidas: *zoé*, vida nua pautada em uma inclusão/exclusiva e *bios*, vida constituída de sentido qualificado, “exclusivo” do homem. A partir das diferenças detectadas para as formas de vida da polis, Agamben entendeu ser a política responsável por pautar as formas de inclusão em uma determinada sociedade, bem como gestar as formas de exceção que eram incluídas em um processo excludente. É por meio desse paradigma que assegura “a dupla categoria fundamental da política ocidental não é aquela amigo-inimigo, mas vida nua - existência política, *zoé* - *bíos*, exclusão-inclusão” (AGAMBEN, 2002, p.16).

Ao refletir sobre o poder e as leis emanadas da autoridade soberana, Agamben identifica nesta prática uma imposição que se assume como um dever a ser cumprido pelos indivíduos, pautado em uma perspectiva paradoxal que se consolida pelo abandono das vidas nuas e consequente captura destas vidas sobre formas de exclusão. Para melhor compreender este

²² Na literatura antiga e clássica, o termo polis é usado como sinônimo de “cidade” para denotar um centro urbano específico. Não é usado em qualquer lugar, mas apenas numa cidade, sendo também o centro de uma polis no sentido de comunidade política. O termo “polis” tem dois significados diferentes: cidade e estado; mas, mesmo quando usado no sentido de “cidade”, sua referência, sua denotação, parece, quase sempre, ser o que os gregos chamavam polis no sentido de uma *koinonia politon politeias* e o que chamamos cidade-estado. (HANSEN & NIELSEN, T. H. *An Inventory of Archaic and Classical Poleis*. Oxford: OUP, 2005, p.34)

processo de exclusão/inclusão (estado de exceção) que acontece com as vidas nuas, o filósofo italiano recorre a exemplos matemáticos que atestam a lógica de que a inserção de um determinado elemento em um conjunto estipulado não configura o seu pertencimento.

Na exceção soberana trata-se, na verdade, não tanto de controlar ou neutralizar o excesso, quanto, antes de tudo, de criar e definir o próprio espaço no qual a ordem jurídico-política pode ter valor. Ela é, neste sentido, a localização (Ortung) fundamental, que não se limita a distinguir o que está dentro do que está fora, a situação normal e o caos, mas traça entre eles um limiar (o estado de exceção) a partir do qual interno e externo entram naquelas complexas relações topológicas que tornam possível a validade do ordenamento. (AGAMBEN, 2002, p. 26).

Na prática, o que Agamben tenta esclarecer é que o fato de alguns indivíduos serem inseridos em um grupo específico, não assegura o pertencimento a este espaço, uma vez que, para ser considerado pertencente a uma determinada unidade social, é necessário que este elemento seja apresentado e reconhecido como parte do todo, tendo os direitos políticos aceitos e validados, fato este que não ocorre no processo de inclusão/exclusiva em que os indivíduos apesar de se fazerem presentes no espaço social, não são autorizados a participarem das decisões políticas e representativas. Neste sentido, a tese agambiana ao questionar o caminho percorrido por Foucault se propõe a pensar a relação entre *zoé* e *bios* em se tratando de estado de exceção.²³

A partir da análise do processo de inserção de Carolina Maria de Jesus no cenário literário após a publicação do romance *Quarto de Despejo* é possível estabelecer uma correlação de semelhança com a definição de vida nua, que Agamben estabeleceu como sendo de uma inclusão/exclusiva ao não ter seus direitos políticos reconhecidos. A escritora mineira ganhou notoriedade com a primeira obra e despertou a atenção do público e da crítica. No entanto, sua entrada no mundo literário não foi irrestrita, em seu processo de inclusão no cenário das letras foi recebida por uma elite que soube se apropriar dela quando vivia um momento de ascensão, enxergando-a como algo exótico que se configurava na concepção que atribuíam a sua forma de escrita, sem que isso lhe assegurasse o reconhecimento como um “par” alguém que pertencesse àquele cenário.

Dessa forma, viveu na literatura, “uma vida nua” foi submetida a um processo de inclusão/exclusão não tendo o reconhecimento dos seus direitos de representação na literatura

²³ No livro *Estado de Exceção*, Agamben defende que “o totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração por meio do estado de exceção de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político”. Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos[...] o estado de exceção apresenta-se, nessa perspectiva, como um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo (AGAMBEN, 2004, p.11).

validados legitimamente por destoar do perfil preestabelecido de escritor. A forma de vida identificada em Carolina está ligada ao que Agamben considera como vida nua, uma vez que há uma constante exclusão com a história, com os direitos, na ausência do Estado e da política, que se manifestam na biopolítica como consequência da captura da vida natural através dos mecanismos e dispositivos de poder. Neste caso, como aponta o filósofo italiano, ocorre o chamado estado de exceção, dispositivo que sanciona a exclusão (que é, ao mesmo tempo, inclusão) da vida natural das fronteiras do poder político. Agamben salienta que a vida nua pode ser percebida em um corpo (objeto) usado pelo poder soberano através dos processos de dessubjetivação.

Para pautar a análise do estado de exceção, o filósofo parte da análise da estrutura adotada por regimes autoritários como o nazismo, fascismo e stalinismo que, atrelados a uma racionalidade estatal sistematizaram – por meio de uma justificativa brutal de proteção à vida, normatizada através dos discursos científicos e políticos – o extermínio em massa das populações consideradas sem valor, centrados na tanatopolítica, “ política da morte”, para redimir as deficiências biológicas.

Ao aproximar o regime democrático com o totalitário por meio da existência da vida nua, o filósofo italiano contribui na compreensão da biopolítica no mundo contemporâneo, evidenciando que nas sociedades democráticas pautadas nas ações de politização do estado o que se observou com a efetivação das práticas biopolíticas foi o retorno da ideologia soberana do controle da vida pautada no pensamento de descartabilidade da vida nua, no abandono dos indivíduos quer seja pela destituição de seus direitos ou aproximando-os em semelhança ao *homo sacer*.

Assim, cabe compreender na atualidade como são definidas as vidas a serem consideradas matáveis, ou seja, não dignas de serem vividas, relegadas ao abandono, exclusão e racismo, numa condição de ilegalidade que reforça o estilhaçamento social que mesmo quando não induz a morte conduz estes indivíduos a uma sobrevida.

É relevante salientar, nos estudos de Agamben, a contribuição que ele oferece para o entendimento de “raça matável” no contexto biopolítico. Apesar dos seus estudos se estenderem a populações da Europa, a análise é predominantemente centrada nas populações brancas, sem se dar ao trabalho de analisar os efeitos da política de escravização negra imposta por países da Europa em colônias africanas. Dessa forma, coube ao filósofo camaronês Achille Mbembe pautar seus estudos a partir de uma crítica aos estudos de biopolítica formulados por Michel Foucault e Agamben, por meio do ensaio de grande relevância e repercussão intitulado “Necropolítica”.

2.2 Mbembe e a necropolítica que molda a vida dos excluídos

O conceito de necropolítica, criado por Achille Mbembe, tem a sua origem em estudos históricos sobre as diferenças sociais em civilizações que utilizavam mão-de-obra escravizada e que, instados pelas práticas políticas dos Estados ocidentais, desumanizavam os povos estrangeiros e exerciam diversas formas de dominação sobre seus corpos. No ensaio “Necropolítica”, o filósofo não se limita a uma releitura atual do pensamento de Michel Foucault, mas sim, a criação de uma ferramenta epistemológica e metodológica para ler e analisar fenômenos contemporâneos marcados pelas opressões e violências, como as racistas. Assim, propõe uma investigação ao exercício de soberania e as condições para se exercer o direito de matar ou deixar viver.

Para defender seu ponto de vista, dialoga também com estudos de intelectuais de países colonizados, como Frantz Fanon²⁴ e Aimé Césaire.²⁵ O crítico camaronês objetiva com isso incorporar o processo histórico de colonização dos povos da África e das Américas a sua análise para, então, construir um conceito mais abrangente que o defendido por Foucault.

Mbembe entende o colonialismo como o prelúdio do exercício sistemático de morte exercido pelo governo, ressaltando que não se pode compreender a biopolítica isoladamente, como também não é possível associar o terror apenas à lógica colonialista.²⁶ É necessário considerar, no entanto, que esse fundamento não se restringia apenas às colônias administradas pela Europa, o processo de dominação ocorreu para expandir sua a lógica colonial a todos os lugares do mundo.

Diante disso, compreende-se que no processo de colonização exercido pelo europeu em territórios africanos e nas Américas a ação de soberania exercida pelo colonizador ocorreu assumindo uma postura de guerra sem fim. A violência do estado de exceção passa a operar nas colônias impondo uma desordem exercida pelo poder soberano a fim de estabelecer uma “suposta civilização contra a barbárie” mediante aspectos “de um poder à margem da lei” (MBEMBE, 2018). Equivalendo, assim, a uma morte em vida, contraditoriamente autorizada

²⁴ Frantz Fanon, filósofo, político e psiquiatra, natural da colônia Francesa da Martinica, produziu importantes estudos que ajudaram a compreender o pós colonialismo, além de estender sua análise crítica as consequências sociais, culturais e humanas sobre as populações que vivenciaram o processo de colonização.

²⁵ Aimé Césaire, poeta, dramaturgo político que publicou o ensaio “Discurso sobre o Colonialismo” (1950), tecendo uma crítica ao colonialismo e ao racismo europeu mediante uma comparação ao regime nazista.

²⁶ A lógica colonialista enxerga as colônias como locais em que o controle e a garantia de ordem judicial podem ser suspensos, onde a violência do estado de exceção opera em serviço de uma “suposta” civilização. A vida do colono é desprovida de qualquer direito e ao governo colonial é permitido a negação de qualquer vínculo entre conquistador e nativo, sendo a vida deste último considerada apenas como uma vida selvagem, vida animal.

pela própria lei, que não considerava as pessoas que viviam naqueles lugares como “dignas”, e estas afastadas do convívio social, tratadas numa condição de humilhação e desprezo. Cabia, então, ao soberano decidir sobre a possibilidade de seu viver ou morrer.

Mbembe aponta que o racismo de Estado tem sua gênese na governabilidade ocorrida durante o regime colonial, e entende que a biopolítica se utiliza do nazismo e do *apartheid*, regime segregacionista racial, para exercer, na prática, o direito de matar. Ele entende essas ações como inconcebíveis ao “fazer viver e deixar morrer”, defendendo que nesse caso o que ocorreu foi convencionalmente chamado de necropolítica, uma forma de exercício de soberania que, expandindo a lógica colonial baseada na visão dos colonizados como tipos degenerados, visou estabelecer por meio de uma hierarquização de raças a depreciação da vida material reivindicando o direito de matar.

Importante ressaltar que Mbembe reforça que a morte nesse sistema não se consolida como uma imposição aplicada a todos os corpos, os critérios impostos por esta lógica perversa define que o corpo “matável” se direciona às populações humanas julgadas como pertencentes a uma raça inferior, sendo assim, dentro dessa concepção o corpo negro passa a ser uma referência na necropolítica, uma vez que dentro do colonialismo já era gestado para a morte.

Dessa forma, para firmar sua ideologia de controle e gestão da vida, a necropolítica parte da noção do outro como inimigo, um perigo que precisa ser “controlado”, pois, ameaça com sua existência a vida e a segurança social. Dentro dessa concepção, a eliminação física deste ser ameaçador torna-se uma ação necessária para assegurar o controle e a administração das populações. No contexto da necropolítica toda forma e gerenciamento da vida parte da produção sistemática da morte. Assim, assegura Mbembe:

[...] é preciso repetir: decididamente, a época privilegia a separação, os movimentos de ódio, de hostilidade e, sobretudo, a luta contra o inimigo, e tudo isto é consequência daquilo a que, num vasto processo de inversão, as democracias liberais, já amplamente branqueadas pelas forças do capital, da tecnologia e do militarismo, aspiram (MBEMBE, 2018, p. 72).

Mbembe, compreende existir uma lacuna nas teorias defendidas por Foucault para abarcar as práticas contemporâneas, enxerga na necropolítica um conceito basilar. O crítico assegura que além de ultrapassar os conceitos defendidos pela biopolítica, sua teoria enfatiza as formas como o poder capitalista enxerga os indivíduos como seres descartáveis que, ao serem lançados em um mercado de trabalho extremamente competitivo, vivem uma constante disputa por acúmulo de capitais. Nesse pleito serão desconsiderados os que não se adequarem ao sistema, os incapazes de produzir bens e considerados irrelevantes, desnecessários.

Essa lógica econômica de predomínio do capital sobre os seres humanos, transformando as sociedades em territórios fragmentados, considera como modelo as características neoliberalistas,²⁷ posto que a articulação de uma razão econômica de forte competitividade provocada pela sociedade de consumo passa a enxergar o mundo sobre a ótica de mercado, produzindo assim uma crise sistêmica. Em outras palavras, dentro desse modelo de controle social das populações, produz-se uma destruição concreta de grupos humanos considerados inaptos, supérfluos ao sistema em que o capital funciona como mola propulsora.

As teorias de Mbembe reforçam que o papel do Estado mudou. Principalmente nas sociedades capitalistas, em que o poder passou a ser dissolvido, não se concentrando apenas nas mãos do Estado e do Governo, favorecendo, assim, o surgimento do neoliberalismo. A mudança na forma de gestão política fez com que aquilo que anteriormente era considerado excepcional como a produção em massa da morte ocorrida durante o regime colonial passasse a existir dentro do capitalismo, ou seja, o mundo passa a ser gerido não pela suspensão da morte, ao contrário, a administração centrará suas ações na produção da morte, um estado de exceção contínuo, a chamada necropolítica.

As maneiras de matar não variam muito. No caso particular dos massacres, corpos sem vida são rapidamente reduzidos à condição de simples esqueletos. Sua morfologia doravante os inscreve no registro de generalidade indiferenciada: simples relíquias de uma dor inexaurível, corporeidades vazias, sem sentido, formas estranhas mergulhadas em estupor. (MBEMBE, 2018, p. 60).

Ainda de acordo com Mbembe, na sociedade necropolítica o estado de direito é suspenso, uma vez que o exercício de poder passa a ser exercido de forma desmedida, garantindo assim o exercício da dominação a partir da produção sistemática da morte.

No Brasil, a necropolítica, além de moldar a sociedade por meio da gestão econômica, tem responsabilidade na formatação de condutas que baseiam suas ações na exclusão e racismo. Essas práticas produzem a segregação de parcela da população composta principalmente por negros, quilombolas, indígenas e periféricos, pertencentes às camadas mais empobrecidas da sociedade, vítimas da violência, abandono e descarte. A destruição aqui ocorre de forma “simbólica”, como reforça Mbembe. A política do extermínio não se reduz a eliminação da vida, mas consolida-se através da negligência do Estado na promoção de políticas públicas em

²⁷ Segundo o filósofo Almeida, o Neoliberalismo é uma fase da história humana dominada pelas indústrias do silício e pelas tecnologias digitais, que se caracteriza por três elementos: a) o tempo curto em que a força reprodutiva é convertida em dinheiro; b) a produção da indiferença, caracterizada pela paranoica codificação da vida social em normas, categorias e números, e por diversas operações de abstração que visam racionalizar o mundo. <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/3prpY8vSHNZccvB67Gt7m6N/?lang=pt>

áreas como saúde, assistência social, educação, infraestrutura, e segurança que quando não proporcionada aos grupos vulneráveis sociais produzem efeitos deletérios.

Dessa maneira, instada pela ineficácia ou ausência destas políticas sociais, a população vulnerável passa a ser induzida a um processo de segregação dentro das cidades. Como consequência dessa fragmentação territorial, os indivíduos marginalizados, representados em sua maioria por negros, passam a viver afastados dos centros, em locais restritos, nos chamados aglomerados subnormais,²⁸ sem infraestrutura, sujeitos a doenças, violências e catástrofes naturais. Verdadeiras zonas de exceção, onde as leis não operam e como consequência ao abandono do Estado. Os índices de mortalidade nestes locais são elevadíssimos, apesar de não se constituírem como campos de guerra.

[...] a segregação socioespacial, para além das questões econômicas, tem na produção de valores, nos quais o estigma, discriminação, o preconceito criam impactos negativos do espaço urbano e na vida daqueles que são considerados pobres e que vivem nas metrópoles. (CAMPOS, 2012, p. 98).

Para o doutor em Geografia, Andreilino de Oliveira Campos (2012) o processo de segregação socioespacial intensifica na sociedade a depreciação da imagem dos territórios ocupados pelos cidadãos marginalizados reforçando preconceito e discriminação que além de desqualificarem e minorizarem estes espaços estigmatizado como perigosos, problemáticos, violentos também ajudam a reforçar estereótipos que associam os moradores a bandidos, imorais e perversos, potencializando assim uma ideologia que justifica ações violentas operadas contra estes indivíduos quer sejam por operações policiais ou não, instando assim a máxima que rege a necropolítica ao entender a morte como uma política sistêmica de controle social.

Retomando a análise de Mbembe, a psicanalista Suely Aires (2018) defende que a raça – recurso biológico da necropolítica – estabelece uma censura no tecido social com a finalidade de construir a imagem do inimigo, para tanto, se utiliza de estratégias que visam deslegitimar a vida humana, dentre estes procedimentos há o recurso de animalizar ou objetificar os sujeitos, uma vez que ao serem vistos como bichos ou objetos sem atribuição de humanidade abre-se

²⁸ Um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. A identificação dos aglomerados subnormais deve ser feita com base nos seguintes critérios: a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) atualmente (obtenção do título de propriedade do terreno há 10 anos ou menos); e b) Possuírem pelo menos uma das seguintes características: urbanização fora dos padrões vigentes -refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; ou precariedade de serviços públicos essenciais (BRASIL, 2011, p. 19).

espaço para que a violência e o extermínio sejam aceitos sem maior objeção por parte da população.

A imagem do inimigo já havia sido construída: em local suspeito, com aparência duvidosa, o medo e a raiva transmutam-se em certeza. E mais uma vida negra é ceifada. No campo da percepção, a noção do humano reconhecível se forma e se reitera em oposição àquilo que não pode ser nomeado ou encarado como humano: o inimigo. Nesse campo, o enquadramento do olhar produzido pelas diversas molduras sociais – na mídia, na fotografia, nos trajes característicos de uma dada cultura – estrutura uma interpretação. Raça, classe e gênero se entrecruzam, como modos de reconhecimento e exclusão do humano que se sustentam no corpo. Ao identificar o outro como perigo, como um atentado contra a vida, estabelece-se uma reação de defesa em que a eliminação do outro parece necessária, pois implica minha segurança e a manutenção de minha vida e da vida de meu grupo. (AIRES, 2018, s.p).

A construção da figura do inimigo foi ao longo dos anos uma ação imposta pelos governos autoritários para justificar o tratamento dispensado a grupos marginalizados. Ao elaborarem figuras de sujeitos destituídos de características humanas, criou-se no imaginário social um prospecto para estes indivíduos de animalidade no sentido de empreenderem qualquer ato selvagem para conquistar seus objetivos, sendo então desprovidos de racionalidade, em virtude disso, o governo consegue o respaldo da sociedade na legitimação de condutas violentas destinadas a conter ou eliminar o perigo que ameaça a sociedade, além de assegurar que estas práticas nefastas permaneçam em vigor.

Em suma, para entender como a necropolítica atua no Brasil é necessário compreender as formas de subjugação impostas às populações pobres, negras e periféricas, situações estas que também são evidenciadas por meio das narrativas negras que durante muitos anos pouca relevância tiveram no cenário literário nacional. Neste sentido, faz-se necessário depreender sobre os pressupostos teóricos que embasaram os estudos sobre os mecanismos de opressão da escrita negra, principalmente quando pautada sobre a ótica feminina, para tanto, o próximo tópico irá analisar nas obras *Quarto de Despejo* e *Diário de Bitita* de Carolina Maria de Jesus características que ajudem a aprofundar os estudos sobre a escrevivência, considerando os aspectos históricos e sociais que embasaram os estudos de Conceição Evaristo.

2.3 *Quarto De Despejo e Diário de Bitita: O Escrever e viver de Carolina*

Por entre folhas e sobras de cadernos encardidos encontrados pelas ruas e lixos da cidade, Carolina escreve. Após um dia exausto percorrendo as ruas de São Paulo em busca de papelões, garrafas e plásticos para venda, Carolina senta e escreve. Entre os cuidados com os filhos para que estudem e não tenham como padrão moral a vida obscena e indolente que

reconhece em muitos vizinhos, Carolina escreve. Para sufocar a tristeza de morar em um ambiente sujo e abandonado socialmente, Carolina escreve. Em meio ao descontentamento com a política e o descaso dos governantes com as populações marginalizadas, Carolina escreve. Para abafar a fome, de cor amarela, que como um fantasma insiste em persegui-la, Carolina escreve. Com a certeza de que um dia sairá do quarto de despejo que a cidade criou para armazenar os seus refugos, Carolina escreve.

Mais do que um simples ato, a ação de escrever vivenciada cotidianamente por Carolina ratifica em cada página a força motriz que a impulsiona a persistir em uma luta desigual. “O que eu aviso aos pretendentes a política, é que o povo não tolera a fome. É preciso conhecer a fome para saber descrevê-la”(JESUS, 2013, p. 29). Se por um lado temos uma mulher negra, pobre, representante da classe desfavorecida, por outro lado, temos todo um sistema social que insiste em não reconhecer o valor dos sujeitos que vivem às margens das engrenagens que movem a força capital do Estado. Diante desse confronto injusto, sobreviver se torna o maior triunfo. É por meio das páginas de seus diários que Carolina encontra forças para continuar existindo.

A obra *Quarto de Despejo: Diário de uma favelada* é composta por vinte diários manuscritos por Carolina Maria de Jesus, enquanto morava na Favela do Canindé, em São Paulo, área situada às margens do Rio Tietê. As anotações traziam uma linguagem simples, característica da identidade social da autora, apresentando um olhar sobre a sua existência e dos que a cercavam, uma dura realidade tristemente marcada pela extrema pobreza, miséria, abandono social, preconceito e invisibilidade. Apresentando os seus apontamentos, Carolina surge como uma voz genuína para retratar os problemas sociais dos indivíduos excluídos socialmente, como ela.

22 de maio de 1958. Eu hoje estou triste. Estou nervosa. Não sei se choro ou saio correndo sem parar até cair inconsciente. É que hoje amanheceu chovendo. E eu não saí para arranjar dinheiro. Passei o dia escrevendo. Sobrou macarrão, eu vou esquentar para os meninos. Cosinhei as batatas, eles comeram. Tem uns metais e um pouco de ferro que eu vou vender no seu Manuel. Quando o João chegou da escola eu mandei ele vender os ferros. Recebeu 13 cruzeiros. Comprou um copo de água mineral, 2 cruzeiros. Zanguei com ele. Onde já se viu favelado com essas finezas? (JESUS, 2013, p. 41)

Ao analisar o excerto apresentado no livro *Quarto de Despejo*, importante observar como Carolina, enquanto mulher afrodescendente, se apresenta para o leitor. Ela toma uma responsabilidade que até agora era associada apenas às mulheres brancas, a posição de protagonista. Ao assumir esta responsabilidade, mostra que é possível quebrar os estereótipos que existem em relação às mulheres negras, retratadas de maneira negativa, desvalorizada,

apenas como boas para o trabalho, servis, sensualizadas, ou com um intelecto inferior. Desse modo, reivindica novas perspectivas na abordagem feminina negra.

Os estudos de Regina Dalcastagnè sobre a representação feminina negra na literatura contemporânea demonstram que, além de ocuparem um espaço reduzido nos romances contemporâneos em comparação à participação masculina, essa presença torna-se ainda menor quando se trata do protagonismo feminino negro. Segundo dados apurados em sua pesquisa realizada em 2004, já citada anteriormente, os negros representam 7,9% das personagens, no entanto, deste total apenas 5,8% surgem como protagonistas e 2,7% como narradores: “assim, os brancos não apenas compõem a ampla maioria das personagens identificadas no *corpus*; eles quase monopolizam as posições de maior visibilidade e de voz própria”(DALCASTAGNÈ, 2005, p. 44).

Diante deste cenário, fica evidenciado que quanto menor for a presença de escritoras negras, menor será a visibilidade de personagens femininas negras na literatura em condições de destaque que possibilitem assegurar o direito de representatividade.

Considerando o fragmento apresentado de *Quarto de Despejo*, é possível observar que, enquanto mulher, Carolina não se intimida diante de um cenário desfavorável na literatura e, ainda assim, busca mostrar que também tem direito a se fazer ouvir dentro de um contexto que privilegia os homens, principalmente da raça branca. Essa busca por um espaço de afirmação será um dos alicerces da sua escrita, pois desde cedo compreendeu que o espaço reservado à mulher negra tanto na sociedade como na literatura eram os de submissão, marginalização ou invisibilidade. Ao buscar romper essas barreiras, Carolina constrói novos horizontes.

24 de junho. Quando eu cheguei na favela encontrei com a Vera que estava na rua. Ela já sabe contar tudo que presencia. Disse-me que a policia tinha vindo avisar que a mãe do Paredão tinha morrido.
Ela era muito boa. Só que bebia muito.
... Eu estava fazendo o almoço quando a Vera veio dizer-me que havia briga na favela. Fui ver. Era a Maria Mathias que estava dando seu espetaculo histérico. Espetaculo da idade critica. Só as mulheres e os médicos é que vai entender o que eu disse. (JESUS, 2013, p. 70).

No fragmento acima é possível observar que ao retratar a dureza da vida dos favelados, Carolina apresenta outras mulheres que, assim como ela, estão condicionadas ao infortúnio de viver indignamente. Dentro deste contexto aprendem a agir, ou melhor, reagir conforme as circunstâncias a que estão submetidas. Ademais, as atitudes assumidas irrompem como consequências das tribulações impostas a quem não dispõem de recursos necessários para manter a vida com o mínimo de integridade possível. Diante disso, cenas constantes de embriaguez feminina, como no caso da Maria Mathias a que a escritora se refere no fragmento

acima, possibilita entender que a falta de perspectiva conduz a uma vida de desesperança e desequilíbrio.

Em muitas situações registradas nas páginas do diário as moradoras da favela são apresentadas como vítimas de violência doméstica, sofrem abuso por parte dos maridos ou companheiros, como no trecho “ O Anselmo apareceu aqui em 1950 com uma mulher que estava grávida. Quando ela deu a luz, um menino, ele começou maltratá-la [...] ele lhe espancava e lhe expulsava de casa” (JESUS, 2013, p. 110). Pelos fragmentos percebemos o registro da violência doméstica em que a imagem masculina, representada pela figura de Anselmo, desfere agressões a sua companheira no período do puerpério, momento de intensa vulnerabilidade feminina em que o corpo passa por grandes transformações e, por isso, requer um intervalo de tempo para recuperação.

Depreende-se deste registro a falta de sensibilidade masculina e desrespeito ao enxergar a mulher apenas como um elemento disponível para satisfação sexual. Estereótipo que a sociedade construiu para a figura feminina – principalmente a negra – ao longo dos séculos e que persiste, sobretudo pautados pela convivência social em aceitar e silenciar-se diante de posturas agressivas como a relatada por Carolina.

Em outro fragmento lemos: “a notícia circulou que um homem estava matando a mulher. Ele deu-lhe com um ferro na cabeça. O sangue jorrava. Fiquei nervosa” (JESUS, 2013, p. 184). Situações de relacionamentos abusivos e criminosos são muito comuns nas favelas e mostram que, diante de um cenário de pobreza, negligência e abandono social, as principais vítimas são as mulheres, especialmente as negras. Indubitavelmente, as barreiras produzidas por uma sociedade pautada por visões de opressão quanto ao gênero, raça e classe social produziram múltiplas formas de violências contra estas mulheres.

A filósofa e ativista feminista negra Sueli Carneiro (2019) explica que as ideologias patriarcais foram responsáveis por solidificar as relações de violência contra as mulheres negras, ao impor à sociedade maneiras de pensar que consagram atitudes machistas e racistas. Neste sentido, ao evidenciar a posição de inferioridade da mulher negra na sociedade, passa a controlar e julgar seu comportamento tomando como base estereótipos que buscam estabelecer papéis diferentes para os gêneros e a partir da quebra destas expectativas justificar agressões contra o corpo feminino. As estatísticas de violência comprovam que a brutalidade contra as mulheres negras é justificada pelo fato de serem consideradas corpos invisíveis pelas instituições que, numa sequência de ações e omissões, reproduzem a opressão e toleram comportamentos sexistas e racistas.

Carolina, nos anos 1950, já se mostrava atenta à violência masculina, relatos como os acima citados são recorrentes em suas páginas. A escritora não tinha um companheiro, fato este que a diferenciava das outras mulheres, uma vez que ter um relacionamento fixo significaria, teoricamente, uma proteção maior em relação às dificuldades da pobreza e uma melhor renda financeira. No entanto, isso não é o que se percebe no ambiente descrito pela autora “os esposos quando vê as esposas manter o lar, não saram nunca mais” (Jesus, 2013, p. 20). No registro a autora tece uma crítica ao gênero masculino por agir exatamente em oposição ao comportamento esperado sobre eles.

18 de Julho de 1955[...]A minha porta atualmente é teatro. Todas crianças jogam pedras, mas os meus filhos são os bodes expiatorios. Elas alude que eu não sou casada. Mas eu sou mais feliz do que elas. Elas tem marido. Mas, são obrigadas a pedir esmolas. São sustentadas por associações de caridade. Os meus filhos não são sustentados com pão de igreja. Eu enfrento qualquer especie de trabalho para mantê-los. E elas, tem que mendigar e ainda apanhar. Parece tambor. A noite enquanto elas pede socorro eu tranquilamente no meu barracão ouço valsas vienenses. Enquanto os esposos quebra as tabuas do barracão eu e meus filhos dormimos socegados. Não invejo as mulheres casadas da favela. (JESUS, 2013, p. 16-17)

A escritora, para se defender dos ataques das mulheres da vizinhança, salientava que não as invejava porque tinham um companheiro, pois sabia passarem por dificuldades e violência doméstica. Carolina tinha consciência sobre as dificuldades financeiras que também lhes eram comuns ao necessitar travar cotidianamente uma batalha individual para conseguir o sustento da família, exercendo assim uma dupla função: a de provedora do lar, papel que a cultura dominante atribuía ao homem, e a de mãe, cuidadora do lar, função atribuída às mulheres, no entanto, não vivia subordinada a um esposo que a agredisse, desse problema sentia-se livre.

Para expressar o contraste entre as situações vividas nos lares dos vizinhos e no dela, a autora usou figuras musicais para expressar a oposição dos sons. Dessa forma, temos: o tambor para indicar o som estrondoso dos gritos e choros que vinham dos lares daquelas que a ofendiam por ser solteira, e este som de dor e violência era promovido exatamente pelos companheiros das vítimas. Por outro lado, temos a suavidade do som das valsas vienenses, que Carolina ouvia através do rádio na tranquilidade de um lar que não dispunham de uma figura masculina para chefiá-la.

A escritora acreditava que diante do cenário que lhe era apresentado a opção por chefiar uma família era a mais adequada. Dessa maneira, além de reafirmar a necessidade de manter a integridade pessoal e fugir de um ambiente tóxico, ter um companheiro significaria mais despesas, pois representaria mais uma “boca” para sustentar em um lar com tantas necessidades. Vale salientar que alguns registros mostram que não lhe faltavam pretendentes. “Aqui, todas

impricam comigo. Dizem que falo muito bem. Que sei atrair os homens” (JESUS, 2013, p. 22). Ela era uma mulher que despertava a atenção pelo porte esguio, chegando a ser descrita pelo historiador Ximenes como uma "Rainha Sabá". “Não casei e não estou descontente. Os que preferiu-me era soezes e as condições que eles me impunham eram horríveis” (JESUS, 2013, p.17). Tal consciência a libertava das amarras a que estavam presas tantas mulheres pobres, negras, mas que, por necessidade afetiva ou financeira, submetiam-se a relações moralmente destrutivas.

É importante salientar que as agressões domésticas, identificadas nos registros de Carolina nos anos 1950, ainda persistem vitimando inúmeras mulheres na atualidade. Até 2004, o país não tinha uma legislação ampla sobre a violência doméstica e familiar que fosse aplicada integralmente em todo o território nacional, com medidas protetivas e preventivas para a mulher. Somente em 2006 houve a criação da Lei n.º 11.340/2006, popularmente conhecida como Maria da Penha. Essa lei surgiu, sobretudo, por conta das pressões que o Brasil enfrentava por parte da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, uma vez que o organismo internacional atribuía ao nosso país a responsabilidade pelos altos índices de violência contra as mulheres.

Não obstante a criação da lei de proteção, dados apontados pelo Atlas da Violência de 2019 indicam que 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras, além disso, apontam que no período de 10 anos houve um aumento da taxa de mortalidade de mulheres negras em relação às brancas. Os índices subiram de 48,5 em 2009 para 65,8% em 2019. Este resultado confirma o pensamento de Carneiro (2019) ao defender que o racismo seja um dos principais instrumentos a impactar na desigualdade e violência de gênero.

Raça e sexo são categorias que justificam discriminações e subalternidades, construídas historicamente e que produzem desigualdades, utilizadas como justificativas para as assimetrias sociais, que explicitam que mulheres negras estão em situação de maior vulnerabilidade em todos os âmbitos sociais (CARNEIRO, 2017, p. 19).

Carolina tornou-se complexa no Canindé devido à diferença e ao poder de dominar a escrita. Os moradores da favela a viam como a mulher que sabia ler, escrever, falava bem, que tinha consciência crítica sobre os problemas sociais. “Aqui na favela quase todos lutam com dificuldades para viver. Mas quem manifesta o que sofre é só eu e faço isto em prol dos outros” (JESUS, 2013, p. 36). Esses atributos a diferenciavam dos demais moradores da favela, quase todos negros e pobres, como ela.

Enquanto registrava os acontecimentos da favela, as mazelas e injustiças sociais, a autora transformava em público o que parecia ser privado: conflitos familiares, brigas,

injustiças, tornando-se indesejada no ambiente onde vivia. Ainda, maldizia seus vizinhos e companheiros de infortúnio, alguns dos quais eram vítimas das denúncias que fazia em seus cadernos. “Não sei porque é que os favelados são tão nocivos. Além deles não ter qualidades, ainda surgem os maus elementos que se mesclam com eles”. (JESUS, 2013, p.71).

Carolina também recorria à escrita como uma forma de se defender das agressões verbais que sofria, o argumento era sempre o mesmo: registrar nos cadernos o nome dos que a agrediram. “Vou escrever um livro referente a favela (...) Eu quero escrever o livro, e vocês com estas cenas desagradáveis me fornece os argumentos” (JESUS, 2012, p. 20). Essa atitude incriminatória provocava a reprovação de alguns moradores à escritora, pois os vizinhos se sentiam inferiorizados por tudo o que ela representava. Dessa forma, a relação que mantinha com a comunidade do Canindé, na qual viveu por quase dez anos, fora sempre hostil. Para Carolina morar na favela era se condenar à pobreza de duas maneiras: econômica e territorial.

A autora, ao escrever sobre a favela e os vizinhos, mantinha uma posição de distanciamento, usada para diferenciar as ações dos moradores e criar uma cisão entre ela e os favelados, que eram considerados "os outros". “Tenho pavor dessas mulheres da favela. Tudo quer saber! A língua delas é como os pés de galinha. Tudo espalha” (JESUS, 2013, p. 14). Carolina era surpreendente e, ao mesmo tempo, conflitante. A escritora tinha consciência social, mas, quando se tratava dos problemas dos vizinhos, muitas vezes permanecia distante, julgando e condenando-os como se não fizesse parte daquele contexto ou não praticasse, muitas vezes, os mesmos atos que condenava nos outros, ficando quase sempre num estado de isolamento.

Em seu diário além das críticas aos favelados há também registros de identificação com os desafortunados do Canindé. Em um desses momentos a autora relata a chegada de novos moradores na favela e percebe, no olhar da vizinha descrita como “companheira de infortúnio”, toda a dor e miserabilidade que sentia ao olhar para aquele espaço de lama e abandono a que estava submetida. A autora também em outros momentos utiliza-se da escrita para enaltecer gestos de solidariedade identificados em alguns vizinhos: “já habituei beber café na casa de Seu Lino. Tudo que eu peço a eles emprestado, eles empresta. Quando vou pagar, não recebem” (JESUS, 2013, p. 24).

A autora apresenta-se de forma dual, ora condena os vizinhos pelas agressões às crianças, ora assume sorrir com frequência os filhos, além disso, ameaça os desafetos com violência, repetindo em ações as mesmas posturas que tanto critica, intrometendo-se nas brigas, xingando e agindo agressivamente. “Eu chinguei o Chico de ordinario, cachorro, eu queria ser um raio para cortar-lhe em mil pedaços” (JESUS, 2013, p. 49). Ora afirma: “não sou dada a

violência” (JESUS, 2013, p. 17). Essa atitude estranha de Carolina era consequência de uma visão de “status social” produzida pelo domínio da leitura e escrita em um ambiente iletrado que a fazia acreditar e colocar-se em uma posição diferente em relação aos vizinhos. Sentia-se superior, se definindo como uma cidadã intelectual: “Nunca feri ninguém. Tenho muito senso! Não quero ter processos” (JESUS, 2005, p.18). Entretanto, mesmo sentindo-se acima dos demais, sobrevivia catando papel no lixo, o que pode parecer irônico, o papel que era usado para registrar as críticas e denúncias contra a favela e os favelados era o mesmo recolhido pelas ruas da cidade: “Tudo que eu encontro do lixo eu cato para vender” (JESUS, 2013, p.12).

Ao rejeitar e condenar a sua pobreza e a dos outros, expressa tudo numa linguagem que se aproxima do falar dos sujeitos que vivem às margens sociais, assumindo em sua existência um processo dicotômico que reconhecia viver uma situação de pertencimento/não pertencimento, por ter ou não domínio de um conjunto de informações. Nessa contradição, a autora se constitui como sujeito, afinal, ela não pode ser reduzida a uma subjetividade, uma consciência, nem a uma coisa, uma objetividade.

Contudo, é através das contradições, do olhar crítico e poético, das experiências que vai se construindo como escritora, moldando sua escrita pelas vivências, levantando questões que sempre estiveram pautadas no silenciamento de grupos relegados às margens sociais. Sendo mulher, pobre e negra, pertencente a uma das camadas mais vulneráveis da sociedade, instigada à condição de marginalidade e invisibilidade, procura, então, formas de assegurar seu direito de representação, espaço de fala e escuta, instrumentos necessários para não sucumbir diante da opressão dos sistemas de poder.

Sobre a necessidade de representação é preciso ter em mente que, no contexto histórico do Brasil, as relações discursivas sempre estiveram ligadas a modelos hierarquizantes e escravocratas que criaram uma desigualdade racial e social no país. Nessa situação, o corpo negro ou socialmente desfavorecido passa a ser aliado da ordem de um discurso, inspirado em códigos racistas conduzidos por posições hierarquizadas de uma elite branca, que nega, ao longo da história, o reconhecimento destes indivíduos, colocando-os em uma condição de subalternidade. Nesse cenário, os subalternos seriam impedidos de lidar com as questões da representação política e social, o que os faria viver oprimidos, sem representação, em uma condição de invisibilidade, limitados aos interesses hegemônicos direcionados a determinados grupos sociais.

Sobre estes aspectos a teórica indiana Gayatri Spivak (2010), ao escrever o livro *Pode o subalterno falar?*, analisa a condição de subalternidade de alguns indivíduos, reconhecendo esse aspecto na sua própria história de mulher nascida em território colonizado, a Índia, para

concluir que embora possa haver espaço para o sujeito subalterno²⁹ falar, não tem sua voz política respeitada para se fazer representar e ser ouvido. Além disso, ressalta que a mulher em posição inferior sofre uma dupla opressão, decorrente da violência do homem e da violência colonial. Em questões mais triviais, a mulher não pode ser ouvida ou é ignorada, uma vez que a sua identidade foi sempre desprezada em detrimento da masculina.

[...] é mais uma questão de que, apesar de ambos serem objeto da historiografia colonialista e sujeito da insurgência, a construção ideológica de gênero mantém a dominação masculina. Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade”(SPIVAK, 2010, p. 85).

Ao se permitir escrever sobre a sua rotina, protagonizar as histórias, denunciar as injustiças sociais e assumir sua condição de mulher negra e moradora da favela, Carolina ratifica o argumento de Spivak, estabelecendo para si mesma uma inversão lógica sobre os mecanismos políticos e sociais que impedem os sujeitos subalternos de se expressarem, necessitando da voz de outrem para que isso ocorra. Ao questionar este sistema, ela busca representatividade, alcançar lugares de diálogo que a permitam deixar de ser silenciada e invisível. Assim, escreve, apesar de enfrentar o olhar desfavorável daqueles que não a reconhecem como capaz de produzir literatura, que a excluem dos seus círculos, que a condenam sem permitir o direito de defesa. Escreve, sim, para provar que merece ter voz e ser respeitada, para provar que existe, mesmo que a sociedade não a enxergue.

10 de junho de 1959 [...] Hoje eu não vou sair porque o barraco está muito sujo. Eu vou limpá-lo. Varri o assoalho e as teias de aranha. Pentiei os meus cabelos. Os filhos foram para a escola. Quando os filhos chegaram, almoçaram. O João foi levar almoço para a Vera. Eu disse para ele olhar se a reportagem havia saído no Cruzeiro. Eu estava com medo da reportagem não ter saído e as pessoas que eu avisei para comprar o Cruzeiro dizer que eu sou pernóstica.(JESUS, 2013, p.171)

Carolina procura um público que a leia quando escreve, as suas palavras precisam de um olhar atento, não quer ser ignorada ou perceber que o seu texto passa pelo crivo da desqualificação por atitudes racistas de críticos, que não consideram o valor literário de sua obra, mas a avaliam a partir da voz autoral, desqualificando produções cuja autoria esteja vinculada a grupos minoritários, subalternos, a quem destinam um processo de silenciamento e invisibilidade. Carolina rompe paradigmas ao se impor como resultado das experiências de grupos excluídos, que, a partir das lutas e dos sonhos, produzem arte e almejam representação

²⁹ O significado que Spivak atribui ao termo subalterno é aquele que descreve os indivíduos provenientes das mais inferiores camadas sociais, destituídos de representação legal e que estão normalmente vivendo sobre o jugo da classe dominante, podendo ser eles: pobres, homens negros, mulheres negras, homossexuais, dentre outros.

social. Assim, ao apresentar em seus textos a realidade relegada às figuras marginalizadas da sociedade, permite ao leitor ver feridas sociais que, após séculos de abandono, estão em seu estado de putrefação, um processo tão caro em um país de tantas desigualdades, por concretizar o que sempre se mostrou uma necessidade na literatura: permitir a representação de vidas negras, sobretudo de mulheres e, dessa forma, inspirar a escrita de novos sujeitos subalternos.

Todavia, ter um espaço para publicação tem sido um dos maiores obstáculos a vida de tantos escritores que, assim como Carolina, passaram por diversas situações de descarte e desqualificação, como no fragmento registrado em 16 de janeiro de 1959 em que a autora demonstra mágoa ao ver que a sua publicação foi rejeitada mais uma vez. “Cheguei na favela. Triste como se tivessem mutilado os meus membros. *O The Reader Digest* devolve os originais. A pior bofetada para quem escreve é a devolução da sua obra” (JESUS, 2013, p. 154).

Os obstáculos para os subalternos poderem falar por si e assegurar uma representação legítima nos diversos campos sociais e nas artes são inúmeros, muitos deles escondidos em estruturas racistas que, de tão aprofundadas, não são facilmente perceptíveis. Quando grupos minoritários tentam demonstrar o funcionamento desigual no processo representacional, são considerados “vitimistas”, partindo de uma perspectiva reducionista que apenas reconhece o espaço daqueles que sempre estiveram neles inseridos, desacreditando ou ignorando toda a história de lutas firmadas para que esses grupos minoritários pudessem reivindicar seus direitos.

Ademais, quando um subalterno consegue se fazer representar ele traz consigo outras vozes marginalizadas socialmente, no caso de Carolina ela permite a representação de mulheres negras que, como ela, foram relegadas a um estado de abandono e excluídas, além de servir de inspiração àqueles que desejam mostrar o seu talento tanto intelectual quanto artístico no contexto de um Brasil que está envolto pelos vestígios do período colonial.

Quando uma mulher negra fala, inspira outras a também falarem. Ou, como afirma a filósofa negra norte-americana Angela Davis (2017), quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela. Neste contexto, Françoise Ega surge na literatura como um exemplo de mulher negra que, após ter conhecimento da obra *Quarto de Despejo*, na França, decide escrever também. Françoise, nascida na Martinica, migra para a França durante a Segunda Guerra e, ao ler Carolina, percebe uma conexão entre a escrita diaspórica da autora e a sua história, ambas mulheres pretas de origem social humilde, que nunca se conheceram.

No caso de Françoise, vivendo em uma sociedade eurocentrista, patriarcal e fortemente marcada pelo racismo, a escrita serviu como instrumento para conectá-las. Dessa forma, decide escrever também, dialogando com a obra caroliniana para denunciar as situações abusivas de

trabalho e tratamento que as imigrantes antilhanas recebiam na França. Assim, publica, em 1978, a obra *Cartas a uma Negra*. O posicionamento de sujeitos subalternos, como Carolina e Françoise Ega, nos faz pensar nos processos de subalternidade, uma vez que a denúncia do emudecimento é uma proposta aberta de reflexão crítica e, sobretudo, de mobilização.

Considerando a produção literária de Carolina, outra obra da escritora também escolhida para análise, o livro *Diário de Bitita* (2007), relata a infância, juventude e início da vida adulta da escritora. Como obra póstuma, publicada primeiramente na França, o material passou por um processo de tradução, editoração, além de revisão ortográfica o que não ocorreu com publicações anteriores, visto que Audálio Dantas, responsável pelas edições de *Quarto de Despejo e Casa de Alvenaria* decidiu manter no processo de revisão o padrão de escrita empregado por Carolina, conforme escreveu no prefácio “conservei a linguagem e a ortografia da autora, sem alterar nada” (DANTAS, 1961, p. 10). Apesar dessa afirmação, os escritos quando comparados aos originais apresentam supressão de trechos, alteração de vocabulário, e pequenos ajustes em relação à pontuação e ortografia.

A proposta de Dantas em preservar as características de uma linguagem simples, distante do padrão formal serviria para reforçar os aspectos de distanciamento existentes entre os favelados e a sociedade privilegiada. Entretanto, esta postura divergia do pensamento de Carolina, que sempre buscou um aprimoramento da sua escrita, almejando ser reconhecida pelo cânone literário.

Se tomarmos como base que os textos dos autores mais aclamados da literatura brasileira passam por um processo de revisão, a persistência em tratar Carolina diferentemente nos leva a crer que sua escrita era concebida como um texto inferior, sem mérito ou indigno de reconhecimento. Como se estivesse apenas usando uma “licença temporária” para ocupar um lugar que não lhe pertencia. Todavia, acreditamos que a produção de Carolina, ao longo de todo o caminho histórico, social e representacional, merece todo o respeito e consideração como literatura, devendo, portanto, ser revisada e tratada com a devida atenção que sempre foi dispensada às principais obras da literatura nacional. A proposta de não revisar os textos de Carolina contribui para que sua escrita seja apenas concebida como algo exótico, servindo no máximo como parâmetro dentro de uma concepção excludente a diferenciar o que seria a literatura “clássica” ou “marginal”.

Voltando ao livro *Diário de Bitita*, o processo de edição contou com a revisão dos manuscritos, no entanto, este fato não assegurou para a crítica confiança na autenticidade da obra, a começar por ter sido publicada após a morte da escritora e fora do Brasil. Além disso, como afirmam Castro & Machado (2007) as alterações realizadas pelas jornalistas francesas no

texto fizeram com que a edição se tornasse “pouco confiável”: como os manuscritos foram inicialmente traduzidos para o Francês, acredita-se que muitos aspectos da escrita original tenham sido perdidos neste processo.

A princípio os títulos sugeridos pela autora para o livro eram: *Minha vida* ou *Um Brasil para brasileiros*, todavia, com a morte da escritora em 1977 o título foi alterado para *Diário de Bitita*. Mesmo não se tratando do gênero textual diário, recebeu esta definição, pois buscava fazer uma referência ao sucesso que *Quarto de Despejo* havia alcançado na França. Já quanto ao nome Bitita, a capa faz uma referência ao apelido que Carolina Maria recebeu na infância e pelo qual era conhecida por seus familiares.

Quando compôs *Diário de Bitita*, Carolina residia modestamente em um pequeno sítio no interior de São Paulo, situado em Parelheiros. Estava insatisfeita com os rumos que a trajetória na escrita havia tomado. A sua carreira estava em decadência, vivia esquecida pelo público, insatisfeita com a imprensa e os intelectuais da época pelo modo como a tratavam. Além disso, a vida financeira continuava difícil, não tanto quanto na favela, mas não tinha luxo. Isolada e incompreendida, chegou a pensar que não valia a pena continuar existindo.

Todavia, quando todos pensavam que ela havia abandonado a escrita, foi aí que ela se insurgiu, rebelando-se contra todo um sistema que procurava mantê-la invisível e silenciosa. Assim, atendendo a um desejo pessoal, escreve para não ser invisibilizada. Era por meio da escrita que continuava existindo, assim, se propõe a escrever, sem se preocupar em seguir recomendações de temas ou gênero textual, partindo do que acreditava. Apesar de ferida, ela busca na escrita uma forma de assegurar sua permanência, assim, decide revisitar o passado em sua narrativa, procurando histórias sobre si e a sua família nas memórias. O objetivo deste processo era estabelecer uma ligação entre a Carolina da infância com a nova Carolina, de modo a desconstruir as percepções criadas por uma elite que procurava desacreditá-la.

Assim, a narradora lança seu olhar para o Brasil do início do século XX, precisamente para o interior de Minas na cidade de Sacramento que vivia sobre os aspectos de uma sociedade configurada como patriarcal, em que o homem era visto como categoria universal para a representação dos seres humanos, defendidos, assim, por uma ciência composta essencialmente por homens que não desejavam ceder seu lugar de prestígio social e reconheciam as mulheres apenas como seres “desviantes” ou “o outro”. Carolina analisa um cenário que está envolto por vestígios do passado escravocrata, focando seu registro nas diferentes formas de representação dos gêneros. Inicialmente, a narradora creditava valor ao discurso hegemônico de supremacia masculina propagado na sociedade que além de induzir as mulheres a um papel de submissão e

irrelevância, atribuía aos homens a representação política e social, aspectos que os conduziam a situações de destaque e visibilidade em desfavor das mulheres relegadas a irrelevância.

Quando eu era menina o meu sonho era ser homem para defender o Brasil, porque eu lia a história do Brasil e ficava sabendo que existia guerra, só lia os nomes masculinos como defensores da pátria então eu dizia para minha mãe:

– Porque a senhora não faz eu virar homem?

Ela dizia:

– Se você passar por debaixo do arco íris você vira homem.

Quando o arco íris surgia eu ia correndo na sua direção mas o arco íris estava sempre distanciando”. (JESUS, 2013, p. 48).

A narrativa caroliniana tende sempre a ficcionalizar as memórias da infância. Assim, ao reportar momentos do passado, Carolina recria as suas memórias que eram como grãos finos coletados em um deserto afetivo. Sem poder captar as recordações na sua essência, sem guardá-las no calor de suas mãos para depois descrevê-las no diário, restavam-lhe os vestígios das experiências. No excerto acima, a narradora protagonista parte de elementos imaginários, característicos da cultura popular e transmitidos oralmente para reforçar aspectos de improvisação em sua narrativa. Essa característica era bastante recorrente nas produções literárias regionalistas produzidas nos anos de 1930 que propunham, como objetivo, enfatizar os aspectos locais, sociais e culturais do país, dando destaque à produção oral a partir de gêneros como contos, mitos, lendas e outros.

Em relação à figura mitológica do arco-íris que permitia a troca de sexo descrita no *Diário de Bitita*, Carolina usa esse artifício para justificar a inconformidade com as diferenças tão profundas que afetavam o gênero feminino, consequência da prática discursiva histórica a propagar superioridade do sexo masculino sobre o feminino, resultando na condição de passividade e submissão silenciosa destinada as mulheres. Essa referência também pode ser identificada na obra *Grandes Sertão: veredas*³⁰, do escritor mineiro Guimarães Rosa, escrita em 1958, quando o personagem Riobaldo sonha que Diadorim passa debaixo do arco-íris e muda de sexo e assim se torna livre para viver a paixão que acreditava ser impossível.

³⁰ Guimarães Rosa publicou *Grande Sertão: Veredas* em 1956, considerado uma das mais significativas obras da literatura brasileira, que combina experimentalismo linguístico da I fase do Modernismo e temática regionalista. No romance, Riobaldo se apaixona por Diadorim, provocando sentimentos contraditórios e de repressão, já que a paixão homossexual era impossível de ser aceita no meio jagunço. Riobaldo sonha que Diadorim passaria por debaixo de um arco-íris, tornando-se uma mulher e, assim, estariam livres para viver o amor. “Antes palavras que picaram em mim um gastura cansada; mas a voz dele era um tanto-tanto para o embalo do meu corpo. Noite esta, astúcia que tive uma sonhice: Diadorim passando por debaixo do arco-íris. Ah, se eu pudesse mesmo gostar dele - os gostares...(ROSA, 2006, p. 50)

Conceição Evaristo também utilizou esta lenda em sua obra *Ponciá Vicêncio*,³¹ escrita em 2003. No entanto, no romance de Evaristo, o recurso mítico tinha como objetivo justificar a transformação que a personagem Ponciá sofreria ao passar por debaixo do arco-íris, deixando de ser uma pessoa sem sexualidade para se tornar um ser sexual, que se enxerga em condições de amar. O elemento mítico no conto ajudou a modificar uma personagem que estava em desequilíbrio. Essa lenda, de origem indígena, criada para propagar, reproduzir e celebrar façanhas de heróis “selvagens”, segundo o historiador, sociólogo e poeta Luís da Câmara Cascudo (2006), passou por um processo excludente que não lhe deu a devida repercussão na memória brasileira, existindo apenas por meio dos registros de autores como os citados acima.

Muitas vezes, as lendas são transmitidas oralmente, mas Carolina pode ter se apropriado dessa prática ao ler Guimarães Rosa, uma vez que era conhecida por ser uma leitora frequente de poetas e escritores da literatura nacional e buscava inspirar-se neles para sua criação. Da mesma forma, Conceição Evaristo também pode ter encontrado, na leitura de Carolina, elementos necessário para a inclusão da referência na obra *Ponciá Vicêncio*. Em *Diário de Bitita*, Carolina assenhorava-se da visão mitológica do arco-íris para ajudar a construir uma autoimagem em que ela pudesse ser vista aquém das limitações que o sistema colonialista tentava reduzi-la, buscando por meio de uma perspectiva desconstrucionista de ideologias patriarcais, uma reparação às desigualdades que os homens brancos e socialmente privilegiados desejavam manter. Eles persistiam em propagar, via discursos e posturas hierarquizantes, a redução e inferioridade da capacidade feminina, condenando-as por um processo de desqualificação a uma mutilação existencial.

Dessa forma, quando a autora se vale de um mito para justificar o desejo de se tornar homem, acreditava que, dessa forma, poderia estar sujeita a uma condição menos desfavorável do que aquela que as mulheres negras estão sujeitas, pensava que sofreria menos, deixando de ser o “outro do outro”, como aponta Grada Kilomba ao se referir à condição de mulher negra na sociedade.

³¹ A escritora Conceição Evaristo publicou *Ponciá Vicêncio* em 2003. O romance narra os problemas das mulheres afrodescendentes sobre um ponto de vista feminino negro. A autora apresenta a trajetória da personagem principal do romance, uma mulher pobre e negra nascida no campo, desde a sua infância até a idade adulta. Além disso, a narrativa discute a identidade de Ponciá a partir da memória afrodescendente herdada de seus ancestrais e da herança identitária de seu avô, além de estabelecer um diálogo entre passado e presente, entre o real e o imaginário e entre a cidade e o campo. “Quando Ponciá Vicêncio viu o arco-íris no céu, sentiu um calafrio. Recordou o medo que tivera durante toda a sua infância. Diziam que a menina que passasse por debaixo do arco-íris virava menino. Ela ia buscar o barro na beira do rio e lá estava a cobra celeste bebendo água. Como passar para o outro lado?” (EVARISTO, 2005, p. 09).

Por não serem nem brancas, nem homens, as mulheres negras ocupam uma posição muito difícil na sociedade supremacista branca. Nós representamos uma espécie de carência dupla, uma dupla alteridade, já que somos a antítese de ambos, branquitude e masculinidade. Nesse esquema, a mulher negra só pode ser o outro e nunca si mesma. [...] Mulheres brancas tem um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o “outro” do homem branco, pois são brancas, mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos [...] pois são homens, mas não são brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas, nem homens, e exercem a função de o “outro” do outro. (KILOMBA, 2012 *apud* RIBEIRO, 2016, p.4)

Ao deixar de ser mulher, não estaria mais sujeita à dupla carência, mas, ainda assim, considerando o racismo como um elemento de fragmentação e depreciação, continuaria sendo apenas “o outro”, condição imposta aos homens negros na sociedade. Apesar destes também serem vítimas de processos excludentes, ainda assim, Carolina desejava deixar de ser mulher, pois compreendia que o heroísmo, representado pela força física necessária para enfrentar as batalhas e conquistar as glórias, estava associado ao universo masculino. É perceptível que essa falta de reconhecimento histórico sobre a figura feminina produziu, no imaginário da narradora pobre e negra, uma visão negativa e inferiorizada das mulheres. Como ser alguém que não se fazia presente nos livros que transmitiam os relatos dos grandes heróis e conquistadores? O que desejava era ser uma pessoa que fizesse parte da história, que estivesse envolvida nas ações e não apenas uma coadjuvante.

E eu pedi que fizesse eu virar homem. Queria plantar lavouras. Queria ser um homem forte e comprar um Ford. Queria ser igual ao José do Patrocínio, que ajudou a libertar os negros e ainda comprou um Ford. Eu havia visto o Ford no jornal. Que vontade de andar naquilo!(JESUS, 2013, p.114)

Apesar de Carolina nos primeiros momentos do livro *Diário de Bitita* já apresentar um pensamento de admiração pelo universo masculino, a construção desse entendimento adveio da idealização que construiu ainda na infância para as figuras masculinas a partir da imagem do avô, a quem reconhecia como um homem sábio, religioso e prezado por toda a comunidade “meu avô rezava o terço. Quem sabia rezar, era tratado com deferência especial” (JESUS, 2013, p. 67).

Além da admiração que despertava nos demais membros, o avô inspirava respeito por toda a história que representava “era filho da última remessa de escravos que vieram num navio negreiro. Os negros cabindas, os mais inteligentes e os mais bonitos” (JESUS, 2013, p. 114). Ademais, o avô Benedito era conhecido por ser uma pessoa calma, que não se metia em problemas e nunca havia sido preso, sendo que, naquela época, a prisão era praticamente inevitável para a população negra: pelo menos uma vez, eram vítimas de atitudes adversas que os conduziam à cadeia.

O tratamento duro e de suspeição que a polícia reservava às populações negras era consequência do racismo que havia iniciado durante o período colonial e mesmo após esse período persistia, se espalhando por todas as esferas da sociedade, criando divisões entre os indivíduos, impondo regras, normas de comportamento que induziam os negros a uma condição de subordinação e submissão.

As pessoas que iam visitar o vovô saíam comentando:
 _ Que homem inteligente. Se soubesse ler, seria o Sócrates africano.
 _ O que será Sócrates africano? Outros comentavam:
 _ Foi crime não educá-lo. E este homem seria o Homem! Poderiam criar uma lei de educação geral, porque as pessoas cultas que adquirem conhecimento, do seu grau intelectual têm capacidade para ver dentro de si. (JESUS, 2007, p. 145-146)

Em *Diário de Bitita*, Carolina constrói para o avô uma simbologia de herói. Ele era o representante da moral e dos bons costumes, sustentáculo da família. Através dele vivenciou por um breve período o significado do que deveria ser ter um “pai”, fato este negado a Bitita uma vez que, descoberta a traição de sua mãe o então esposo a abandonou com os filhos, deixando-os expostos às críticas da sociedade e sobrevivendo a própria sorte. Carolina vive assim as primeiras consequências de exclusão: o abandono paterno.

Eu achava bonito ouvir minha mãe dizer: -Papai!
 E o vovô responder-lhe: - O que, é minha filha?
 Eu invejava minha mãe por ter conhecido seu pai e sua mãe. Várias vezes pensei interrogá-la para saber quem era meu pai. Mas faltou-me coragem. Achei que era atrevimento da minha parte. Para mim, as pessoas mais importantes eram minha mãe e meu avô. (JESUS, 2007, p. 08).

Essa falta provoca sentimentos de ansiedade, culpa e ciúmes. Apesar de fingir ser corajosa, a narradora tem a consciência de que cresceu em um lar caótico, onde se sentia incompreendida e, às vezes, era vítima de violência. “Minha mãe me espancava todos os dias. Quando eu não apanhava, sentia falta. Então compreendi que o vovô era meu defensor” (JESUS, 2007, p. 29). Era ele quem a acolhia nos momentos de dor e não a enxergava como um estorvo, sobretudo, dava-lhe carinho e compreensão o que não encontrava em casa, ambiente marcado por maus-tratos e um profundo sentimento de rejeição. “Meu irmão era o predileto dela” (JESUS, 2007, p. 29). A sensação de rejeição que a sua mãe, Cota, cultivou por meio de atitudes violentas ao educá-la fez com que Bitita imaginasse que não era amada. Devido a isso, também se mostra agressiva como retaliação ao que sofria. Para evitar brigas por morar no mesmo lugar que a mãe e o irmão, prefere se isolar e a leitura é o seu passatempo favorito.

É importante salientar que Carolina, filha incompreendida, vítima de agressões maternas e preterida pelo irmão quando se torna mãe, procura não repetir com os filhos os mesmos comportamentos que a feriram no passado. Dado que, na infância, sempre teve o prazer de ler

e escrever e não recebeu incentivo, como mãe, considera essa uma necessidade a ser suprida na vida dos filhos, de modo que visa assegurar seus estudos, incentivando-os, “fiz café e mandei os filhos lavar-se para ir na escola” (JESUS, 2013, p. 115). Mantém com esses uma cobrança severa em relação ao comportamento, exigindo que mantenham um distanciamento dos moradores da favela, por considerar suas ações inadequadas. “... vou sair para catar papel. Deixei as crianças. Recomendei-lhes para brincar no quintal e não sair na rua, porque os péssimos vizinhos que eu tenho não dão socego aos meus filhos” (JESUS, 2013, p. 12).

Em outras ocasiões, sobretudo quando a fome apertava e não havia nada para comer, revoltava-se e acabava descontando nos filhos, surrando-os por pequenas faltas. “Será que os pobres de outro país sofrem igual aos pobres do Brasil? Eu estava descontente que até cheguei a brigar com meu filho José Carlos sem motivo” (JESUS, 2013, p.33). Este comportamento agressivo por vezes direcionado aos filhos reportava as posturas de violência que a mãe Cota empreendia sobre a filha nos momentos de adversidades. No entanto, sabia ser afetuosa e buscava demonstrar o seu carinho pelos filhos, sobretudo mediante gestos e preocupação em assegurar alimentos e proteção.

20 de julho de 1955 [...] Preparei a refeição matinal. Cada filho prefere uma coisa. A Vera, mingau de farinha de trigo torrada. O João José, café puro. O José Carlos, leite branco. E eu, mingau de aveia. Já que não posso dar aos meus filhos uma casa decente para residir, procuro lhe dar uma refeição condigna (JESUS, 2013, p. 21-22).

O excerto apresentado mostra que a autora dispensava afeto aos herdeiros nos gestos mais simples, como no preparo do café, considerando as preferências de cada filho, o que, para alguém que vivia em condições precárias, significava um grande sacrifício. Em outros momentos, a preocupação de mãe a estimulava a fazer outro gesto nobre e de grande padecimento ao carregar a filha pequena sobre os ombros durante todo o dia enquanto trabalhava. “Fechei as portas e fui vender as latas. Levei os meninos [...] Que suplício! Carregar a Vera e levar o saco na cabeça” (JESUS, 2013, P.19). Carolina se sacrificava para coletar os papéis, sob o calor do sol, para não deixar os filhos sozinhos na favela, à mercê da violência das vizinhas, conforme relata no fragmento abaixo:

18 de julho de 1955 [...] Cheguei no inferno. Abri a porta e coloquei os meninos para fora. A D. Rosa, assim que viu o meu filho José Carlos começou a imprecisar com ele. Não queria que o menino passasse perto do barracão dela. Saiu com um pau para expandá-lo. Uma mulher de 48 anos brigar com criança! As vezes eu saio, ela vem até a minha janela e joga o vaso de fezes nas crianças. Quando eu retorno, encontro os travesseiros sujos e as crianças fétidas (JESUS, 2013, p. 15-16).

Enquanto mãe, procurava ser o melhor exemplo para os filhos, apesar dos excessos e das posturas divergentes, mas persistia nela a consciência de que, para os filhos, era ela tudo o

que tinham. “Refleti: preciso ser tolerante com meus filhos. Eles não têm ninguém no mundo a não ser eu. Como é pungente a condição de mulher sozinha sem um homem no lar” (JESUS, 2013, p. 16). A consciência da responsabilidade que carregava com os filhos, ao mesmo tempo em que se configurava como um grande sacrifício para a autora, também era um incentivo. Eles eram os seus defensores diante dos vizinhos, e os companheiros com quem ela compartilhava suas composições, poesias, histórias e sonhos de mudança de vida.

Ao escrever, Carolina tentava estabelecer um paralelo entre os relatos de uma infância desestruturada, por vezes solitária, regada a preconceitos e incompreensão, que apresenta no livro *Diário de Bitita* para justificar as atitudes da Carolina adulta de *Quarto de Despejo*. Assim, tenta assegurar que as circunstâncias de isolamento, rejeição e introspecção da infância ajudaram a construir a personalidade da mulher que se tornara.

Além disso, ao enfrentar situações difíceis, de julgamentos e reprovação por parte dos moradores da favela, que a lembravam da sua infância problemática, buscava no refúgio da leitura e da escrita mecanismos para lidar com estes obstáculos. Outra forma de proteção que estabeleceu para si e para os filhos foi estabelecer um padrão moral de comportamento que os diferissem dos demais favelados, mas que correspondesse ao que imaginava comum aos moradores das casas de alvenaria.

Sobre essa postura de afastamento e até mesmo desprezo pelos moradores da favela, a crítica literária Maria Nazareth Soares Fonseca afirma haver em Carolina uma lucidez quanto às diferenças de comportamento existentes entre os que habitavam os barracos das favelas e os moradores das casas de alvenaria. Seriam os primeiros moldados pela exclusão, tendo suas vidas condicionadas à fome, doenças, violência, insalubridade e preconceito, fatores que associados a falta de perspectivas e miséria transformavam os indivíduos em refugos sociais. Situação oposta à dos moradores das casas de alvenaria que contavam com o apoio e representação dos grupos dominantes aspectos que os favoreciam social e politicamente.

2.4 Memórias de uma Favelada com fogo na língua

Nas sociedades africanas as tradições orais eram importantes, e representavam mais do que uma simples manifestação cultural. Acima de tudo eram responsáveis por permitir que as memórias dos antepassados permanecessem vivas, o que era necessário para que o caminhar pelo mundo material e imaterial fosse preservado. No processo de trocas orais desenvolvidas por meio da interação das narrativas, as quais eram repassadas de uma pessoa para outra, ocorria

o processo de resgate das histórias que comungavam as experiências adquiridas pelos ancestrais, contribuições valorosas para a preservação das histórias e da memória do povo.

De acordo com o tradicionalista malinês Amadou Hampâté Bâ, “a coesão da sociedade está no valor e no respeito pela palavra” (2010, p. 168). Sendo a fala um instrumento de ação, o homem é a palavra. É uma declaração de compromisso com o que se diz, considerando a relevância da oralidade. Hampâté Bâ dirá, em outro momento, que na África “cada ancião que morre é uma biblioteca que se queima” (2010, p.10). Dessa forma, podemos considerar que, durante a diáspora, quando a população negra foi retirada à força de seu país, sofreram uma morte histórica e cultural, submetidas a uma brutal violação da sua condição humana, induzidos a um processo de barbárie que resultou no apagamento de suas memórias e histórias.

Enquanto o homem branco tem consciência do seu passado e orgulho da sua descendência europeia, os negros tiveram seus registros e ancestralidade encobertos pelo colonialismo escravagista que os reduziu a uma subcategoria humana determinada pela coloração das epidermes, numa tentativa colonial de estabelecer para si uma superioridade racial, e borrar dos registros todas as evidências dos horrores do período escravocrata, criando histórias para os povos negros, escritas por homens brancos que buscavam se colocar como salvadores de uma população a que consideravam “selvagem”.

Assim, os negros, sem registros escritos que revelassem o passado de barbárie, tinham sua história deturpada e esquecida. A história, ao ser criada sob a perspectiva do colonizador, teve como objetivo destrutivo permitir que ideologias patriarcais se aprofundassem, servindo a interesses próprios que, antes de tudo, visavam a consolidação de estratificações sociais que serviram para marginalizar e estigmatizar grupos minoritários e afirmar a lógica de poder que o discurso tem.

Ao analisar o cenário de apagamento das memórias dos povos afrodescendentes, é crucial reconhecer o valor do papel assumido por Carolina Maria de Jesus quando, assumindo a condição de mulher negra e neta de ex-escravizado, se propõe a escrever e assumir o papel de transmissora da história, assumindo uma função análoga a de *griot*,³² uma guardiã da memória que carrega em sua obra a força de uma coletividade que ultrapassa a esfera íntima do diário e funciona como um elo que não permite que a cadeia de conhecimento se apague.

³²De acordo com Hampâté Bâ, em *A tradição Viva* (2010) os griots são agentes ativos e relevantes na cultura africana, dotados de grande inteligência e influência. Podem ser divididos em três categorias: os griots músicos (transmissores e compositores que transmitem músicas e composições); os griots embaixadores (que medeiam conflitos entre as famílias em caso de desentendimento); e os griots genealogistas (historiadores ou poetas que mantêm as histórias e memórias da comunidade).

Sendo assim, ao se propor a discutir temas que a atravessavam e a excluía, Carolina se alinha à história de outras mulheres negras que se reconhecem na representação e, dessa forma, disputam projetos alinhados com um mesmo universo de preocupações. A escrita de Carolina passa assim a ter uma nova função: lutar contra a política de apagamento e invisibilidade imposta sobre os povos colonizados. Isso permite a recuperação de histórias caluniadas, submetidas a um processo de desqualificação para, dessa forma, se libertar de uma imagem do passado, que deve ser incorporada em uma memória voltada para o futuro.

Em *Diário de Bitita*, Carolina percorre a história dos seus ancestrais em sua narrativa, indo desde o momento da travessia do Atlântico à chegada ao Brasil na condição de escravizados, a fuga para o Quilombo de Palmares até o surgimento da figura imponente de Zumbi. “O chefe era um negro corajoso de nome Zumbi. Que pretendia libertar os pretos. Houve um decreto: quem matasse o Zumbi ganharia duzentos mil-réis e um título nobre de barão” (JESUS, 2007, p. 58). Todo o aprendizado que acessa através das recordações foram repassados oralmente, pelo avô, “o griot africano”, que atuava como uma segunda memória de Carolina. Ele ajuda a neta, através das histórias que conta, a conhecer o passado de seus ancestrais. “No mês de agosto, quando as noites eram mais quentes, nos agrupávamos ao redor do vovô para ouvi-lo contar os horrores da escravidão.” (JESUS, 2007, p. 58).

A tradição de contar histórias para as crianças funcionava como um importante recurso para reunir a comunidade, ajudando também a informar e conscientizar sobre as mazelas da escravidão e, sobretudo, permitir que esse conhecimento fosse transmitido às gerações futuras, ajudando na preservação das histórias de um passado distante. “Quando eles nos expulsaram das fazendas, nós não tínhamos um teto decente; se nos encostávamos num canto, aquele local tinha dono e os meirinhos nos enxotavam” (JESUS, 2007, p. 68). Além de inspirar, era por meio das experiências e do olhar de quem carregava nas vivências a sabedoria de compreender que somente através do fortalecimento do grupo seria possível conscientizar e assegurar que permanecessem vivas estas memórias, impedindo que fossem corrompidas ou apagadas, visto que sua permanência dependeria principalmente da forma como os ouvintes iriam atuar sobre elas.

Ao pensar a importância que as narrativas do avô de Carolina exerciam sobre toda a comunidade que o rodeava, reporta-nos à figura da mãe Preta a quem Conceição Evaristo atribuiu o sentido gerador da escrevivência, ao reforçar o peso que sofria em ter a responsabilidade sobre a criação e cuidado com os filhos dos colonos, porém sem qualquer liberdade, quer seja para falar ou até mesmo se calar, competia como obrigação ao fim de um dia cansativo cumprir mais uma obrigação “contar histórias para adormecer os da casa-grande”

(EVARISTO, 2020, p. 30). Se no passado a voz lhe foi negada, hoje o que se pretende é não somente que essa voz seja uma potência para denunciar as mazelas de período brutal como também sirva de aporte para toda uma escrita que busque resgatar por meio das memórias forças para sobreviver a todas as intempéries que recaem sobre seus corpos.

Inspirada pela figura do avô, Carolina, à medida que foi crescendo, adquiriu o gosto pelas narrativas, “no meu cérebro parecia que havia alguém me ditando algo. Eu pensava, pensava, mas não sabia definir. [...] Um dia, apoderou-se de mim um desejo de escrever. Escrevi” (JESUS, 2018, p. 23-24). Assim tomando posse da caneta e do papel passou a registrar em seus cadernos, suas vivências, lembranças, poemas e outros gêneros textuais como forma de assegurar que sua escrita sobrevivesse literariamente, por outro lado, ela também enquanto indivíduo tentava de todas as formas resistir às adversidades que por muitos anos a induziram a uma vida não de existência, mas de sobrevivência:

Eles prometiam aos negros:

- Voltem para a lavoura que nós vamos tratá-los bem. Aceitamos suas reivindicações. A maioria dos negros era analfabeta. Já haviam perdido a fé nos predominadores e em si próprios.

O tráfico de negros iniciou-se no ano de 1515. Terminou no ano de 1888.

Os negros foram escravizados durante quase 400 anos. Quando o negro envelhecia ia pedir esmola. (JESUS, 2007, p. 30)

Pelo excerto extraído do *Diário de Bitita*, ao narrar as memórias de infância, Carolina busca nas marcas de um passado opressor compor um retrato da situação atual do seu povo, resistindo às ações impostas pelos grupos de domínio que tentavam convencê-los a permanecerem aprisionados em novas formas de cativeiro “voltar a lavoura” ou “pedir esmola”. O tráfico negreiro deixou de existir, mas o aprisionamento por meio de trabalhos manuais sem uma remuneração digna, situação imposta aos negros pós escravidão continuou existindo, além disso, a falta de planejamento e oportunidades transformaram as populações negras nos miseráveis sociais.

19 de maio de 1958 [...] Muitos catam sapatos no lixo para calçar. Mas os sapatos já estão fracos e aturam só 6 dias. Antigamente, isto é, de 1950 até 1956, os favelados cantavam. Faziam batucadas. 1957, 1958, a vida foi ficando causticante. Já não sobra dinheiro para eles comprar pinga. As batucadas foram cortando-se até extinguir-se. (JESUS, 2013, p. 36)

Em *Quarto de Despejo* temos a figura de uma Carolina já madura, mas que ainda trava lutas diárias, situação que se assemelha à vivenciada por diversas mulheres pobres que, assim como ela, batalham pela sobrevivência. Por meio da memória, ela estabelece uma comparação cronológica que ajuda a reforçar a consciência de um “eu” que reconhece o processo de miserabilidade que vem sendo agravado gradativamente. Ao comparar como a situação financeira dos favelados parecia se deteriorar cada vez mais, ela relata que, antes, as farras, com

muitas bebidas e batucadas, eram constantes, mas começaram a diminuir, sugerindo que este fato estivesse associado a um agravamento nas condições de miserabilidade, um reflexo da situação econômica do país.

Os dados do IGP-DI³³ divulgados pela Fundação Getúlio Vargas comprovam a percepção que Carolina tinha sobre o crescimento das desigualdades. Eles apontam que, de 1955 a 1960, o Brasil sofria com uma média de inflação anual de 23% ao ano, consequência da política de modernização industrial que resultou no endividamento do país, no crescente aumento da taxa de desemprego e redução do poder aquisitivo das famílias menos favorecidas, fatores estes que acirraram as disparidades sociais já existentes.

Assim, quando no fragmento de *Quarto de Despejo* Carolina ressalta que a vida do favelado foi perdendo a alegria, os pequenos prazeres foram se extinguindo em decorrência do agravo da situação de miserabilidade, um dos fatores que ela se utilizou para reforçar essa carência foi a diminuição das farras e da bebedeira na favela, não exatamente porque a narradora também sentisse essa ausência. No entanto, ela utiliza-se dessa situação para chamar a atenção para aspectos da vida dos moradores da favela que não a agradavam.

Dado o contexto em que estava inserida e as situações a que todos os dependentes de bebidas se submetiam para manter o vício, Carolina considerava que este era mais um obstáculo para tirar a dignidade das pessoas e levá-las a uma existência de fracasso e exclusão. Para sair daquela situação de incerteza em que vivia, precisava ser forte o bastante para não ceder às tentações “Hontem eu bebi uma cerveja. Hoje estou com vontade de beber outra vez”, mesmo sentindo vontade de beber e, às vezes, não resistindo ao desejo, ainda assim, persistia nela a certeza de que não poderia fraquejar: “Mas, não vou beber. Não quero viciar. Tenho responsabilidade” (JESUS, 2013, p. 21).

A escritora era consciente do seu papel como provedora do lar, mãe de três filhos, responsabilidades que não a permitiam fraquejar, se sucumbisse ao vício sabia ser inviável alcançar os sonhos que a mantinham de pé ao escrever seu diário: “estou escrevendo um livro, para vendê-lo. Viso com esse dinheiro comprar um terreno para eu sair da favela. Não tenho tempo para ir na casa de ninguém” (JESUS, 2013, p. 27). Sabia que para concretizar o sonho de publicação do livro, ser reconhecida como escritora, precisava manter-se lúcida e distante das bebidas, “é sabido que pessoas que são dadas ao vicio da embriaguez não compram nada. Nem

³³ IGP DI - índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna.

O economista e ex-professor da UNB (Universidade de Brasília) Dércio Garcia Munhoz analisou os dados inflacionários da Fundação Getúlio Vargas, entre os anos de 1930 e 1980. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/download/19574/11339>. Acesso em Set. de 2022.

roupas. O ébrios não prosperam” (JESUS, 2013, p. 17). Além de responsabilizar o vício em bebida como uma das consequências da miséria, também reconhecia este como uma doença degradante a tirar a consciência física e moral do ser humano.

Ao tomar uma atitude diferente dos demais vizinhos, era interpretada como prepotente ou orgulhosa, mas o que Carolina desejava era fugir de um ambiente degradado e, dessa forma, ter a oportunidade de um novo começo, longe do que considerava “escória social”. Desejava se integrar à sociedade, não se acomodar ao mundo hostil ao qual foi submetida pela ausência de políticas públicas e o consequente abandono social. Sentia que, para fugir daquele mundo, precisava lutar e não desistir diante dos obstáculos que enfrentava e que intentavam contra seus sonhos. Tinha consciência do poder de transformação da escrita e, dessa forma, acreditava que, assim, realizaria o sonho de abandonar a favela e ter acesso à sala de visita, metáfora que usa para representar o centro da cidade, distante da marginalidade. Neste sentido afirma:

27 de junho de 1958[...] Tem pessoas aqui na favela que diz que eu quero ser muita coisa porque não bebo pinga. Eu sou sozinha. Tenho três filhos. Se eu viciar no álcool os meus filhos não irá respeitar-me. Escrevendo isso estou cometendo uma tolice. Eu não tenho que dar satisfações a ninguém. Para concluir, eu não bebo porque não gosto, e acabou-se. Eu prefiro empregar o meu dinheiro em livros do que no álcool. Se você achar que eu estou agindo acertadamente, peço-te para dizer:
_ Muito bem, Carolina!(JESUS, 2013, p. 74).

É também por meio da escrita que Carolina assegura que suas memórias permaneçam vivas. Ao trazer para o papel a situação de miséria que sempre a acompanhou, permitiu que houvesse uma compreensão acerca de como os mecanismos sociais atuaram para fortalecer ideologias que condicionaram as populações negras no período pós colonial a um papel de inferioridade, incapacidade e vulnerabilidade social, condições estas que impossibilitaram a este grupo oportunidades de desenvolvimento ao definir fronteiras que visavam estabelecer uma divisão social, criando assim limites sobre as ações que seriam factíveis ou não a serem exercidas pelos povos afrodescendentes.



Figura 04: Carolina Maria de Jesus sentada à varanda da casa de Parelheiros, onde viveu os últimos anos de sua vida.

Foto: Acervo Instituto Moreira Sales

3 A NECROPOLÍTICA MOLDANDO O BRASIL DOS EXCLUÍDOS

A inquietação provocada pela leitura da obra caroliniana impulsiona o leitor a sair do espaço restrito do papel e focar seu olhar na realidade que perpassa as muitas vidas subsistentes nos redutos mais hostis do país. Sua escrita oscila entre o desalento e a esperança. Tendo a fome como uma das personagens centrais da história, era o mais contundente desafio diário imposto a quem sobrevive em meio à miserabilidade. Mesmo cada dia parecendo ser exatamente igual, uma repetição triste em que a única certeza era a necessidade de que para continuar existindo seria necessário travar diariamente uma grande batalha contra a fome.

14 de junho de 1958 [...] Está chovendo. Eu não posso ir catar papel. O dia que chove eu sou mendiga. Já ando mesmo trapuda e suja. Já uso o uniforme dos indigentes. E hoje é sábado. Os favelados são considerados mendigos. Vou aproveitar a deixa. A Vera não vai sair comigo porque está chovendo. (...) Ageitei um guarda-chuva velho que achei no lixo e saí. Fui no frigorífico, ganhei uns ossos. Já serve. Faço uma sopa. Já que a barriga não fica vazia, tentei viver com ar. Comecei desmaiar. Então eu resolvi trabalhar porque eu não quero desistir da vida. (JESUS, 2013, p. 61)

Por trás do sofrimento imposto a uma parcela da população descrita nas páginas do diário de Carolina existe uma lógica de dominação que resiste em conceder às populações pobres e negras direitos e acesso a políticas públicas. Dentro desta concepção que segrega indivíduos a uma vida de exclusão ao imputar-lhes a necessidade de sobreviver às margens sociais, em redutos conhecidos como favelas, cortiços e subúrbios, existe uma conveniência das elites governamentais em estigmatizar esta parte da população como subalterna, resto, sobra ou excesso. “[...] Sou favelada. Sou rebotalho. Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo” (JESUS, 2013, p. 37).

Ao retratar em *Quarto de Despejo* as condições impostas às populações marginalizadas, a autora apresenta uma dinâmica entre exclusão e eliminação, ora indo mais para um lado, ora para o outro. Dessa forma, é relevante questionarmos qual o interesse das populações dominantes em não exterminar de imediato toda a “vida indigna de ser vivida” das populações dominadas? Aparentemente, a resposta está na exploração que se dá a taxas crescentes. O trabalhador marginalizado não pode ser enquadrado como “amigo” nem como “inimigo”, uma vez que tem uma ambiguidade em si: é necessário como mão de obra disponível para trabalhar por remunerações inferiores às estabelecidas pela lei e indesejável como indivíduo político ao tentar reivindicar e exercer seus direitos.

Não sendo relevantes para o sistema, não recebem investimentos para aumentar e melhorar a sua existência. Situação identificada na precariedade e abandono das políticas

públicas imposta aos moradores da Favela do Canindé, descrita por Carolina como território de segregação que não recebia nenhum tipo de infraestrutura. A água era escassa, não havia sistema de abastecimento para as moradias; os moradores contavam apenas com uma torneira instalada em uma caixa de água na comunidade e, a partir dela, coletavam o necessário para o consumo e preparo dos alimentos. Sobre as peças de vestuário: eram lavadas no rio Tietê ou na lagoa, local poluído e transmissor de doenças, fato que o governo sabia, mas, mesmo assim, nenhum investimento era disponibilizado para lidar com este problema.

26 de julho de 1958... Eu estava tonta de fome devido ter levantado muito cedo. Fiz mais café. Depois fui lavar as roupas na lagoa, pensando no departamento estadual de saúde que publicou no jornal que na favela do Canindé há 160 casos positivos da doença do caramujo. Mas não deu remédio para os favelados. A mulher que passou o filme com as demonstrações da doença caramujo nos disse que a doença é muito difícil de curar-se. Eu não fiz o exame porque não posso comprar os remédios” (JESUS, 2013, p. 100).

Diante da negligência governamental, temos uma postura de abandono ao estabelecer e propagar uma lógica de desigualdade entre os corpos, em que alguns, e normalmente enquadrados nesta categoria, pessoas negras, pobres e periféricas, valem menos do que os “outros”.

É possível comparar o modo como o sistema trata as populações marginalizadas no livro *Quarto de Despejo* e o que o filósofo Agamben apresenta na discussão sobre os campos de concentração. Assim identificamos no relato de Carolina como a favela é apresentada e o seu papel de agregar vidas nuas: “O Palácio é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos” (JESUS, 2013, p. 32). O filósofo italiano analisa o nazismo e as formas de eliminação de raças consideradas impuras em que, inicialmente, usavam mecanismos de exclusão que os mantinham vivos em um processo de vida nua, sem valor social, existindo apenas para exercer serviços forçados ou experimentos científicos a serviço do *Reich*, para posterior eliminação.

Situação que se assemelha ao relato que Carolina traz sobre as condições de vida dos moradores da favela, que estavam submetidos a um processo de inclusão/exclusão, permaneciam vivos, pois eram necessários como serviçais para uma elite que necessitava de mão de obra barata, entretanto, eram contidos nas tecnologias de exclusão à medida que, permaneciam afastados dos espaços de poder e contidos em zonas segregatórias. Neste contexto, ficavam submetidos a um processo de disciplina para que seus corpos fossem reduzidos a uma obediência subordinada, mas alijados do processo político, vivendo em espaços segregatórios, sobre as mais adversas situações de risco.

3.1 Vidas negras: das Senzalas para as Favelas

O que a escrita de Carolina faz ao desnudar os aspectos de descarte político compelido às populações periféricas possibilita identificar como operam as ações da necropolítica “a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é (MBEMBE, 2016, p. 135). Percebe-se que, para os governantes e classes favorecidas, favela representa o lugar do “outro”, onde a vida não é constituída como prioridade, lugar onde o Estado não se faz presente, “formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte” o que leva alguns indivíduos a permanecerem em diferentes formas de vivência ou melhor “sofrevivência”.

30 de maio... Troquei a Vera e saímos. Ia pensando: será que Deus vai ter pena de mim? Será que eu arranjo dinheiro hoje? Será que Deus sabe que existe favelas e que os favelados passam fome?...

O José Carlos chegou com uma sacola de biscoitos que catou no lixo. Quando eu vejo eles comendo as coisas do lixo penso: E se tiver veneno? É que as crianças não suporta a fome. Os biscoitos estavam gostosos. Eu comi pensando naquele provérbio: quem entra na dança deve dançar. E como eu tenho fome, devo comer. (JESUS, 2013, p. 46-47)

Ao relatar a dureza de viver em um ambiente de pobreza, sujeira e falta de perspectiva, Carolina revela a vida numa favela. Importante compreender que o surgimento desses aglomerados subnormais em território nacional ocorreu como consequência da negligência no planejamento de políticas públicas que visassem garantir amparo e assistência a população negra no período posterior a abolição da escravatura.

Não houve por parte do Estado à população negra o reconhecimento por longos anos de trabalho forçado, nenhuma ação foi instituída para garantir que os negros tivessem acesso à terra para cultivo e moradia. Mesmo com a liberdade desejada que a abolição trouxe, os indivíduos que agora estavam livres do cativeiro continuavam presos à miséria, à fome e ao analfabetismo. Os negros tiveram apenas a liberdade de se locomover, para deixar as fazendas em que eram mantidos como escravizados, sem serem perseguidos pelos “capitães do mato”, no entanto, seus direitos não foram respeitados, permanecendo presos e dependentes, uma vez que não dispunham de recursos financeiros que lhes dessem autonomia e liberdade de expressão.

Segundo Sharyse Amaral, doutora em história Social do Brasil (2011)³⁴, antes de 1888, com o avanço das lutas abolicionistas no Brasil e diante de um cenário de muitas rebeliões, protestos e fugas dos escravizados, o governo brasileiro precisou instituir algumas leis numa

³⁴ Informações disponíveis no site: https://ceao.ufba.br/sites/ceao.ufba.br/files/livro2_historiadonegro-simples

tentativa de amenizar e se resguardar de possíveis retaliações internacionais. Uma das primeiras leis a ser promulgada em 1850 tinha como objetivo reprimir o tráfico negreiro, entretanto, a aprovação desta lei só ocorreu em resposta as pressões exercidas pela Inglaterra que exigia do país ações efetivas no combate à escravidão. Além disso, o governo também preocupado com a iminência de possíveis invasões de territórios por parte dos negros libertos antecipou-se na aprovação da Lei de Terras,³⁵ instituída em 18 de setembro de 1850, que vinha para substituir o processo de regulação adotado anteriormente e inviabilizar a possibilidade de aquisição gratuita do solo brasileiro, determinando a compra como único instrumento efetivo e regulamentado. Com isso, impedia-se legalmente que os negros pudessem a partir da abolição se apropriar de terras para estabelecer moradia, plantações e garantir que somente os proprietários do capital pudessem continuar usufruindo do direito à propriedade, representava assim, a união perfeita entre o capital e a propriedade das terras.

Os registros de Carolina apontam que quando a abolição finalmente foi aprovada o cenário em que os negros se encontraram foi de profundo desalento, nada possuíam de recursos financeiros para assegurar a sobrevivência, sem emprego, moradia e escolaridade não tinham perspectiva de futuro. Diante deste painel desolador, muitos negros inseguros quanto à migração para outros ambientes permaneceram nas fazendas, sendo forçados a aceitarem os baixos salários que os proprietários de terras ofereciam, outros iludidos com a falsa promessa de que com o tempo se tornariam colonos nos territórios que cultivassem permaneceram aprisionados a um novo regime de escravidão, conforme relata Carolina:

Quando os fazendeiros viram seus cafezais abandonados, ficaram apavorados. Não havia braços para as lavouras. Começaram a implorar ao negro para ser colono.[...] O fazendeiro dava uma ordem de cento e cinquenta mil-réis para o colono comprar os gêneros alimentícios num empório. O colono comprava feijão, farinha, toucinho, açúcar, querosene, fósforo, fumo, sabão e carne-seca. Não comprava arroz porque não dava [...]No fim do ano, o fazendeiro ia acertar as contas com o negro, o negro estava lhe devendo quinhentos mil-réis...(JESUS, 2007, p. 58-59)

Assim, no Brasil, novas formas de aprisionamento foram criadas para impedir que a população negra, agora considerada “livre”, pudesse desfrutar plenamente desse direito. A forma encontrada por muitos proprietários de terras de manter o serviço prestado pelos escravizados era ofertar um emprego assalariado. No entanto, havia um plano de escravização,

³⁵ Segundo José Murilo de Carvalho, professor e cientista político, em *A construção da ordem: a elite imperial. Teatro das sombras: a política imperial*, o interesse dos grandes produtores das Regiões Sudeste do Brasil foram os fundamentos para o projeto final da Lei de Terras. A região Sudeste era, neste período, considerada o grande centro econômico do país devido à produção de café, amplamente apreciada e aceita no mercado mundial. Dessa forma, os produtores eram apoiados por diversos setores externos e internos. O grupo conservador “Saquarema” compreendia a necessidade de estabelecer regras políticas que protegessem a propriedade e preservassem o lucro, afastando, dessa forma, o fantasma da concorrência.

no qual, através da criação de dívidas ilegais referentes a despesas com alimentação, moradia e ferramentas de trabalho necessárias para a realização das funções, os fazendeiros descontavam arbitrariamente valores exorbitantes dos funcionários, conforme apresenta Carolina no fragmento: “No fim do ano, o fazendeiro ia acertar as contas, o negro estava lhe devendo quinhentos mil-réis”, assim estes trabalhadores “livres” acabavam aprisionados a dívidas imputadas por seus patrões.

A prática criminosa ainda é uma realidade no Brasil, apesar de se constituir em crime, conforme o artigo 149 do Código Penal, que prevê pena de 02 a 08 anos de prisão, além de multa. No entanto, de acordo com dados apresentados pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) em 2018, o órgão conseguiu identificar 1.723 casos de trabalhadores em condições análogas à escravidão,³⁶ sendo, deste total, 523 trabalhadores em áreas urbanas e 1.200 trabalhadores em áreas rurais. Isso significa que apesar da liberdade – um direito essencial ao ser humano – ser, no papel, garantida tanto pela Constituição Federal e pelo Código Penal, permanece sendo violada em nosso país.

Considerando o cenário descrito por Carolina pós escravidão, outras posturas foram adotadas por fazendeiros contra a população liberta, milhares de ex-escravizados foram expulsos das fazendas em que outrora viviam por receio de que se rebelassem contra os seus antigos senhores. Havia também preconceito por parte dos donos de terras com a nova condição dos negros, não concebiam ter que pagar salário a quem sempre esteve submetido as suas ordens.

No *Diário de Bitita*, há passagens que registram o comportamento de alguns fazendeiros durante este período demonstrando a inconformidade com as mudanças impostas pela abolição, a narradora chega a anotar a indignação de um deles “saíam das minhas terras! Vamos ver se vocês conseguem encher a barriga com a liberdade. Imagina só, ter que dar dinheiro aos negros! É um pecado.” (JESUS, 2007, p. 70). Situações como esta associadas ao preconceito e medo de

³⁶ O artigo “O Trabalho Análogo ao escravo no Brasil nos tempos de direitos em transe”, de Edvânia Ângela de Souza (2019), sustenta o trabalho análogo à escravidão na atualidade, baseado em um amplo processo histórico de organização do modo de produção, na sua formação sócio econômica e no processo social e político que gira em torno dos interesses da burguesia e do Estado. Esse processo favorece a exploração e o controle das ações de trabalhadores(as) que, marcados pela coação econômica, pelo analfabetismo ou baixo nível de escolaridade e pela falta de oportunidades de emprego nas áreas das suas casas, acabam se submetendo às práticas mais arcaicas de exploração e superexploração do trabalho, em um processo de degradação do sistema que se assemelha à escravidão. Esse tipo de processo não se dá pela aquisição de um ser humano por outro, mas pela submissão do trabalhador às péssimas condições de vida, sem direitos reconhecidos, imersos em dívidas e violência, com intensa exploração do trabalho e de qualquer bem, que se iludem com a possibilidade de trabalhar e acabam envolvidos em dívidas, em locais de trabalho distantes, sem direitos e imersos em violência. Disponível em: http://portal.mpt.mp.br/wps/portal/portal_mpt/mpt/sala-imprensa/mpt-noticias/5cc6ccba6f61-4470-b309-03636bdecc31.

revolta dos libertos instigou a saída brusca dos negros do campo para novos territórios na zona urbana na esperança de oportunidades que assegurassem uma melhor qualidade de vida.

A abolição contribuiu em parte com a crise na agricultura brasileira, que se consolidou por meio da força de trabalho escravo. Por longos anos o trabalho braçal negro assegurou as etapas da produtividade agrária do país, além disso, representava para os donos da terra a garantia do lucro exponencial, visto que os escravizados nada recebiam pelo trabalho empreendido. Desta forma, a abolição significava para os latifundiários além da perda da mão de obra gratuita, despesas com a contratação da força de trabalho remunerada.

Em uma das passagens do *Diário de Bitita*, Carolina narra as dificuldades enfrentadas por fazendeiros na contratação de mão de obra para as lavouras após a abolição. Durante este período, muitos imigrantes, sobretudo da Itália, Suécia, Alemanha e Japão, foram incentivados a migrar para o Brasil para substituir o trabalho escravo na lavoura. Os trabalhadores foram atraídos pelo compromisso de moradia, alimentação e aquisição de terras para cultivo, uma postura divergente daquela imposta aos negros, que nunca tiveram o reconhecimento pelos trabalhos realizados durante longos anos no país.

Além disso, ao final do período escravocrata, foram descartados como objetos inaproveitáveis. Já os imigrantes, europeus e asiáticos, de raça branca e amarela, tiveram tratamento pautado no acolhimento, com políticas que asseguravam tanto o emprego remunerado como a aquisição de terras. Entretanto, como não estavam habituados ao regime de trabalho árduo a que os negros eram submetidos, muitos decidiram abandonar o campo e buscar novos ofícios nas cidades. “[...] os fazendeiros estavam desesperados, os italianos abandonavam as fazendas” (JESUS, 2007, p. 29). Os proprietários de terra, decepcionados com o desempenho no campo da mão de obra branca, recorriam muitas vezes aos negros com promessas ilusórias de melhores condições de trabalho, conforme destaca Carolina:

- Vocês podem ir para minha fazenda. Eu mandei construir um salão de baile para vocês. Eu mando buscar o sanfoneiro Juritão Marangoni, para tocar para vocês dançarem. E, no fim do ano eu trago o Jazz-Band Bico Doce, de Ribeirão Preto para tocar para vocês. Mas os negros não iam porque na cidade também havia serviço. Então os fazendeiros conseguiam pouquíssimos trabalhadores.” (JESUS, 2007, p. 29)

O texto extraído do *Diário de Bitita*, ao enfatizar a dificuldade dos proprietários de terra em conseguir braços negros para o trabalho rural, mostra a cidade como uma esperança de novos tempos para esta população que buscava oportunidades de moradia e emprego. Carlos Alberto Medina, sociólogo, defende em seu livro *A favela e o demagogo* (1964) que a abolição da escravatura e a crise na agricultura foram fatores fundamentais para o surgimento das moradias urbanas precárias que, durante o século XIX, se tornaram populares no país,

recebendo a denominação de cortiços, estalagens ou casas de cômodos. Essas moradias proporcionavam abrigo em um curto espaço físico para uma enorme quantidade de pessoas que não tinham condições financeiras para pagar o aluguel ou adquirir um imóvel residencial. No entanto, esses locais, por serem precários, estavam associados à insalubridade, propagação de doenças, promiscuidade e violência.

É importante ter em mente que enquanto o setor agrário enfrentava uma crise, a cidade se consolidava com o aumento da industrialização, a crescente necessidade de mão de obra e um intensivo fluxo migratório. Esses fatores contribuíram para o aumento da população brasileira, que somente no Rio de Janeiro passou de 235.000 habitantes em 1870 para 522.000 em 1890,³⁷ o que causou um novo obstáculo social, a falta de moradias para atender uma demanda em crescimento.

O grande problema aqui encontrado é que dentro deste contexto não houve uma preocupação em assegurar na prática moradias dignas as populações de menor poder aquisitivo, sendo estas em grande parte constituídas por descendentes de escravizados e migrantes. Por conta desse crescimento desordenado o déficit habitacional se aprofundou nas cidades. Se o quadro já se apresentava difícil de ser administrado, transformou-se em tragédia, à medida que o governo, ao invés de preocupar-se em sanar estes graves entraves através de políticas habitacionais, vislumbrou como prioridade a necessidade de seguir padrões de beleza na elaboração do plano de urbanização seguindo modelos advindos da Europa, o que implicava em um processo de higienização social e territorial.

Evidencia-se que, para assegurar o chamado processo de “limpeza da cidade”,³⁸ pregava-se o embelezamento das áreas consideradas feias e sujas, sendo os espaços considerados degradantes e imundos os ocupados por populações pobres e desfavorecidas. Dessa forma, para garantir que nada interferisse no processo de remoção desses indivíduos desabonados, as autoridades propagaram e instigaram na sociedade discursos para convencer que só haveria progresso em nosso país se houvesse um bom funcionamento dos municípios.

³⁷ Dados do crescimento populacional do Rio de Janeiro no período de 1870 a 1890 foram apresentados pela doutora em arquitetura e paisagismo Lilian Fessler Vaz (1994). Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377187I6iYL2uw3Xe43QN7.pdf> Acessado em: 03/02/2023.

³⁸ De acordo com o historiador Sidney Challoub (2004), a ideologia de higienização das cidades pregava princípios que direcionavam o país para um “verdadeiro” caminho de “civilização”, o que implicava a despolitização da realidade histórica e a legitimidade apriorística das decisões em relação às políticas públicas a serem aplicadas no meio urbano. Em outras palavras, o que se desejava era a civilização europeia nos trópicos; fazer política ao mesmo tempo, em que desconsiderava o papel da política na história. Em meados do século XIX, pregava usando a metáfora da doença contagiosa: as classes pobres como perigosas, sendo descritas por médicos como um perigo por se transformarem em focos de doenças. Como diagnóstico para esse mal, prescreviam o afastamento destes indivíduos, uma vez que suas moradias eram letais para a sociedade, pois se transformavam em focos de epidemias, além de, naturalmente, serem terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos.

Sendo assim, seria necessário implementar políticas de remoção e limpeza das áreas que afetassem a harmonia e a prosperidade dos moradores. Assim, era crucial executar ações para promover o processo de “asepsia” urbana. Dentro dessa concepção, para que houvesse limpeza nas cidades seria necessário remover todas as moradias irregulares, pois estavam associadas a infestações de doenças, e imoralidade. A política de segregação urbana das populações desfavorecidas atendeu às necessidades de uma burguesia que desejava um maior afastamento das habitações irregulares, para assegurar um melhor asseio no seu entorno e obter vantagens com a especulação imobiliária que se alastrava com o surgimento de novos bairros que se desenvolveriam sem as populações pobres e negras.

A percepção do progresso era evidente em todos os campos. O crescimento urbano, econômico e cultural se intensificava nos centros na mesma velocidade e veemência com que os negros e migrantes eram afastados para a periferia. O objetivo desse processo de reestruturação era adaptar a cidade senhorial-escravista aos padrões capitalistas, onde a terra é uma mercadoria e o poder é medido pela acumulação de riquezas. A doutora em Arquitetura e Urbanismo Raquel Rolnik (2007) explica que o governo adotou o zoneamento social para justificar os despejos das populações negras que moravam em cortiços, residências precárias, insalubres e abarrotadas. Isso significava atrair para esses espaços bem localizados nas metrópoles grandes empreendimentos ou pessoas com maior poder aquisitivo.

As autoridades não mediram esforços para implantar no país uma política segregacionista que pautada no discurso de “higienização” na verdade concebia a exclusão de indivíduos socialmente desfavorecidos, em uma clara ação de “[...] uma política de Estado que, distinguindo claramente os seus cidadãos (os que pertencem ao círculo dos semelhantes) de outras pessoas, afasta resolutamente todos os não-semelhantes” (MBEMBE, 2017, p. 73). Ao agir assim, têm-se a confirmação do que Mbembe entende como necropolítica. Percebe-se então que, o Estado ao assegurar e favorecer grupos socialmente favorecidos opera para que os desfavorecidos sejam expurgados, criando uma política de fragmentação e desequilíbrio social.

No processo de urbanização, a política seccionaria seria assegurada com a retirada de toda a “plebe” das áreas consideradas nobres e economicamente produtivas, configurando assim a concepção imposta pela elite, que reconhecia nestes grupos marginalizados a causa dos problemas urbanos ao enxergar na ocupação desordenada dos espaços por estes indivíduos as causas de todos os males citadinos. Nesta concepção, o capital se sobrepunha à vida humana, que era objetificada e desqualificada para assegurar sua condição de descartabilidade. Assim, diante desse pensamento o mais importante era assegurar a valorização financeira dos imóveis que sofriam um processo de depreciação pela aproximação com as moradias irregulares.

Acreditava-se que somente dessa maneira haveria possibilidade de progresso e crescimento da atividade imobiliária nestas regiões.

Essa forma de reestruturação dos espaços pautada no desenvolvimento urbano e econômico ao afastar os negros e os migrantes para as periferias serviu para adaptar as cidades aos padrões capitalistas, que compreendiam e reduziam os indivíduos ao poder que o capital os proporcionava quer seja pela posse de terras ou no acúmulo de riquezas. O livro *Quarto de Despejo*, edição de 2013, da Editora Abril Educação, apresenta nas páginas finais entrevista com a autora em que relata o processo de remoção das populações excluídas do centro da cidade de São Paulo:

[...] É que em 1948, quando começaram a demolir as casas térreas para construir os edifícios, nós, os pobres que residíamos nas habitações coletivas, fomos despejados e ficamos residindo debaixo das pontes. É por isso que eu denomino que a favela é o quarto de despejo de uma cidade. Nós, os pobres, somos os trastes velhos. (JESUS, 2013, p. 195)

A narrativa expõe de forma crua e realista a sensação de ser removida como uma peça velha que não se encaixa dentro de um tabuleiro, sendo este a cidade na qual ela reside, mas que não a reconhece como parte integrante e, por isso, o que lhe resta é ser tratada como um objeto obsoleto, em desuso ou quebrado, cujo destino é o descarte. “... Nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais” . Percebe-se nesta passagem da narrativa caroliana a compreensão de que para a cidade o espaço destinado as peças sobressalentes, no caso específico das populações negras, pobres, os chamados “diferentes” só havia um destino, aquele direcionado a tudo o que não apresenta serventia: o lixo. “Não mais se vê os corvos voando as margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos” (JESUS, 2013, p. 54). Em outra obra de Carolina, *Onde estaes felicidade?* há o relato do desespero das populações despejadas que não tinham para onde ir.

Era o fim de 1948, surgiu o dono do terreno da Rua Antonio de Barros onde estava localizada a favela. Os donos exigiram e apelaram queriam o terreno vago no praso de 60 dias. Os favelados agitavam-se. Não tinham dinheiro. Os que podiam sair ou comprar terreno saiam. Mas, era a minoria que estava em condições de sair. A maioria não tinha recursos. Estavam todos apreensivos. Os policiais percorria a favela insistindo com os favelados para sair. So se ouvia dizer o que será de nós? São Paulo modernizava-se. Estava destruindo as casas antigas para construir aranha céus. Não havia mais porões para o ploletario. (JESUS, 2014, p. 39)

Ao enxergar no processo de remoção uma desqualificação da vida humana, Carolina aponta a insensibilidade do Governo que não reconhece nos desalojados características humanas, são quando muitos objetos que podem ser descartados a qualquer momento sem que isto represente nenhum crime, ou violação do Estado. O registro de Carolina corrobora o que

afirma Mbembe sobre a política de descarte empreendida pela necropolítica aos indivíduos considerados desnecessários “entregues ao abandono [...], tornando-se dispensáveis e até mesmo, convertendo-se em vidas matáveis, exatamente por se tornarem inúteis” (MBEMBE, 2014, p.17). É preciso compreender que na análise do camaronês dentro de uma sociedade neoliberal o que determina a classificação dos corpos em úteis e inúteis é a capacidade de produção e de se constituir necessário dentro deste sistema.

A narrativa de Carolina além de expor o aspecto brutal empreendido pelo Estado para remoção das populações pobres dos centros urbanos evidencia a ausência de preocupação em oferecer aos desalojados o mínimo de infraestrutura necessária para aquisição de moradia ou para assegurar a sobrevivência dessas populações marginalizadas o que reforça a teoria de Mbembe (2014) que entende na forma como são administrados os territórios dentro de uma nação há o predomínio de uma gestão da morte.

Um por um os policiais pegavam os pobres na rua e iam despejar nos terrenos vazios, como o Canindé. Os pobres não podiam dormir na rua, senão acordavam na delegacia, e daí era pior, maus tratos, agressões. Podia ser homem, mulher ou velho: era tudo pobre... Foi assim então que as pessoas começaram a construir os barracos. Foram juntando a madeira de caixotes, mais papelão, latas velhas, e as favelas foram crescendo, crescendo e chegaram ao ponto em que estão hoje. Todos os meses chegava uma nova família: vinha o pai, a mãe e a filharada. Era só escolher um lugarzinho menos pior e “ajuntar as taubas”. De repente, aparecia outro barracão; da noite para o dia tínhamos mais e mais vizinhos. Uma casinha mais apertada que a outra, e mais cheia de gente. (MEIHY; LEVINE, 2015, p. 80)

No fragmento acima extraído do livro *Cinderela Negra: a saga de Carolina Maria de Jesus*, os autores Meihy & Levine (2015) reforçam através das anotações de Carolina a forma como a favela do Canindé, uma das primeiras do Estado de São Paulo, surgiu. Fica evidenciada através da narrativa as medidas agressivas e preconceituosas que foram empreendidas para segregare e isolar os indivíduos considerados descartáveis. Se para o governo não havia espaço na cidade para acolher os pobres, negros e todos aqueles que eram considerados refugos, restava a esta população buscar nos arredores distantes dos centros urbanos, muitas vezes no entorno dos lixões, locais para construir seus barracos e acolher outros que estivessem vivenciando os mesmos infortúnios.

A consequência dessa nova ordem urbana de deslocamento das massas desfavorecidas será o alargamento das desigualdades com a negação discursiva dos direitos sociais. As favelas são uma representação da dominação branca e da desigualdade, sendo constantemente prezada por elites que tornam elementos como a falta de saneamento básico, eletricidade, água potável e outras necessidades básicas ao ser humano, parte integrante do que compõe esses assentamentos urbanos.

Em São Paulo, a Favela do Canindé, que abrigou Carolina Maria de Jesus por cerca de 10 anos, apresentava características semelhantes às outras: suja, triste e turbulenta. Além disso, estava próximo a um rio, o Tietê, que, em diversas ocasiões se alastrava, causando enchentes que atingiam a favela, submergindo as residências com as águas cheias de lama e sujeira provenientes da cidade. Isso afetava a vida dos moradores, pois, em muitas ocasiões, ficavam desalojados ou eram infectados por doenças causadas pela contaminação das águas da chuva. No livro *Onde estaes Felicidade?* Carolina relata o alagamento do seu barraco durante uma das enchentes do Rio Tietê.

Chovia dava enchente. E eu tinha passado uma enchente dentro d'água. O antigo barraco foi construído na terra sem assoalho passei três dias em cima da cama. Puis o fogareiro nos pes da cama comprei uma lata de carvão e ali naquela posição incomoda eu preparava minhas refeições. (JESUS, 2014, p. 42)

Para construir o barraco em que residiu na favela, Carolina não contou com ajuda de nenhum vizinho, teve que erguê-lo sozinha, com os próprios braços, além disso, por não dispor de recursos financeiros para comprar os materiais necessários à construção, utilizou-se de sobras de madeiras de outras obras que recolheu pelo centro da cidade e de algumas doações, conforme relata:

Eu queria fazer o meu barracão e não dinheiro para comprar tabuas. Estavam construindo a igreja Nossa senhora do Brasil. Eu resolvi pedir umas tabuas para monsenhor Carvalho [...]. Ele me deu e eu não tinha dinheiro para pagar condução carreguei as tabuas na cabeça da Avenida Brasil ate o ponto final do Canindé [...]. Todas as noites eu dava duas viagens. Eu ia de bonde, e voltava a pé com as duas tabuas na cabeça [...] Eu mesma fiz meu barracozinho. 1 metro e meio por um metro e meio [...]. Tinha tantos homens e nenhum auxiliou-me sobrou uma tabua de quarenta centímetro de largura era em cima dessa tabua sem colchão que eu dormia. (JESUS, 2014, p. 42).

O fragmento mostra uma relação perversa de dependência que a elite mantinha para assegurar a sua superioridade entre as populações marginalizadas. No caso de Carolina, é possível notar claramente essa condição de submissão ao necessitar das sobras, daquilo que a elite não considerava mais necessário para que construísse seu barraco. Contudo, a situação de sujeição da autora não se limitou a essa ocasião.

Na condição de catadora, a sobrevivência diária de Carolina e dos seus filhos estava condicionada à dependência dos restos que eram descartados pela classe dominante. Isso se dava pelo recolhimento nas ruas e lixos urbanos de objetos rejeitados pelas elites, como papeis, papelões, garrafas, alumínio e até mesmo alimentos, itens estes que mesmo de forma precária lhe condicionavam a sobrevivência. Essa circunstância reforça a existência na necropolítica de uma ideologia de hierarquia e segregação que faz com que os indivíduos considerados úteis não se compadeçam do sofrimento, abandono, de outros indivíduos considerados desnecessários e

inúteis. Compreende-se que, diante da omissão de assistência, tanto os grupos dominantes como o Estado contribuem para promover a morte de indivíduos marginalizados, como os moradores de favela, ao mesmo tempo em que atuam para construir no inconsciente coletivo uma visão de anuência a política de segregação gestada no modelo necropolítico do Estado.

Uma constatação perceptível é que, em relação ao palácio, sala de visitas e jardim, (expressões usadas por Carolina para diferenciar o governo, classe dominante e os moradores da cidade), não havia uma demonstração destes de interesse ou preocupação com os moradores do quarto de despejo (favelados, excluídos sociais). Essa postura de indiferença clara em relação ao descarte e abandono dos marginalizados escondia, muitas vezes, de forma oculta o desejo das elites de serem libertos dos detritos e objetos em desuso que enxergavam na figura dos favelados.

Assim, assegura Carolina em *Quarto de Despejo*: “[...] Os vizinhos de alvenaria olha os favelados com repugnância. Percebo seus olhares de ódio porque eles não quer a favela aqui. Que a favela deturpou o bairro. Que tem nojo da probresa”. (JESUS, 2013, p. 55). O governo ao contar com a omissão ou até mesmo simpatia das elites sociais em suas ações segregacionistas promove na sociedade brasileira relações de não reconhecimento do outro, estabelecendo assim, na prática, divisões ideológicas com vista a assegurar que estes “outros” permaneçam sempre às margens.

08 de Julho de 1958 [...] Quando nós mudamos para a favela, nós íamos pedir água nos vizinhos de alvenaria. Quem nos dava água era Dona Ida Cardoso. (...) Uma tarde de terça-feira. A sogra de Dona Ida estava sentada e disse: _ Podia dar uma enchente e arrazar a favela e matar estes pobres cacetes. Tem hora que eu revolto contra Deus por ter posto gente pobre no mundo, que só serve para amolar os outros. (JESUS, 2013, 55-56)

O registro de Carolina – ao apontar a perspectiva negativa da sogra de Dona Ida sobre os menos favorecidos, reforçando falas depreciativas e discriminatórias ao ensejar a morte de todos os pobres e atribuir a estes a culpabilidade dos problemas sociais – corrobora com a visão ideológica da necropolítica. Neste caso, tem-se a confirmação do que assegura Mbembe sobre as formas de atuação e divisão da sociedade “esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma cesura biológica entre uns e outros”. (MBEMBE, 2016, p. 128).

Ao ressaltar a visão de repugnância que a sogra de Dona Ida, moradora de uma das casas de alvenaria, demonstrava pelos vizinhos desfavorecidos socialmente, é possível compreender como são criadas as cesuras entre as populações referidas por Mbembe ao caracterizar a necropolítica. É importante salientar que o fato de morar em uma residência de alvenaria não

garantia à sogra de Dona Ida o status de riqueza, mas sim a colocava em uma posição superior à dos moradores da favela, uma vez que dispunha de um recurso essencial a vida que era negado aos favelados: o acesso à água potável.

Assim, quando esta mulher demonstra grande irritação ao ser incomodada por vizinhos desafortunados que buscavam água para a sobrevivência, e resolve invocar a fúria divina para acabar com a vida dos favelados, por meio de uma enchente, esta fala suscita a revolta e indignação dos favelados: "Quem há de morrer afogado há de ser ela" (JESUS, 2013, p. 57). A frase de revolta proferida por Tina, uma das moradoras do Canindé, em relação à sogra de D. Ida, foi, posteriormente, interpretada como uma "praga de favelado" que se cumpriu. "Eu já observei que as pragas dos favelados pegam" (JESUS, 2013, p.61). Este episódio foi narrado por Carolina ao retratar a enchente de 1949, tragédia que acabou vitimando o neto de Dona Ida. Neste caso, mesmo não atingindo aquela que maldizia a vida dos desassistidos do Canindé, atingiu-a profundamente ao findar a vida do seu neto.

Na enchente de 49 morreu o Pedro Cardoso, filho de Dona Ida. Quando eu soube que o Pedrinho havia morrido afogado pensei na decepção que teve a sua avó que pedia água, água, bastante água para matar os favelados e veio a água e matou-lhe o neto. É para compreender que Deus é sóbrio. É o advogado dos humildes. (JESUS, 2013, p. 56).

Diante desse panorama é perceptível que o necropoder atua fomentando o confronto entre grupos geograficamente próximos, estabelecendo a partir de critérios étnicos e sociais uma relação de subjugo. Carolina examinava as dificuldades enfrentadas por ela e pelos membros das classes menos favorecidas com muita cautela. Tinha noção da necessidade de implantação de políticas públicas para a população desfavorecida, percepção adquirida a partir da análise sociológica que fazia a partir da sua leitura do mundo.

Assim, diante dos acontecimentos que vivia e observava nas relações entre os vizinhos favelados, considerava os políticos os principais responsáveis pelo abandono dos pobres, uma vez que só apareciam na favela em época eleitoral, oferecendo um pouco de conforto em forma de feijão, e cobertores, além de muitas promessas, mas, após atingirem os seus objetivos, abandonavam a população desfavorecida.

15 de maio de 1958 [...] Os políticos só aparecem aqui nas épocas eleitoraes. O senhor Cantidio Sampaio quando era vereador em 1953 passava os domingos aqui na favela. Ele era tão agradável. Tomava nosso café, bebia nas nossas xícaras. Ele nos dirigia as suas frases de viludo. Brincava com nossas crianças. Deixou boas impressões por aqui e quando candidatou-se a deputado venceu. Mas na Camara dos Deputados não criou um projeto para beneficiar o favelado. Não nos visitou mais. (JESUS, 2013, p. 32)

20 de maio de 1958 [...] Quando um político diz nos seus discursos que está ao lado do povo, que visa incluir-se na política para melhorar as nossas condições de vida pedindo o nosso voto prometendo congelar os preços, já está ciente que abordando

este grave problema ele vence nas urnas. Depois divorcia-se do povo. Olha o povo com os olhos semi-cerrados. Com um orgulho que fere a nossa sensibilidade (JESUS, 2013, p. 38)

Nos relatos da autora, é possível notar a crítica de que o interesse dos políticos nas favelas era apenas eleitoreiro, sem a intenção de proteger ou assegurar qualidade de vida a nenhum dos moradores. A escritora concebia, nas ações de aproximação política em períodos eleitorais, com promessas e assistências de cunho interesseiro, atitudes ilícitas como compra de votos, na qual os candidatos, para manter suas posições políticas, ofereciam aos eleitores pobres bens materiais (pares de sapatos, óculos, alimentos, materiais de construção etc.).

Ao analisar essas ações, Carolina nos dá a oportunidade de identificar, nas posturas de exploração a grupos desassistidos, elementos que posteriormente seriam reconhecidos como “currais eleitorais”.³⁹ Sistema criado para obter e controlar os votos de pessoas vulneráveis socialmente. Uma prática bastante recorrente nas áreas rurais, mas que também se fazia presente em zonas periféricas, como nas favelas, existindo a partir da manipulação das populações carentes aos interesses políticos.

Considerando o contexto, percebe-se que houve por parte do Estado o desejo de assegurar a existência de zonas segregatórias como favelas e bairros periféricos para que pudessem continuar mantendo e explorando estas populações em prol dos seus objetivos políticos. Apesar dessas posturas serem consideradas crimes de corrupção eleitoral, cuja pena pode chegar a quatro anos de prisão, conforme o artigo 299 do Código Eleitoral (Lei no 4.737/1965), que define como corrupção eleitoral “dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber, para si ou para outrem, dinheiro, dádiva, ou qualquer outra vantagem, para obter ou dar voto e para conseguir ou prometer abstenção, ainda que a oferta não seja aceita” (BRASIL, 1965, s/p). No entanto, o presente artigo é violado com frequência por cidadãos e candidatos que, além de desrespeitarem o sufrágio universal, comprometem com suas práticas imorais a ética e a credibilidade das instituições do país.

Ao manter uma consciência política, Carolina tinha percepção dos problemas sociais que a afligiam assim como a todos ao seu entorno e questioná-los, conforme o registro em que diz:

³⁹ Segundo o sociólogo Florestan Fernandes, no artigo “A Força do Clientelismo: práticas políticas recorrentes na cidade de Pombal”, o processo denominado curral eleitoral surgiu do poder exercido pelos grandes proprietários de terras, também chamados de coronéis, em controlar a vida de centenas de colonos, meeiros e posseiros. Essas pessoas sem-terra dependiam do coronel para praticamente tudo. Dessa maneira, o coronel se transformava em protetor, juiz, compadre, padrinho ou conselheiro das pessoas do campo. Esse poder permitia o controle dos votos da região, que iam para quem o coronel indicasse. Eram os votos de cabresto ou curral.

21 de maio de 1958 [...] Quem deve dirigir é quem tem capacidade. Quem tem dó e amizade ao povo. Quem governa o nosso país é quem tem dinheiro, quem não sabe o que é fome, a dor, e a aflição do pobre. Se a maioria revoltar-se, o que pode fazer a minoria? Eu estou ao lado do pobre, que é o braço. Braço desnutrido. Precisamos livrar o país dos políticos açambarcadores. (JESUS, 2013, p. 39)

Essa postura crítica e de inconformidade diferenciava a escritora dos outros moradores da favela, que, por não terem essa compreensão, ficavam sujeitos a um processo de estagnação, passividade e submissão, o que favorecia os interesses dos grupos dominantes, que, dessa forma, conseguiam impor-se sobre os mais vulneráveis, determinando desde o que deveriam pensar, comer, sentir, agir e até mesmo votar.

É importante entender que como ação política o Estado justificou a remoção das populações marginalizadas dos centros urbanos para os aglomerados subnormais, posteriormente denominadas favelas, fundamentando-se na promessa de que se tratava de uma ação provisória que seria resolvida através da implantação de políticas habitacionais voltadas à população desfavorecida. No entanto, o que era considerado temporário se tornou permanente. No final da década de 1950 havia 141 núcleos que abrigavam 50 mil moradores de favelas. Decorridos 70 anos, o que era provisório, por omissão e negligência do Estado, virou uma realidade em um terço dos municípios brasileiros.

Os dados preliminares do Censo Demográfico de 2022⁴⁰ divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que o Brasil possui 11.403 favelas, nas quais vivem cerca de 16 milhões de pessoas, em um total de 6,6 milhões de domicílios. Esses dados já apurados permitem concluir um aumento de 40% em relação ao Censo de 2010, que apontava um total de 11.426 milhões de habitantes em favelas no país.

Ao manter uma política de segregação, o Estado aumentou as diferenças sociais e econômicas do país, assegurando a continuidade de um projeto necropolítico que, ao se fundamentar nas ideologias de um modelo escravocrata de organização social, fomentou as bases para a manutenção dessa política na atualidade. Dessa forma, ao não se importar em assegurar moradia digna, educação, assistência médica, alimentação e reconhecimento da capacidade produtiva dos indivíduos considerados “inúteis”, o Estado incentivou, através da sua omissão, o despreparo e a desqualificação destes indivíduos para o mercado de trabalho, favorecendo o aumento das taxas de desemprego, violência e, sobretudo, a fome, que, nos últimos anos, tem se intensificado, servindo como um aval do Estado para permitir a morte dos excluídos.

⁴⁰ Dados prévios do Censo Demográfico 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html>

Carolina Maria de Jesus teve, durante muitos anos, encontros diários com a fome, como registrado em *Quarto de Despejo*. Tentava desvencilhar-se deste fantasma, mas ele aparecia recorrentemente no barracão onde morava com os três filhos. Por isso, insistia em afirmar em seus discursos que a fome não era seu lamento. Contudo, apresentava-se como um martírio a lhe ensinar sobre a vida, "a fome é professora" (JESUS, 2013, p. 29) "é preciso conhecer a fome para saber descrevê-la" (JESUS, 2013, p. 29).

Assim era a fome uma doença que a fazia cair, fraquejar, sentir dor, não se reconhecer no espelho diante da precariedade da vida e do padecimento do corpo: "já emagreci 8 quilos. E não tenho carne, e o pouco que tenho desaparece. [...]Quando passei diante de uma vitrine vi o meu reflexo. Desviei o olhar porque tinha a impressão de estar vendo um fantasma" (JESUS, 2013, p. 182). Ao perceber o corpo configurado pela magreza, não se reconhece na figura que percebe refletida do outro lado. Além do abatimento físico, também em outros relatos apontava a perda dos dentes e do olhar profundo a ecoar o medo contínuo da morte. A fome era também um juiz a definir quem deveria viver ou morrer.

Dado o caráter de morte que a fome causa, a partir dos relatos de Carolina temos a confirmação dessa negação de vida para todos os moradores da favela. A fome não se manifesta alardeantemente, como ocorre em casos de morte causadas por processos violentos, como guerras e tiroteios, que se fazem ouvir pela sociedade. As ações da fome começam com a ingestão do corpo, da força física, incitando a fraqueza, como narra a autora no episódio em que tropeça e um homem que passava gritou: "É fome!" (JESUS, 2013, p. 88) e lhe dá uma esmola. Como consequência da fome seu corpo padece, não encontra forças para erguer-se, tudo lhe doía, no entanto, reconhecia que a doença que possuía não era somente física, era acima de tudo moral, a desqualificá-la como ser humana, reduzindo-a a um objeto sem valor.

Além de consumir o corpo, a fome também adoce a mente produzindo pensamentos de suicídio "Como é horrível levantar de manhã e não ter nada para comer. Pensei até em me suicidar. Eu suicidando-me é por deficiência de alimentação no estômago. E por infelicidade eu amanheci com fome". (JESUS, 1960, p. 111). Os relatos sobre a possibilidade de suicídio estão presentes no *Quarto de despejo*. Sem esperança de dias melhores e sofrendo pela fome, a morte parece ser o único alívio para os moradores do Canindé. No dia 15 de junho de 1958, a autora registra:

15 de junho de 1958... Fui comprar carne, pão e sabão. Parei na banca de jornaes. Li que uma senhora e três filhos havia suicidado por encontrar dificuldade de viver. (...) pobre mulher! Quem sabe se há muito ela vem pensando em eliminar-se, porque as mães tem muito dó dos filhos. Mas é uma vergonha para uma nação. Uma pessoa matar-se porque passar fome. E a pior coisa para uma mãe é ouvir esta sinfonia:
— Mamãe eu quero pão! Mamãe, eu estou com fome! (JESUS, 2014, p. 62-63).

Quando pensamentos destrutivos invadiam o seu pensamento, Carolina buscava uma alternativa para reerguer-se e, assim, justificar ações para a aceitação de ter que fazer aquilo que sempre lhe causou repugnância: comer alimentos encontrados no lixo: “Quando eu encontro algo no lixo que eu posso comer, eu como. Eu não tenho coragem de suicidar-me. E não posso morrer de fome” (JESUS, 2013, p.141).

Percebemos que quando Carolina pensa no suicídio como um recurso para findar o sofrimento a que estava submetida na Favela do Canindé o que lhe faltava não era vontade de viver, uma vez que a vida sempre foi bastante valiosa. Esta era exaltada em seus poemas e enaltecida nos dias de alegria. No entanto, quando ocorriam esses pensamentos negativos eram motivados pela consequência de um organismo faminto, carente de nutrientes essenciais e impossibilitado de pensar racionalmente, por isso, sua mente era bombardeada por ideias destrutivas. Contudo, bastava um dia um pouco mais tranquilo para que esses pensamentos cessassem.

Carolina também mostrava o contraste do país nas suas andanças pelas ruas de São Paulo, em busca constante de alívio para a fome. Na sua trajetória, coletando produtos para venda, bem como restos ou sobras de comida. Por vezes encontrava um cenário de fartura e diversidade de comidas em oposição à paisagem de fome e morte que encontrava no Canindé. O fato era comprovado na descrição que a autora fazia ao narrar os cenários da cidade e os lugares pelos quais percorria ao atravessar fábricas de doces, biscoitos, frigoríficos, açougues, supermercados, armazéns de estoque e caminhões carregados com comida.

Apesar de ser notório o aumento da produção, circulação e consumo de alimentos na cidade, o que se evidencia pelos relatos de Carolina era o modelo de exclusão assegurado nas formas como eram destinados os excessos de estoques desses alimentos. Tendo em vista que, por serem produtos perecíveis precisavam de um maior controle para evitar a deterioração e ultrapassagem do prazo de validade, a conclusão que se tinha era que prevalecendo uma ideologia de descarte social, para consagrar a vida dos indivíduos úteis era necessário trabalhar para que os inúteis deixassem de existir.

Assim, nota-se que era melhor para os comerciantes, empresários e governo aguardar o prazo de validade dos produtos em estoque e seu conseqüente apodrecimento do que criar formas de suprir a fome de tantas pessoas que lutavam contra a insegurança alimentar. Não tencionavam estabelecer uma rede de apoio para socorrer os aflitos, isso implicaria em colaborar com a manutenção da existência dos indivíduos “inúteis”, ao contrário, o objetivo desse descarte alimentar já perecido era exatamente o oposto, contribuir para a eliminação destas vidas.

29 de dezembro de 1958 [...] Quando eu ia na rua Pedro Vicente, o guarda do depósito chamou-me e disse-me para eu ir buscar uns sacos de papel que estavam perto do rio. Agradei eu fui ver os sacos. Eram sacos de arroz que estavam nos armazéns e apodreceram. Mandaram jogar fora. Fiquei horrorizada vendo o arroz podre. Contemplei as traças que circulavam, as baratas e os ratos que corriam de um lado para outro.

Pensei: porque que o homem branco é tão perverso assim? Ele tem dinheiro, compra e põe nos armazéns. Fica brincando com o povo igual gato com rato. (JESUS, 2013, p. 148)

Ao escrever em seus diários sobre a fome, política e diferenças sociais, Carolina não deixava de refletir e fundamentar suas ideias literárias. Assim, o que escreve em *Quarto de Despejo* deflagra na modernidade da época tão consagrada pelos políticos em frases como: “Cinquenta anos em cinco”, lema do governo do presidente Juscelino Kubitschek, que buscava ocultar por meio da propagação de uma política progressista os aspectos da colonialidade que se evidenciavam na sociedade por meio da racialidade, da pobreza, do surgimento de favelas e aumento da violência urbana. Aspectos estes a provocar nas inflexões da narradora uma inquietação que não permite que ela se cale, sua escrita surge assim como um grito de denúncia, um pedido de socorro que precisava ecoar na sociedade.

Ao analisar as páginas de *Quarto de Despejo* é possível inferir que apesar de o Estado não se fazer presente nas favelas, o que implicava na ausência de políticas públicas que visassem assegurar uma melhor qualidade de vida às populações desfavorecidas, essa presença irrompia, no entanto, quando se tratava de impor sobre os favelados posturas que os mantivessem em condições de “docilidade” e obediência ao sistema.

Assim enquanto nas páginas do diário, por exemplo, não há menção alguma a ações do Estado em relação à implantação de políticas de assentamento, infraestrutura, saúde e educação, contudo, o governo se mostrava presente sempre que necessário como força militar, como é notado por Carolina ao evidenciar a presença da Rádio Patrulha a fiscalizar e exercer um controle sobre as populações quando demonstrassem atitudes de desobediência ou violência. “[...] Chegou a Radio Patrulha, que veio trazer dois negrinhos que estavam vagando na Estação da Luz. 4 e 6 anos. É fácil perceber que eles são da favela” (JESUS, 2013, p. 45). Assim, a polícia sempre aparecia na favela com a função de: reprimir, repreender, punir ou prender os desafortunados.

20 de Julho de 1955 [...]Fui no rio lavar as roupas e encontrei D. Mariana. Uma mulher agradável e decente. Tem 9 filhos e um lar modelo. Ela e o espôso tratam-se com educação. Visam apenas viver em paz. E criar filhos. Ela também ia lavar roupas. Ela disse-me que o Binidito da D. Geralda todos os dias ia prêso. Que a Radio Patrulha cançou de vir buscá-lo. Arranjou serviço para êle na cadêia. Achei graça. Dei risada! (JESUS, 2013, p. 22).

Diante dos fragmentos apresentados por Carolina e do entendimento de que a necropolítica visa definir lugares e espaços subalternizados com densidade negra para se impor, é possível perceber a postura adotada pela polícia, ao reprimir crianças negras, perseguir e prender favelados, uma ação que pode ser interpretada como uma alternativa a exercida pelos antigos capitães do mato. Essa concepção é corroborada com o pensamento de Rosane da Silva Borges (2019), doutora em Política Contemporânea, ao afirmar que, com o fim do sistema de escravidão oficial no país e a destituição da função de capitães do mato, a polícia surge para exercer esse cargo, uma função empregatícia, que visava por meio de ações de perseguição e vigilância que se davam a partir de questões sociais, raciais, de gênero e de território se impor sobre as populações desfavorecidas. Dessa forma, é possível notar que a postura adotada por ela em áreas consideradas de elite é distinta daquela adotada em áreas consideradas de marginalidade.

3.2 Racismo e Necropolítica — A morte tem cor

Carolina não trata, nos seus diários, do racismo como tema principal, mas pelos relatos que traz tanto no *Diário de Bitita* quanto no *Quarto de Despejo*, é possível compreender as formas de exclusão e violência sofridas pela personagem, que ocorreram, sobretudo, devido à diferença racial e às manifestações públicas ou veladas de racismo. No discurso que usa para descrever as dificuldades que enfrenta por morar em uma favela e não ter a perspectiva de um futuro promissor, a autora relaciona o preto para designar toda a negatividade que recai sobre si, como quando diz: “A minha (vida) até aqui tem sido preta. Preta é a minha pele. Preto é o lugar onde eu moro.” (JESUS, 2013, p. 167).

Ao descrever a sua vida como preta, a autora quer enfatizar que, assim como a cor “preta ou negra” na sociedade está, geralmente, associada a tudo o que é ruim, diabolizada, negativada por estereótipos e representações abomináveis, como, por exemplo, em imagens religiosas cristãs, que representam Deus, Jesus Cristo e os Anjos dos céus como “brancos” e Lúcifer e seus Anjos como “pretos ou negros”. A vida dela, uma mulher negra, também estava presa às mesmas associações negativas, construídas sobre preconceitos que a desqualificavam como cidadã e escritora, presa às condições de miserabilidade, fome e abandono. Além disso, condicionada as violências sociais. Uma vida preta em todos os sentidos.

Observa-se que mais da metade das pessoas que ocupam as favelas do Brasil são negras. São essas pessoas com seus direitos básicos negados que começam a necrosar, como um tecido social que não é devidamente assistido. É notório que as escolhas racionais do estado e suas

instituições são organismos de um ambiente diverso, mas que atendem a uma parcela única e restrita da população, sendo desconsiderado tudo que é “estranho” a esse padrão. A colonização possibilitou a segmentação social, o que tornou mais fácil a tomada de decisões em relação à política da morte, uma vez que os grupos minoritários foram submetidos a uma animalização que os isenta de empatia. Dessa forma, é possível realizar um cálculo único sobre quem seria prejudicado pelas ações do estado em termos de segurança e liberdade.

Ao propagar estas divisões entre as populações o que objetiva o Estado é firmar suas ações infaustas e conseqüentemente consolidar parcerias ideológicas com vistas a manutenção desta política de morte. Assim, o necropoder delimita os territórios onde vive o inimigo, separando-os dos que detêm a soberania, e identifica o sujeito da inimizade mediante estereótipos e narrativas ilusórias. Respalhando-se nesta concepção Mbembe acredita ser a raça seu princípio fundamental, como uma sombra sempre presente sobre o pensamento e a prática das políticas. Dessa forma, o valor dos corpos colonizados não significa nada ou muito pouco. Neste processo excludente, a perda e a morte tornam-se elementos fundamentais para o progresso das relações sociais; aceitáveis, pois justificadas pelo aparato poderoso que os transforma em vítimas da expropriação econômica e os destrói como potenciais inimigos.

Ao analisarmos os relatos da infância da escritora Carolina Maria de Jesus é possível notar toda a discriminação que sofria em relação à sua cor. Era ela a “negrinha”, “feia” e “macaca”, termos pejorativos que a desqualificavam e a reduziam, quando muito, a um animal irracional. “Quando alguém ia me xingar era: — Negrinha! Negrinha!” (JESUS, 2007, p. 89). “Que menina cacete. Macaca” (JESUS, 2007, p. 12). “Que negrinha feia!”, “Que olhos grandes, parece sapo” (JESUS, 2007, p. 149). Ao ser constantemente bombardeada por termos depreciativos, chegava a duvidar da sua condição humana a ponto de levantar o seguinte questionamento à mãe: “Um dia perguntei a minha mãe: — Mamãe, eu sou gente ou bicho? — Você é gente, minha filha! — O que é ser gente? A minha mãe não respondeu”. (JESUS, 2007, p. 10). Naquele momento persistia a dúvida em sua mente se era realmente gente porque estava submetida a um tratamento que a igualava a um animal.

Nada em seu corpo era valorizado ou reconhecido como belo, digno de apreciação, seu cabelo era descrito como ruim “pixaim”, “Não compreendi, mas achei isso tão confuso! Por causa dos meninos brancos criticarem o nosso cabelo: – Cabelo pixaim! Cabelo duro! Eu lutava para fazer os meus cabelos crescerem”, (JESUS, 2007, p. 111). As ofensas a reduziam e impactavam na imagem que construía sobre si, fazendo com que se sentisse inferior. Era o branco a referência de beleza, admiração e positividade.

Na infância, Bitita já tinha consciência das diferenças que os negros vivenciavam na sociedade. Como convivia em uma comunidade formada por descendentes de escravizados, podia acompanhar de perto os problemas que enfrentavam por conta da cor da pele. Em alguns trechos apresentados, ela compara brancos e negros, notando que, geralmente, os primeiros tinham facilidades para se estabelecerem socialmente, enquanto isso não ocorria com os segundos.

Eu notava que os pretos não sabiam ler. Nunca vi um livro na mão de um negro. Os negros não serviam o exército porque não eram registrados, não eram sorteados. Eles diziam:

– É orgulho. Só os brancos que são considerados brasileiros. Ninguém na minha família tinha registro. Não era necessário atestado de óbito para sepultar os mortos. (JESUS, 2007, p. 147).

Carolina observa um contexto de pós-escravidão, carregado por um espírito de deslegitimação e marginalidade da maioria dos membros das populações negras, abandonadas de mecanismos de visibilidade social. Sem direitos básicos garantidos, entre eles a oportunidade de estudo adequada, não tinham condições de aprimorar seus conhecimentos, ter uma capacitação profissional que assegurasse um emprego e melhor qualidade de vida. Por não terem registros, não eram reconhecidos sequer como cidadãos do país. Era como se não existissem oficialmente, não tinham direito as políticas públicas de assistência social, saúde e educação, relegados a uma condição sub-humana de invisibilidade, situação imposta por uma hierarquia branca que desejava perpetuar seus privilégios na sociedade e, para isso, não permitia que os negros tivessem plenamente reconhecidos seus direitos de cidadão no país que ajudaram a construir.

Segundo Maria Aparecida Silva e Bento (2016),⁴¹ a discriminação racial pode ter origem em outros processos sociais e psicológicos que extrapolam o preconceito: o desejo de manter o privilégio branco, combinado ou não com um sentimento de rejeição pelos negros, uma forte ligação emocional com o grupo ao qual se pertence, produzindo, dessa forma, uma relação moral de exclusão, que ocorre quando indivíduos ou grupos são vistos e colocados fora do limite de regras e valores morais. A primeira etapa para a exclusão moral é desvalorizar o outro, pois os excluídos são moralmente considerados sem valor, indignos e, portanto, sujeitos a serem prejudicados ou explorados. O que se observa é uma relação dialógica: estigmatização de um

⁴¹ Maria Aparecida Silva Bento, Coordenadora Executiva do CEERT — Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades; Doutora pelo Instituto de Psicologia da USP; coordenadora Geral das 07 edições do “Prêmio Educar para a Igualdade Racial e de Gênero”; coordenadora do Projeto “Conteúdos, Materiais, Ensino à Distância e Formação de Rede em prol da Diversidade na Educação Infantil”, com a UFSCAR/MEC; membro da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia; Desenvolveu consultoria no campo da diversidade para FEBRABAN.

grupo como perdedor e omissão diante da violência que o atinge; e um silêncio suspeito em torno do grupo que pratica a violência racial e dela se beneficia, concreta ou simbolicamente.

Bento (2016) identifica a omissão dos brancos em relação à responsabilidade sobre a violência e degradação dos negros como um pacto de branquitude,⁴² uma espécie de acordo tácito estabelecido entre os brancos de não se reconhecerem como parte essencial da permanência das desigualdades raciais no Brasil e com isso não se sentirem responsabilizados pelas consequências do processo de colonização e todos os entraves que trouxeram a vida das populações negras.

Considerando as afirmações de Bento sobre a omissão branca em relação às desigualdades raciais e consequentes entraves as populações negras, é importante observar que a escrita de Carolina visa exatamente mostrar que essa afirmação de prioridades construiu barreiras sociais que ainda se apresentam enraizadas nas estruturais sociais, impedindo e desqualificando as populações negras. Assim, quando em *Diário de Bitita* a autora ressalta sua indignação com as formas divergentes de tratamento entre as populações, é necessário evidenciar uma consciência crítica que, ainda que marcadamente envolvida pelos aspectos patriarcais do contexto social, evidencia a força literária de sua escrita.

Eu notava que os brancos eram mais tranquilos porque já tinham seu meio de vida. E os negros, por não terem instrução, a vida era-lhes mais difícil. Quando conseguiam algum trabalho, era exaustivo. O meu avô, com setenta e três anos, arrancava pedras para os pedreiros fazerem alicerces das casas. (JESUS, 2007, p.66)

[...]Quando os pretos falavam:
"- Nós agora, estamos em liberdade" eu pensava: "mas que liberdade é esta se eles têm que correr das autoridades como se fossem culpados de crimes? Então o mundo já foi pior para os negros? Então o mundo é negro para o negro, e branco para o branco"!(JESUS, 2007, p. 66-67)

Pelos relatos de Carolina é possível perceber o tratamento diferenciado destinado ao negro na sociedade, para os brancos os direitos sociais eram garantidos, por serem reconhecidos como cidadãos brasileiros, fato este que permitia o acesso a políticas de saúde, educação e moradia. Condições que por si só já lhe impunham uma pretensa superioridade na sociedade em relação aos negros, que não eram plenamente reconhecidos como cidadãos, já que muitos nem registros possuíam. Além disso, as formas de trabalhos que os grupos distintos exerciam exaltavam essa diferença.

Enquanto os brancos normalmente ocupavam os cargos de maior visibilidade social, que exigiam menor esforço físico e com as maiores remunerações, aos negros sobravam os trabalhos

⁴² Branqueamento e Branquitude no Brasil in *Psicologia social do racismo — estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras) Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25 – 58)

pesados ou de maior subalternidade, cabia, assim, aos negros exercerem os ofícios rejeitados pelos brancos. Um exemplo dessa desigualdade, Carolina reporta em *Diário de Bitita* ao ressaltar que o avô, apesar de já se mostrar idoso, septuagenário, era obrigado a trabalhar quebrando pedras para ganhar a vida, uma situação degradante, mas a que se submetia talvez como a única maneira de escapar da mendicância.

Ao constatar haver diferenças de tratamento entre as raças, Carolina questiona se a liberdade realmente chegou para os negros. Este é o elemento crucial para nos permitir compreender a consciência crítica da autora em relação ao racismo “o mundo é como o branco quer. Eu não sou branca. Não tenho nada com estas desorganizações.” (JESUS, 2013, p. 70). Carolina responsabilizava os brancos pela desigualdade social, suas observações e relatos fazem-nos acreditar que este mecanismo, criado para segregar raças e consagrar lugares de privilégio, foi responsável por levar a miserabilidade aos afrodescendentes. Sem perspectiva de um emprego digno, essas pessoas não eram reconhecidas pelos representantes políticos, não tinham voz, o governo não as assistia econômica e socialmente, restando-lhes o abandono e a miséria.

Segundo Maringoni (2011), a abolição da escravidão restringiu-se à libertação do cativo. Entretanto, seriam necessárias intervenções com vista à ampliação do mercado de trabalho para inclusão da mão de obra disponível, acesso à educação pública, saúde e principalmente reforma agrária que garantisse a quem tudo foi usurpado durante a colonização, a disponibilidade de um local para que pudesse recomeçar com dignidade. Ao contrário disso, o abandono levava ao questionamento feito por Bitita: “mas que liberdade é esta?” O que adiantava afirmar que em solo brasileiro a escravidão não existia se a opressão e a falta de autonomia para reconstruir a vida foi negada? Antes as correntes os aprisionavam, hoje estas foram substituídas pela miséria e abandono.

11 de agosto... Eu estava pagando o sapateiro e conversando com um preto que estava lendo um jornal. Ele estava revoltado com um guarda civil que espancou um preto e amarrou numa árvore. O guarda civil é branco. E há certos brancos que transforma preto em bode expiatório. Quem sabe se guarda civil ignora que já foi extinta a escravidão e ainda estamos no regime de chibata? (JESUS, 2013, p. 108).

O fragmento extraído de *Quarto de Despejo* demonstra que a liberdade, que sempre foi tão importante para o ser humano, não era respeitada quando se tratava das populações afrodescendentes. Como compreender que, anos depois da abolição a forma como os negros eram tratados continuava sendo de desrespeito e marginalização? Seria a cor um dispositivo para atestar a incapacidade e periculosidade de um indivíduo?

Carolina, ao se deparar com situações como as narradas no fragmento “um guarda civil que espancou um preto e amarrou numa árvore”, identificava nestes cenários que eram cotidianos a prevalência do preconceito. O agressor, que se sentia investido de autoridade, reconhecia o direito de exercer violência contra pessoas indefesas, considerando a pele como um elemento que o protegia de qualquer consequência, o que o permitia agir consciente da impunidade. Uma violência que se sustenta na estigmatização do corpo negro visto como o “outro” e no silêncio do grupo que pratica a violência racial e dela se beneficia, tanto simbólica quanto materialmente.

Mais de 60 anos separam o texto de Carolina dos dias atuais no Brasil, mas isso não muda em muito a situação. As diferenças étnicas e raciais ainda interferem na forma como a vida da população negra é afetada. A maior desigualdade pode ser percebida nos dados de violência. Segundo o Instituto Sou da Paz, em 2020 a taxa de homicídios de negros por 100 mil habitantes foi de 51, bem superior aos 14,6 por 100 mil entre os homens não negros.

Dados dessa violência podem ser percebidos em situações como a ocorrida com João Alberto Silveira Freitas, que em novembro de 2020 na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, após uma discussão com uma funcionária da Rede de Supermercados Carrefour, foi dominado por seguranças do local. Eles o agrediram, asfixiaram e mataram com crueldade, demonstrando que o motivo para tanta violência advinha da cor da pele da vítima.

Diante de situações como esta, percebe-se que, apesar de o racismo não ser criado pelas instituições, acaba sendo reproduzido por elas ao se constituírem no uso de práticas sociais preconceituosas para determinar quem é digno ou não de estar em determinados lugares sociais, resultando em formas de violência explícitas no tratamento das pessoas negras.

De acordo com Almeida (2018), para manter a ordem social, as instituições seguem regras hierárquicas para estabelecer um controle institucional, usando mecanismos para internalizar o racismo em todas as esferas sociais, políticas ou econômicas, fornecendo material para a manutenção das desigualdades e violências. Processo que se torna normal e invisível para as pessoas que não estão nos grupos atingidos.

Ao se estabelecer como um elemento estrutural da sociedade, o racismo atua para criar posturas de dominação da população negra, organizando diferentes formas de punir, de administrar a vida e a morte dos diferentes grupos populacionais brasileiros. Dessa forma, opera-se para que vidas negras sejam as principais vítimas das mais diversas formas de violência, o que, além de estigmatizar, gera uma percepção de desconfiança e medo fundamentada na ação de uma política seccionaria que, quando não mata, reduz o ser humano a uma condição de marginalização social, fundamentado nas ações de um política criada para

sustentar os interesses das elites e manter uma ordem baseada na desigualdade e na morte dos “diferentes”, a necropolítica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo, que se baseou na análise das obras *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* e *Diário de Bitita* de Carolina Maria de Jesus, foi analisar nos livros delimitados uma escrita de resistência contra a necropolítica, com a percepção de uma escrita denunciativa do abandono do Estado, mediante políticas de subalternização e segregação de grupos minoritários, principalmente negros, a fim de compreender as formas de silenciamento e marginalização das populações afrodescendentes e como essas ações tiveram impacto na inserção da escritora no cenário nacional.

É importante compreender o fazer literário como um ato político, atravessado por relações de poder, que se baseiam na seleção e reprodução de um modelo cultural dominante pautado na exclusão. Dessa forma, ao consagrar e legitimar a escrita produzida por sujeitos socialmente privilegiados, pertencentes em sua maioria ao sexo masculino e raça branca, conforme destacou Dalcastagnè (2005) em seu estudo sobre o perfil dos personagens no romance brasileiro contemporâneo, contribuiu para acentuar os abismos de natureza étnica, política e econômica no país.

A perspectiva racista classifica as produções intelectuais de afrodescendentes como inferiores, dificultando a ascensão social destes indivíduos, impedindo-os de produzir e difundir conhecimento, ou, os impõe uma condição de aceitabilidade apenas em espaços exóticos, sem valor social. Essa atitude excludente é um mecanismo de eliminação que, com base em uma política de morte conhecida como necropolítica, pode ser compreendido como um epistemicídio intelectual. Ao eliminar um corpo que pensa, é eliminada toda história de exclusão, que está associada a esse corpo e que busca, por meio da sua produção intelectual, construir conhecimento sobre a razão negra e as suas reflexões, um processo considerado de resistência.

Dessa forma, quando uma mulher negra, de baixa renda e sem instrução formal, se dispõe a escrever e publicar os seus registros, como Carolina Maria de Jesus, desafia o modelo de representação e legitimação social, além de romper as barreiras que impedem que grupos subalternizados tenham acesso a espaços de representação, o que os mantém em situação de invisibilidade e silenciamento, como assegura Spivak (2010). Carolina, ao publicar o primeiro romance, assumiu o posto de fala, mas passou a sofrer opressões que iam muito além da condição de gênero, e eram vividas a conta-gotas. Ao se apresentar como protagonista da própria história, universalizada em protesto, reproduzindo a realidade para além das fronteiras e revelando as diferenças entre a cidade e a favela fortemente demarcada nas grandes

metrópoles, permitiu a transposição de barreiras entre as instâncias que legitimam a literatura canônica.

Carolina teve êxito em publicar a sua primeira obra, *Quarto de Despejo*, algo que era quase inconcebível para uma mulher negra, superando em número de vendas autores consagrados como Jorge Amado. Contudo, devido à exclusão no meio literário, a autora enfrentou dificuldades tanto da crítica quanto da imprensa, que não reconhecia o valor das suas obras, suscitando dúvidas quanto à autoria. Era mais fácil dentro de um contexto patriarcal creditar ao jornalista Audálio Dantas aquela escrita do que aceitar que partia de uma mulher, negra e moradora de uma favela. A postura de descrédito ao desqualificar Carolina pautava-se em discursos hegemônicos hierárquicos, buscando impor à autora um lugar de desprezo.

Ao analisar a situação histórica dos negros no Brasil, a partir da análise das obras selecionadas da escritora Carolina Maria de Jesus, *Quarto de Despejo* e *Diário de Bitita*, foi possível notar que, desde a colonização, que apagou a condição humana das populações africanas, as categorizando como objetos, formas de segregação e desprezo foram adotadas no país, visando priorizar a vida de alguns em detrimento de outros. O racismo – legitimado pela política de morte, para consagrar desigualdades, punir e sufocar o anseio de liberdade destes indivíduos – forneceu equipamentos institucionais para permitir que a população negra se mantivesse às margens da sociedade, numa pública omissão do Estado que, ao negar o direito à habitação, tornou o território ocupado por esta população marginalizada um ambiente hostil, deflagrado pela violência e falta de acessos.

Em sua narrativa, Carolina apresenta um Brasil ainda com traços do período escravocrata, de marginalização e descarte das populações pobres e negras. A partir do que ela escreve é possível enxergar as consequências e o desdobramento de uma “libertação” que manteve negros acorrentados à marginalidade: sem terras, sem dinheiro, sem voz, sem dignidade, exorcizados dos direitos constitucionais e expostos a uma gestão de morte, cujos efeitos podem ser vistos e sentidos na atualidade.

Isso nos ajuda a entender os aspectos da política atual que fazem com que as pessoas pobres e negras sejam as mais sacrificadas nesse sistema opressor, sendo as principais vítimas de violência, assassinato, marginalização, desemprego e descarte, além de representarem a maior população carcerária do país.

Para corroborar essa postura excludente atribuída às populações negras, podemos citar os crescentes casos de violência contra moradores de favelas, evidenciados nas abordagens policiais, nas quais se atira no indivíduo antes de confirmar sua inocência ou culpabilidade. A polícia, enquanto serviço do Estado, justifica suas ações letais, muitas vezes usando cenários

falsos de crime, transformando vítimas em criminosos e, dessa forma, suas mortes são aceitas socialmente. Como aconteceu com Thiago Menezes Flausino, de 13 anos, assassinado pela polícia na madrugada de 07 de agosto de 2023, na cidade de Deus, zona oeste do Rio de Janeiro, ação justificada por policiais como resultado de uma troca de tiros, enquanto familiares e vizinhos atestam sua inocência.

Assim, a partir da leitura de Carolina que sempre se mostrou a frente do tempo é possível compreender que se durante a colonização a população negra era incentivada à morte devido à violência, ao trabalho exaustivo, à falta de alimentação adequada, às doenças e aos assassinatos, hoje sofre com a ineficiência das políticas públicas do Estado, resultando na criação do que Mbembe chamou de “mundo de morte”. A partir do pensamento de Mbembe sobre necropolítica e da escrita de Carolina de Jesus é possível perceber um projeto de Estado que, ao priorizar algumas vidas, contribui para o apagamento e morte de outros, pautado por uma hierarquia sócio racial.

Diante deste contexto necropolítico, a literatura de Carolina de Jesus deve ser considerada com relevância, uma vez que, além de ter um valor representacional, cogita emancipar epistemologicamente especialmente as mulheres negras, ao fazer ecoar as suas vozes e revelar expressivamente a realidade do lugar social em que se encontram.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Trad. Iracir D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGAMBEN, G. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Tradução de Henrique Burigo. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- AGAMBEN, Giorgio. Forma-de-vida. In: AGAMBEN, Giorgio (Org.). *Meios sem fim: notas sobre a política*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 14-20.
- AGAMBEN, G. *O aberto: o homem e o animal*. Tradução de Pedro Mendes, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- AGUIAR E SILVA, V. M. Rococó Pré-romantismo e Romantismo. In: AGUIAR E SILVA, V. M. *Teoria da Literatura*. Coimbra: Almedina, 1992.
- AIRES, Suely. *Corpos marcados para morrer*. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/corpos-marcados-para-morrer/> Acesso em 06 dezembro de 2022.
- ALVES, Mirian. *Brasil Afro autorrevelado: Literatura Brasileira Contemporânea*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- AMARAL, Sharyse Piroupo do. *História do negro no Brasil*. – Brasília: Ministério da Educação. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Salvador: Centro de Estudos Afro Orientais, 2011, 114p.
- ARRUDA, Aline. *Carolina Maria de Jesus: Projeto Literário e Edição Crítica de um Romance Inédito*. Tese de doutorado em Estudos Literários. Faculdade de Letras da UFMG: Belo Horizonte, 2015.
- ARRUDA, Aline; BARROCA, Iara; TOLENTINO, Luana; MARRECO, Maria Inês (Orgs). *Memorialismo e Resistência: Estudos sobre Carolina Maria de Jesus*. Jundiaí. Paco Editorial, 2016.
- AZEVÊDO, Kallynne Thayanne Silva de. *Pobreza, marginalização e segregação socioespacial: uma visão teórica das periferias urbanas*. 2012. 26f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Geografia e Território: Planejamento Urbano, Rural e Ambiental) - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2012.
- BÂ, Amadou Hampâté. A Tradição Viva. In: KI-ZERBO, J. - (Org), *História Geral da África I, Metodologia e Pré-História da África*. 2.ed. Brasília: UNESCO, 2010.
- BAHIA, Mariza Ferreira. *O legado de uma linhagem: A literatura memorialística feminina*. Tese de Doutorado em Literatura Comparada. Faculdade de Letras da UERJ: Rio de Janeiro, Junho de 2000.
- BARBOSA, Roberta Tiburcio. *Conceição Evaristo e a Escrivivência: Narrar a Potência dos Pobres na Literatura Brasileira Contemporânea*. Dissertação de Mestrado em Literatura e Interculturalidade. UEPB. 2019, 124p.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

- BENTO, Cida. *Pacto da Branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BERNAT, Isaac. *Encontros com o griot Sotigui Kouyaté*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.
- BORGES, Rosane da Silva. O que é necropolítica. E como se aplica à segurança pública no Brasil. Entrevista concedida a Mariana Ferrari. *Jornalismo Ponte*. Disponível em: <https://ponte.org/o-que-e-necropolitica-e-como-se-aplica-a-seguranca-publica-no-brasil/>. Acesso em 10 de Maio de 2023.
- BRASIL, Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha).
- CAMPOS, Andreilino. *Do quilombo à favela: a produção do ‘espaço criminalizado’ no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Berthand Brasil, 2005.
- CAMPOS, Andreilino. A sociedade do imprevisto gera intervenções urbanas provisórias: algumas considerações sobre a expansão da cidade do Rio de Janeiro sob a ótica dos grupos segregados. In: SILVA, Catia Antonia; CAMPOS, Andreilino (Org.). *Metrópoles em mutação: dinâmicas territoriais, relações de poder e vida coletiva*. Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2008.
- CARNEIRO, Sueli. *A mulher negra na sociedade brasileira – o papel do movimento feminista na luta anti-racista*. Rio de Janeiro: Pallas/Criola. 2000.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Ashoka Empreendimentos Sociais; Takano Cidadania (Org.). *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano, 2003.
- CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Pólen Livros, 2019.
- CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: A política imperial*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1980.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Literatura Oral no Brasil*. 3. ed., São Paulo: Global, 2006
- CASTRO, Eliana; MACHADO, Marília Novais de. *Muito bem, Carolina! Biografia de Carolina Maria de Jesus*. Belo Horizonte: Editora Arte, 2007.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 250p.
- CERQUEIRA, Daniel et al. Atlas da Violência 2021. São Paulo: FBSP, 2021.
- COMBINATO, Denise Stefanoni; BAHIENSE, Deborah Caroline Ramos, REIS, Gislaine Aparecida. Almanaque digital: A “*Escrevivência*” da Mulher Negra e as Vozes Silenciadas na Literatura Brasileira. *Dialogia*, São Paulo, n. 39, p. 1-19, e20429, set./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/39.2021.20429>. Acesso em 10 Novembro 2022.
- CUTI, Luiz Silva. *Sanga*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.
- DALCASTAGNÈ, Regina. A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n.º 26. Brasília, julho-dezembro de 2005, p. 13-71.
- DALCASTAGNÈ, Regina. Um território contestado: literatura brasileira contemporânea e as novas vozes sociais. Disponível em: <https://iberical.sorbonne-universite.fr/wp-content/uploads/2012/03/002-02.pdf>

- DANTAS, Audálio. Casa de alvenaria: História de uma ascensão social. In: JESUS, Carolina Maria. *Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1961.
- DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. *Escrevivência: a escrita de nós - Reflexões sobre as obras de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Minas Comunicação e Arte, 2020.
- EVARISTO, Conceição. *Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita*. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (org). Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.
- EVARISTO, Conceição. *Da representação à auto-apresentação da mulher negra na literatura brasileira*. Revista da Fundação Palmares, (Ensaio). Brasília: Ministério da Cultura. 2005. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/52%20a%2057.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2022.
- EVARISTO, Conceição. *Literatura e educação segundo uma perspectiva afro-brasileira*. In: SILVA, Denise Almeida; EVARISTO, Conceição (Orgs.). Literatura, história, etnicidade e educação: estudos nos contextos afro-brasileiro, africano e da diáspora africana. Frederico Westphalen: URI, 2011, p. 45-54.
- EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.
- EVARISTO, Conceição. *Ponciá Vicêncio*. 2 ed. Belo Horizonte: Mazza, 2005.
- FARIAS, Tom. *Carolina: uma biografia*. Rio de Janeiro: Malê, 2017.
- FERNANDEZ, Raffaella. *A poética de resíduos de Carolina Maria de Jesus*. São Paulo: Aetia editorial, 2018.
- FERREIRA, Amanda Crispim. *Escrevivências, as lembranças afrofemininas como um lugar da memória afro-brasileira: Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e Geni Guimarães*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da UFMG: Belo Horizonte, 2013.
- FERREIRA, Rosineia da Silva; RAMOS, Celiomar Porfírio (Orgs.). *Reflexões sobre as escrevivências de Conceição Evaristo*. Curitiba, PR: Bagai, 2020.
- FREITAS, Glênia Maria da Silva. *Três diários à Carolina: Escrevivências de pele-memória de uma artista-pesquisadora negra na cena*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2022.
- FONSECA, Maria Nazareth Soares (org.). *Brasil afro-brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: FOUCAULT, Michel. *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, (Ditos & escritos III). p. 264-298.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France*. Trad. Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. Maria T. da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Trad. Roberto Machado. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France*. (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FLORES, Elio Chaves. *Palavras afiadas: memórias e representações africanistas na escrita de Carolina Maria de Jesus*. Relatório de Pesquisa Intelectuais Afro-brasileiros (1944-1988) UFPB, s/n, 2010.

GELEDÉS. *Trinta anos do fim do apartheid, regime de segregação racial na África do sul*, 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/trinta-anos-do-fim-do-apartheid-regime-de-segregacao-racial-na-africa-do-sul/>. Acesso em 12 setembro 2022.

hooks, bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. Trad. Cátia Bocaiúva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

IPEA. *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes ... [et al.]. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf. Acesso em 10 jan. 2023.

JESUS, Carolina Maria de. *Antologia Pessoal*. José Carlos Sebe Bom Meihy (Org.) Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p. 147-149.

JESUS, Carolina Maria de. *Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada*. Rio de Janeiro, Editora Paulo de Azevedo, 1961.

JESUS, Carolina Maria de. *Diário de Bitita*. Sacramento. Editora Bertolucci, 2007.

JESUS, Carolina Maria de. *Meu Estranho Diário*. Editora Xamã, São Paulo, 1996, (Org) José Carlos Sebe Bom Meihy e Robert M. Levine.

JESUS, C. M. de. *Meu sonho é escrever*. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2018.

JESUS, Carolina Maria de. *Onde estaes Felicidade*. São Paulo: Me Parió Revolução, 2014.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*: Carolina Maria de Jesus cantando suas composições. Intérprete: Carolina de Jesus. Rio de Janeiro: RCA Victor, 1961. 1LP.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo*: Diário de uma favelada. São Paulo: Abril Educação, 2013.

JESUS, Carolina Maria de. Sócrates Africano. In: MEIHY, José Carlos Sebe bom. LEVINE, Robert M. *Cinderela Negra: a saga de Carolina Maria de Jesus*. 2. ed. Sacramento MG: Bertolucci, 2015.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogá, 2019.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão et al. Campinas, SP. Editora UNICAMP, 1990.

LITERAFRO: Mulheres Marcadas: literatura, gênero, etnicidade. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-conceituais/149-eduardo-de>. Acesso em 20 dezembro 2022.

LITERAFRO. Conceição Evaristo. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo>. Acesso em: 13 julho 2022.

- MACHADO, Bárbara Araújo. *Recordar é preciso: Conceição Evaristo e a intelectualidade negra no contexto do movimento negro brasileiro contemporâneo* (1982 – 2008). Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014, p. 51-68.
- MARINGONI, Gilberto. *O destino dos negros após a abolição*. Desafios do Desenvolvimento, Brasília, DF, v. 8, n. 70, 2011, p. 34-42.
- MEDINA, C.A. *A favela e o demagogo*. São Paulo: Martins Editora. 1964. 101p.
- MBEMBE, Achille. *Crítica à razão negra*. São Paulo, N-1 Edições, 2019.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- MEIHY, José Carlos Sebe bom. LEVINE, Robert M. *Cinderela Negra a saga de Carolina Maria de Jesus*. 2ª ed. Sacramento MG: Bertolucci, 2015.
- MENDES CAMPOS, Paulo. 1961. “A autora mais cara do ano”. Manchete, Rio de Janeiro, n. 485, p. 48, 5 de agosto.
- MOSER, Benjamin. *Clarice*,. São Paulo, Ed. Cosacnaify, 2011.
- MOTTA, Vilma Silva da. O bota-abaixo. In: Atlas Histórico do Brasil. Disponível em <https://atlas.fgv.br/verbetes/o-bota-abaixo>. Acesso em 14/03/2023.
- MPT. Atualização: Flagrantes de trabalho escravo chegam a 1.723 em 2018. MPT – Sala de Imprensa. Notícias, 25/01/19. Procuradoria-Geral do Trabalho. Disponível em: http://portal.mpt.mp.br/wps/portal/portal_mpt/mpt/sala-imprensa/mpt-noticias/5cc6ccba6f61-4470-b309-03636bdecc31. Acesso em: 15, jan. 2019.
- NUNES, I. R. *Sobre o que nos move, sobre a vida*. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. (org.). *Escrevivência: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 10-24.
- ORELLANA, Rodrigo de Castro. *A ética da resistência. Ecológica*. São Paulo, n.2, p.37-63, 2011-2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/9089>. Acesso em: 15 setembro 2022.
- PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PERPÉTUA, Elzira Divina. *A vida escrita de Carolina Maria de Jesus*. Belo Horizonte: Nandyala, 2014.
- RANCIÈRE, Jacques. *O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 49.
- REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. São Paulo: Cadernos do Mundo Inteiro, 2018.
- ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 23-72.
- SANTOS, Milton. *Nação ativa, nação passiva*. Folha de S. Paulo. São Paulo, 21 nov. 1998. Caderno Mais, p. 3.
- SILVA, Ariane; MARTINELLI, Flávia; CARDOSO, Monise. *Entre machismo e racismo, mulheres negras são as maiores vítimas de violência*. Disponível em:

<https://azmina.com.br/reportagens/entre-machismo-e-racismo-mulheres-negras-sao-as-maiores-vitimas-de-violencia/>

SOUZA; Aparecida Darc de; NOAL, Sara Munique. *Carolina Maria de Jesus: um olhar particular sobre o mundo*. Fênix – Revista de História e Estudos Culturais. Janeiro-junho de 2021, Vol. 18, Ano XVIII, n. 1, p. 156-174. Disponível em:

<https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/download/1055/927/>

SOUZA, Florentina. *Memória e performance nas culturas afro-brasileiras*. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (Org.). *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza, 2007. p. 30-39.

SOUZA, Florentina. *Mulheres negras escritoras*. In: AUGUSTO, Jorge (Org.). *Contemporaneidades periféricas*. Salvador: Editora Segundo Selo, 2018.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG. 2010.

XIMENES, Sérgio Barcellos. A entrevista profética de Willy Aureli com Carolina Maria de Jesus em 1940. Disponível em: <https://medium.com/@sergiobximenes/a-entrevista-prof%C3%A9tica-de-willy-aureli-com-carolina-maria-de-jesus-em-1940-142d9264fce3>. Acesso em outubro de 2022.

<https://www.pstu.org.br/carolina-de-jesus-e-o-canto-banhado-na-poesia-e-durezas-vida/>

VICTOR, Fábio. *Diários de brasileira catadora e escritora inspiraram filme cotado ao Oscar*. In: Folha online. 23/01/2010. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2010/01/683789-diaros-de-brasileira-catadora-https://bancodealimentos.org.br/elzas-carolinas-e-todas-as-suas-irmas-e-irmaos/e-escritora-inspiraram-filme-cotado-ao-oscar.shtml>